

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)
Mestrado em História, Cultura e Poder

Gabriela da Silva Ramos Fernandes

**7 de Abril: usos políticos e representações na Regência
(1831 - 1840)**

Juiz de Fora – MG

2013

Gabriela da Silva Ramos Fernandes

**7 de Abril: usos políticos e representações na Regência
(1831 – 1840).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Narrativas, imagens e sociabilidades, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Professora Dr.^a Maria Fernanda Vieira Martins

Juiz de Fora - MG

2013

Gabriela da Silva Ramos Fernandes

**7 de Abril: usos políticos e representações na Regência
(1831 – 1840).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Narrativas, imagens e sociabilidades, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Vieira Martins – Orientadora

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata – Presidente

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade – Membro externo

O poder estabelecido unicamente pela força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem por domínio brutal nem pela justificativa racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. BALANDIER, Geoges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 179.

AGRADECIMENTOS

Depois de uma conquista, olhamos para trás e percebemos que só nos foi possível progredir porque cruzamos com pessoas que nos doaram muito, fosse sabedoria, carinho ou incentivos. Assim, agradeço a todos que passaram por mim, mas principalmente pelos que fizeram essa travessia comigo.

Agradeço à minha amiga e irmã Kellen por sua amizade, por seu carinho, por ser meu braço direito ao longo da graduação, por tornar a vida mais leve, por me acolher como parte de sua família e por se fazer parte da minha.

Agradeço à Larissa, pela cumplicidade, pelo companheirismo, pelas constantes palavras que me encorajavam, pelos passeios, pelas viagens e pelos congressos. Enfim, por tornar minha passagem por Juiz de Fora extremamente prazerosa. Nossa amizade foi o melhor presente que recebi ao longo do mestrado e vou levá-la para minha vida. Ao Moisés, agradeço por ter sido meu professor, por ter me ensinado as primeiras lições acadêmicas e por ser agora meu amigo.

Aos professores da Universidade Federal de São João del Rei pela formação. Especialmente ao Danilo Zioni Ferretti, pelo exemplo, pelas aulas maravilhosas, pelos e-mails que sempre me salvaram e pelas conversas no corredor que tiravam as dúvidas e acalmavam as aflições que sempre fazem parte da nossa vida acadêmica. Ao Ivan Velasco, por ter me mostrado como é encantador trabalhar com documentos. À Letícia Andrade pela amizade. Ao João Paulo Coelho de Souza Rodrigues agradeço por me mostrar os caminhos da vida acadêmica. E a Marcos Ferreira de Andrade por ter me orientado, por ter me passado todo conhecimento que pôde, por ter me apresentado aos periódicos da década de 1830, por me apresentar ao 7 de Abril, por fazer surgir o projeto de mestrado e por me incentivar sempre.

Agradeço ainda aos professores que tão bem me acolheram na Universidade Federal de Juiz de Fora e que tanto fizeram para que eu tivesse uma formação completa. Ao professor Alexandre Mansur Barata agradeço pela sabedoria, pela ética com que conduzia suas aulas e mediava as discussões. Agradeço a oportunidade de ter sido aluna de um profissional impecável, que sabe passar seu conhecimento de uma forma tão clara, que por vezes nos parece óbvia. Agradeço à professora Silvana Motta por sua participação em minha qualificação, pelos pertinentes apontamentos feitos, que certamente contribuiram para a conclusão do trabalho.

À minha orientadora, Maria Fernanda Vieira Martins, agradeço por ter tido muita paciência, por ter conversado comigo exaustivamente sobre determinados assuntos, por estar sempre disposta a ajudar e por ter sempre um caminho para me indicar. Só tenho a agradecer por todo o conhecimento que me passou e espero ter sido merecedora dele.

Aos meus pais agradeço pelo amor e pelo apoio incondicional. Aos meus irmãos pelos incentivos e carinho. À minha avó pelas orações poderossímas. Aos meus primos pela descontração necessária. À Lela e ao Tom, por me transmitirem paz e por me acolherem em sua casa com tanto carinho a que nem sei como serei capaz de retribuir. Ao Gu, agradeço por ser meu amor, por me dar muito amor e por caminhar sempre comigo.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a abdicação de d. Pedro I e as formas como foi percebida e utilizada ao longo da Regência, 1831 - 1840. Para tanto, utilizamos como fontes alguns dos principais periódicos que circularam na corte do Rio de Janeiro; *Aurora Fluminense*, *O Sete d'Abril*, *O Caramuru*, *O Verdadeiro Caramuru* e *O Exaltado*. Percebemos que o 7 de Abril marcava o início de um novo tempo em que o poder não estava mais concentrado no imperador, o que deu margens para o surgimento de um ambiente cultural que garantia uma maior liberdade para a manifestação dos posicionamentos políticos. Assim, moderados, exaltados e caramurus colocaram em cena suas representações do 7 de Abril, fosse para legitimar seu poder, para garantir uma maior participação política ou para marcar sua oposição ao governo vigente. Dessa forma, buscamos mostrar que o movimento não era entendido por todos os grupos de uma mesma maneira, que ele podia receber usos políticos diversos e que diferentes representações podiam ser mobilizadas de acordo com quem o interpretava e com quais interesses o fazia.

Palavras-chave: abdicação, usos políticos, representações.

ABSTRACT

The following research project looks to understand the abdication of D. Pedro I and the way in which it was perceived and used throughout the Regency, 1831 – 1840. To achieve this, we used some of the main periodicals which circulated within in Rio de Janeiro' Court; *Aurora Fluminense*, *O Seted'Abri*, *O Caramuru*, *O VerdadeiroCaramuru* and *O Exaltado*. We discovered that the 7th of April marked the beginning of a new era in which political power was no longer concentrated with the Emperor, allowing for the insurgence of a certain cultural environment which guaranteed greater freedom for the manifestation of other political positions. In this way, *moderados*, *exaltados*, and *caramurus* demonstrated their political representations of the 7th of April in order to legitimize their power and to guarantee greater participation, or note their opposition to the government of that time. As such, we seek to show that the 7th of April Movement was not intended for all groups in the same way, rather, that it could have been used for various political agendas and that different political representations could have been mobilized according to how it was interpreted and whose interests it may have served.

Key-words: abdication, political agendas, representations.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
------------------------	-----------

Capítulo 1

Da queda de d. Pedro I ao período regencial

A crise da monarquia.....	15
A abdicação de d. Pedro I e a historiografia.....	18
As vozes da Regência: um período de grande atividade jornalística.....	26
Tendências, <i>partidos</i> e tradições políticas da sociedade regencial.....	36
Um tempo de mudanças e de revoltas.....	40
As articulações do <i>Regresso</i> e a maioria do imperador.....	43

Capítulo II

O 7 de Abril e suas representações

Revolução e Regeneração.....	47
Revolução e Traição.....	56
Revolução e Revolta.....	60
Revolução e Restauração.....	66
O freio no “carro” da Revolução.....	69
A Revolução e a monarquia de d. Pedro II.....	75

Capítulo III

Os usos políticos do 7 de Abril

Símbolos dos novos tempos.....	81
O 7 de Abril vai às ruas.....	95

Conclusão.....	106
-----------------------	------------

Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias.....	109
Bibliografia.....	110

INTRODUÇÃO

A Regência (1831 – 1840) pode apresentar-se como um dos períodos mais interessantes da história do Brasil, se considerarmos as novidades trazidas e as maneiras encontradas por seus contemporâneos para se adaptar à nova realidade. Iniciada em 1831, com a abdicação de d. Pedro I, trazia como primeiro e grande desafio a continuidade de um Império no momento em que caía um de seus pilares, o imperador.

Para ocupar o poder central, foi eleita uma Regência, posto que, seguindo a linha sucessória, o segundo imperador do Brasil seria Pedro de Alcântara, que na época ainda era uma criança. Porém, os desafios que esses homens teriam pela frente eram bem maiores que a substituição de governantes. A Regência teria que lidar com a falta de um poder forte e representativo, capaz de coibir e acalmar as manifestações públicas, no momento em que surgiam associações políticas, aumentava o número de jornais em circulação e mais festividades cívicas eram levadas às ruas.

Dessa forma, a abdicação de d. Pedro I mudou a concepção de política do Império; esta deixou de ser vista como uma questão *áulica*, apenas de domínio palaciano, e se popularizou, tomou as ruas. Podemos dizer que durante essa fase de nossa história houve um processo de politização do cotidiano, a partir do qual tudo gravitava na órbita da política. O novo espaço público¹ foi marcado por uma maior participação das pessoas, pela utilização das ruas para discutir política, festejar datas e desfilar diferentes posicionamentos.

Para o presente estudo, três historiadores serviram como base. Marco Morel, com sua obra *O período das regências (1831 – 1834)*, ajudou a traçar um panorama geral da Regência e a perceber a infinidade de assuntos que esses homens discutiam, como: monarquia constitucional, absolutismo, federalismo, liberalismo e outros. Através de seu livro *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*, Morel nos fez perceber como a Regência foi um período de grande circulação de ideias, de movimentação de homens em torno de posicionamentos políticos e de criação de associações cujo objetivo era pensar a política. Enfim, uma das principais contribuições de Marco Morel para o presente trabalho foi mostrar como na Regência houve uma explosão da palavra pública, ou seja, da publicação de discursos e da discussão de

¹ Essa abordagem considera espaço público como um espaço de socialização, de convivência, de discussão e de interação.

política, realizada principalmente pelos jornais, mas também pelo comércio de livros e pela formação de associações.

Marcelo Basile também teve grande peso nesse trabalho. Através de sua tese de doutorado, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*, o autor auxiliou-nos na reflexão sobre a política na Regência. Por seu trabalho pudemos ver quais eram os grupos políticos desse período, suas principais ideias e formas de organização. Além disso, foi através de Basile que tivemos uma visão geral dos periódicos que circularam na corte, de sua duração, de seu posicionamento e por suas pesquisas foi possível dar vida aos homens que estavam por trás das ideias. Basile nos possibilitou informações sobre os redatores, sua formação, atuação profissional e principais influências políticas.

Finalmente, Wlamir Silva, em seu livro *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1834)*, nos atentou para a hegemonia conquistada pelos liberais moderados logo nos primeiros anos da Regência e a forma como os mesmos fizeram para manter-se no poder. Foi através da obra de Wlamir Silva que descobrimos que tais homens utilizavam-se de uma pedagogia, isto é, de uma forma didática para ensinar os valores dos novos tempos.

A partir de todas essas influências, trabalhamos com o 7 de Abril, data em que se comemorava a abdicação de d. Pedro I, para mostrar que ao longo do período regencial muitos foram os usos políticos e as representações motivados por ela. Nosso interesse não é trabalhar com a abdicação em si ou com suas origens, mas analisar sua repercussão. Tratamos das formas como os partidos políticos representaram a data e de como isso variou conforme seus interesses. Fosse para legitimar seu poder, como fizeram os moderados, para garantir uma maior participação política, como fizeram os exaltados, ou ainda para marcar sua oposição ao governo vigente, como fizeram os caramurus, o 7 de Abril esteve por muito tempo em pauta na Regência.

Para tanto, usamos como fontes alguns dos jornais que circularam na corte durante a Regência: *Aurora Fluminense*, *O Sete d’Abril*, *O Exaltado*, *O Caramuru*, *O Verdadeiro Caramuru* e *D. Pedro I*. Ao ler tais fontes percebemos a grande quantidade de referências feitas ao 7 de Abril; em seguida, a partir de uma leitura mais atenta, percebemos que os jornais não se referiam ao evento da mesma forma. Assim, passamos a ler as fontes considerando quem as escrevia, em que contexto as fazia e à qual filiação política vinculava-se. De maneira que conseguimos perceber que ao longo do tempo foram criadas diferentes representações para o 7 de Abril, que logo foram inseridas no jogo político e transformaram-

se em mais uma das estratégias usadas pelos grupos para conquistar consenso e maior apoio político.

A base do trabalho centra-se no tripé conceitual de Roger Chartier, representação, apropriação e práticas. Através de Chartier entendemos representação² como a recriação da realidade através de imagens que organizam e facilitam a sua apreensão. As representações dão sentido à vivência coletiva, carregam valores e julgamentos, fazem a mediação e substituem um objeto ou acontecimento ausente por uma imagem que é capaz de representá-lo e mantê-lo na memória. São construções que podem ser forjadas por interesses de grupos, principalmente aqueles que detêm mais poder. Nesse sentido, não são elaborações neutras mas, ao contrário, produzem estratégias e práticas para servir a determinados interesses, impor uma autoridade e condicionar os acontecimentos. São instrumentos de apreensão da vida social que só fazem sentido quando em referência à prática, ou seja, quando tratam de um acontecimento concreto, o que lhes garante seu caráter variável. De tal modo, criar uma representação para o fato significa interpretá-lo, conceder-lhe um significado que pode variar de acordo com quem o produz, como, e por que o faz.³

Essas variações relacionam-se ao conceito de apropriação e trazem à tona as diversas possibilidades de leitura de um mesmo acontecimento. Mostram que a percepção do real não é um processo objetivo e facilmente compreendido, ao passo que pode ser determinado por características compartilhadas por um grupo social. Enfim, analisamos as fontes a partir do conceito de práticas, que são ações empreendidas pelos indivíduos para fazer com que suas representações sejam construídas e tomadas como hegemônicas.

A obra de Reinhart Koselleck também nos serviu de inspiração na elaboração desse trabalho, principalmente quando atentou para a força das palavras e das interpretações e para a sua capacidade de conceder um significado a um determinado acontecimento. Para Koselleck, o homem precisa de conceitos, ou seja, de palavras que interpretem, classifiquem e identifiquem sua experiência. Segundo o autor, *sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver uma unidade de ação política*.⁴ É através desses conceitos criados que o homem concede significado à sua vivência histórica, reúne suas experiências e abre seus horizontes de expectativa.

²CHARTIER, Roger. *À beira da falésia, a história entre as certezas e a inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002 e CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

³Ver CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia, a história entre as certezas e a inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61 – 79.

⁴KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuições semânticas dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 98.

A dissertação é composta por três capítulos. O primeiro contextualiza a abdicação de d. Pedro I e mostra como o evento foi visto pela historiografia. Tal capítulo também discute as fontes utilizadas, mostrando quem eram os redatores dos jornais pesquisados e quais eram seus posicionamentos políticos. Além disso, analisa sua estrutura, circulação, preço e possibilidade de ser acessível à população. Ainda no primeiro capítulo buscamos entender quem eram os atores políticos da época e de que maneira eles se articulavam. Discutimos ainda o conceito de revolução e as heranças trazidas por ele, posto que os contemporâneos do 7 de Abril referiam-se à data como uma revolução.

O segundo capítulo analisa a forma como o 7 de Abril foi entendido pelos diferentes grupos políticos. Trata-se de interpretar os discursos apresentados nos jornais e tentar reconstruir as imagens que faziam do 7 de Abril, além de buscar entender as formas com que tais construções eram usadas na prática política.

O terceiro capítulo trabalha com os elementos que davam suporte ao 7 de Abril tanto no plano intelectual ou do discurso, como no mundo social. Para isso, trabalhamos com a Câmara dos Deputados e a Guarda Nacional, instituições que passaram a ser vistas por alguns como símbolos dos novos tempos. Por fim, analisamos as festas cívicas organizadas em homenagem ao 7 de Abril.

Capítulo I

A queda de d. Pedro I e o período regencial

A crise da monarquia

O calendário imperial marcava o ano de 1831 e d. Pedro I se afastava cada vez mais da imagem de “grande herói”, que havia conquistado durante o processo de Independência do Brasil. O imperador passava por uma dura fase, na qual a sua popularidade estava em queda. Carregando problemas que lhe desgastavam como líder político, estrategista militar e intermediador das relações entre portugueses e brasileiros, o governo de d. Pedro I demonstrava graves sinais de crise.

Seu poder já vinha sofrendo abalos desde 1826, quando, com a morte de seu pai, d. João VI, d. Pedro teve que ficar atento às questões que diziam respeito à sucessão da coroa portuguesa. A questão sucessória em Portugal abalou seu prestígio e por algum tempo fez com que se tornasse um rei com duas coroas.⁵ Impossibilitado de continuar nessa situação, o monarca abdicou do trono português em nome de sua filha, Maria da Glória. Contudo, a questão não teve aí seu desfecho. D. Miguel, irmão de d. Pedro I, deu um golpe e assumiu o poder em Portugal. Esse conturbado cenário contribuiu para que d. Pedro se voltasse cada vez mais a acompanhar o desenrolar dos fatos no Reino, o que desagradava aos brasileiros e os fazia acreditar que os assuntos relativos ao seu Império estavam ficando esquecidos enquanto o rei abatia-se com as questões de além-mar.

O ano de 1826 foi marcado ainda pela Guerra da Cisplatina e a participação do Brasil contribuiu para denegrir ainda mais a imagem do monarca. O conflito envolveu Brasil e Argentina, que disputavam a região, que seria, mais tarde, o Uruguai. D. Pedro insistia em participar do conflito bélico por acreditar que era uma forma de assegurar territórios importantes e ainda garantir a integridade do Império. Entretanto, o monarca passou a ser visto como um mau estrategista quando o Brasil saiu derrotado do confronto, mesmo possuindo força e recursos militares superiores.

Como toda guerra, a da Cisplatina deixou um saldo negativo tanto nas questões financeiras quanto nas sociais, devido à grande perda de vidas. Entretanto, o saldo negativo pesou mesmo sobre d. Pedro I que, depois do conflito, passou a ser visto como aquele que não fora capaz de articular seus homens e de administrar seus soldados. Nesse momento, o poder

⁵MOREL, Marco. *O período das Regências, (1831 – 1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.11.

de negociação de d. Pedro I foi questionado e desconsiderado quando se fez necessária a intervenção externa para que a paz fosse assegurada. Os acordos de paz entre Brasil e Argentina só foram conquistados em 1828 com a intervenção da Inglaterra, o que garantiu o surgimento de um país livre denominado República Oriental do Uruguai⁶.

O *Aurora Fluminense*, em 31 de outubro de 1828⁷ publicou a “Convenção Preliminar de Paz”, documento que assegurava o fim da guerra entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. O acordo mediado pela Inglaterra determinava que a antiga província da Cisplatina se separasse do território brasileiro e se tornasse independente.

Em uma guerra de mais de dez anos, nenhum esclarecimento, nenhuma satisfação foi dada pelo governo à Nação ou aos seus deputados, não se viam nas páginas dos papéis ministeriais grandes palavras, narrações de vitória, injúrias contra os argentinos, lástimas da sua fraqueza, miséria e desordenado regime político. No entanto, no meio de ilusões tão brilhantes, cai das nuvens um Tratado indecoroso em que se não acha uma só condição favorável ao Brasil, que compense o prejuízo que sofre ou pelo menos atenua a sua vergonha.⁸

Para o referido jornal, a Guerra da Cisplatina por si só já era uma vergonha com a qual o Brasil teria que conviver, posto que havia sido derrotado mesmo tendo as condições necessárias para vencer. O conflito havia sido um acontecimento desconhecido para grande parte da população pois, conforme sugere o redator, durante o longo tempo em que se estendeu, as autoridades não se prestaram a dar notícias ou esclarecimentos.

O desfecho do conflito ainda era motivo de descontentamento por parte dos brasileiros, que além de perderem territórios, tiveram que contar com o intermédio da Inglaterra, o que desmoralizava ainda mais o poder central e colocava em xeque sua capacidade de comando, posto que d. Pedro I não havia conseguido resolver sequer os conflitos do Império sem ter que recorrer à diplomacia externa. Por fim, o redator diz que o acordo de paz fechado com Buenos Aires foi fruto de uma necessidade - que ele não deixa claro - mas suponhamos que esteja se referindo ao fim da guerra. No entanto, ainda de acordo

⁶NEVES, Lúcia Maria Bastos & Machado, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 113. Para uma discussão mais aprofundada sobre a Guerra da Cisplatina e, principalmente para uma revisão bibliográfica sobre o tema e suas visões, ver PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios do Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2007. Disponível pelo site: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PEREIRA_Aline_Pinto-S.pdf Ver ainda: PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus legislativo no contexto da Guerra Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012. Disponível pelo site: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1390.pdf>

⁷Aurora Fluminense, nº 111, 30/10/1828.

⁸Aurora Fluminense, nº 111, 30/10/1828.

com o periódico, tal necessidade de acabar com a guerra não desculpava os ministros por não terem procurado os representantes da nação para mostrar a verdadeira situação.

Nesse caso, percebemos que o redator do *Aurora Fluminense* acreditava que o Brasil não tinha perdido a região da Cisplatina por falta de força ou vontade de seus soldados, mas sim por uma política ineficiente, que não soube achar a melhor saída para a situação. Cabe ressaltar ainda que, para o jornal, d. Pedro I era um dos principais culpados, por ser o dirigente máximo.

Os limites da administração de d. Pedro I eram percebidos ainda pela situação econômica do Império, marcada por uma forte crise com altos índices de inflação e de carestia. A renovação do Tratado de Aliança e Amizade feito com o governo inglês em 1827 era foco de desgosto, uma vez que os ingleses, principais parceiros comerciais do Brasil, pagariam impostos mais baixos que os demais países, causando prejuízos para o Império que tinha como principal receita a cobrança dos direitos de importação⁹. A situação financeira do Brasil se complicou seriamente com a falência do Banco do Brasil, ocorrida em 1829. A instituição estava em dificuldades desde que d. João VI retornou a Portugal com grande parte do tesouro público e mostrava-se incapaz de responder à abusiva emissão de moeda dando margem para a falsificação e para aumento do custo de vida¹⁰.

Percebendo que sua figura não desfrutava mais de prestígio, d. Pedro I tentou reverter esse quadro. Uma de suas tentativas foi viajar a Minas Gerais. Às vésperas da Independência, o imperador já havia realizado tal viagem, que acabou sendo muito proveitosa e lhe garantiu o apoio dos mineiros. Dessa forma, a segunda viagem à província mineira tinha o intuito de reafirmar o apoio dos mineiros, fortalecer a confiança de seus súditos e conseguir bases para suas ações em âmbito nacional¹¹. Porém, a viagem não surtiu o efeito esperado. Os mineiros receberam o imperador com muito respeito, porém com certa hostilidade e cumpriram apenas as formalidades.¹²

⁹NEVES, Lúcia Maria Bastos & Machado, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 114.

¹⁰*Ibidem*, p.116.

¹¹IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais*. In: História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico. Tomo II, volume 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 390.

¹²É importante destacar que no momento da viagem de d. Pedro I a Minas Gerais, a província celebrava as exéquias fúnebres do jornalista e redator de *O Observador Constitucional*, Libero Badaró. Badaró era um imigrante italiano que morava na província de São Paulo e foi assassinado por defender uma vertente mais liberal da política. Sobre tal questão, ver: IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais*, p. 385, In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, v.2, São Paulo: Difel, 1985.

Para renovar os ânimos do imperador, seus partidários e patrícios portugueses organizaram uma homenagem para comemorar sua volta. Gladys Ribeiro¹³ mostra que as comemorações foram realizadas na corte do Rio de Janeiro, cidade que teve suas ruas decoradas com fogueiras e luminárias; as fachadas das casas traziam as cores da bandeira e fogos de artifícios foram lançados ao ar. Todavia, o apoio a d. Pedro I não era um consenso perante a sociedade e a comemoração, inicialmente pensada para festejar a volta do imperador, não recebeu a adesão esperada e deu início a uma série de manifestações, levando às ruas portugueses e brasileiros – e aqui se incluíam brancos, pardos, escravos, forros.

Alguns defendiam o imperador e a monarquia; outros, as reformas constitucionais, e ainda outros a adoção de novos sistemas, como o republicanismo ou o federalismo. Um incidente em particular, principiado na noite do dia 13 de março de 1831 conhecido como a “Noite das Garrafadas”, ganhou destaque não só pela violência dos conflitos mas, sobretudo, por mostrar que a relação entre portugueses e brasileiros se esgarçara ao máximo, que a sociedade não era homogênea e que aqueles que se opunham ao imperador não estavam dispostos a se calar¹⁴.

A abdicação de d. Pedro I e a historiografia

A “Noite das Garrafadas” foi uma das mais contundentes provas de que a situação de d. Pedro I era realmente delicada. Tentando se salvar da crise em que se encontrava, no dia 19 de março de 1831, o monarca convocou um novo ministério, para o qual deu preferência a políticos brasileiros. Entretanto, a nomeação de tal ministério não foi capaz de acalmar os ânimos. Dessa maneira, visando sair do isolamento político, em 5 de abril de 1831, d. Pedro I demitiu os ministros de março e nomeou em seu lugar políticos que lhe garantissem uma maior base política. Tal ministério se assemelhava ao Antigo Regime e a tirania do monarca por ser composto de marqueses e viscondes.¹⁵

A troca de ministérios foi a gota d’água para uma população que já há muito tempo vinha se descontentando com o poder central. Então, os rumos do Império do Brasil foram

¹³RIBEIRO, Glayds Sabina. *A liberdade em construção – a identidade nacional e os conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: FAPERJ, 2002.

¹⁴RIBEIRO, Glayds Sabina. *A liberdade em construção – a identidade nacional e os conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: FAPERJ, 2002, p. 14.

¹⁵ O novo ministério era composto pelos marqueses de Inhambupe, Aracati, Baependi, Paranaguá e Lajes e pelo visconde de Alcântara.

alterados quando na madrugada de uma quinta feira, 7 de Abril de 1831, d. Pedro I abdicou ao trono brasileiro em nome de seu filho, Pedro de Alcântara, então com apenas seis anos de idade. Seguindo as determinações da Constituição de 1824, foram escolhidos os regentes que governariam durante sua menoridade.¹⁶

A abdicação inaugurou um período da história do Brasil conhecido como Regência (1831 – 1840), importante por ter como características a complexidade e a riqueza de acontecimentos e experimentações políticas, época em que os brasileiros se viram sem um dos pilares do Império, antes representado pelo imperador, e tiveram que se organizar rapidamente de forma a minimizar as consequências do vazio de poder e manter a estabilidade do Império.

Na historiografia que aborda o período regencial brasileiro, a abdicação aparece como consequência de uma somatória de medidas equivocadas tomadas pelo imperador que lhe fizeram perder o crédito com os brasileiros, abrindo espaço para a formação de uma grande oposição e, principalmente, para a manifestação desses descontentamentos.

Octávio Tarquínio de Souza assim descreve os acontecimentos:

A crise atingia o auge. Toda a tropa abandonava o monarca, inclusive o “Batalhão do Imperador”, que desertara a guarda do Paço de São Cristóvão e partira sob o comando de Manuel da Fonseca Lima a juntar-se aos revoltosos do Campo de Santana. E já d. Pedro I se obstinava em não repor o ministério demitido a 5 de abril, só um caminho lhe restava: a abdicação. E foi o que fez, pelas três horas da manhã, numa comoção em que mal pôde conter as lágrimas. Estava consumada a revolução liberal do Brasil, fora do trono o imperador que tanto ajudara a obra da Independência.¹⁷

Augustin Wernet define a abdicação como o único fim possível para d. Pedro I frente às manifestações liberais que estavam ocorrendo. Segundo o autor, o impasse entre a conduta do imperador e as aspirações dos políticos liberais foram sendo construídos ao longo do tempo. A querela teria tido início com a questão nacionalista, quando a classe dominante, que para o autor era aquela que possuía terras e escravos, quis por fim ao domínio da metrópole portuguesa.¹⁸

¹⁶Com a abdicação, o Império do Brasil passou a contar com um imperador em plena menoridade, posto que Pedro de Alcântara tinha seis anos, enquanto a maioria determinada pela constituição de 1824 era de dezoito anos. Nesse caso, a constituição determinava que o Império fosse governado por uma regência a ser exercida pelo parente mais próximo do imperador que fosse maior de 25 anos e que estivesse em observância às regras de sucessão. Caso o imperador não tivesse parentes que seguissem esses requisitos, o Império seria governado por uma regência composta por 3 membros e deveria ser nomeada pela Assembleia Geral, a quem caberia também determinar os limites de sua autoridade. A constituição brasileiro de 1824 está disponível para consulta em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

¹⁷SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos Pais Fundadores do Império do Brasil*. 10 volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. Volume V: Evaristo da Veiga, pp. 350 – 351.

¹⁸Segundo Augustin Wernet, desde a época colonial o Brasil estava submetido a um duplo sistema de dependência. O império ligava-se a Portugal, sua metrópole, da mesma forma que se ligava à Inglaterra, com quem Portugal mantinha estreitas relações comerciais. Desde a transferência da Família Real para o Brasil em

Para Paulo Pereira de Castro¹⁹, a abdicação já há algum tempo soava como uma hipótese. De acordo com o autor, desde 1829 grupos “*portadores de ideias liberais muito avançadas*” já preparavam manifestações contra o regime monárquico. Entretanto, o autor diz que não se contava com a abdicação e nem se pretendia expulsar à força d. Pedro I de seu trono. O que aconteceu foi o aumento das insatisfações quanto ao governo de d. Pedro I e no momento em que as tensões atingiram seu ápice, o grupo político conhecido como exaltados teria tomado o controle e incentivado a população a comparecer nas manifestações. Para Paulo Pereira de Castro, esse foi o início do movimento que teve como resultado o 7 de Abril, que possuía objetivos muito limitados, posto que só desejava promover a volta do ministério demitido pelo imperador em 5 de abril do referido ano.

Dessa forma, Paulo Pereira de Castro entende a abdicação como uma tentativa de golpe parcial desfechado contra a monarquia. Tal golpe teria sido dado por homens que desejavam conquistar maior espaço político e uma maior autonomia para os governos provinciais. Segundo o autor, pouco se sabe sobre a organização do golpe que resultou na abdicação. No entanto, o mesmo seguia os precedentes dos demais ocorridos no Primeiro Reinado, isto é, foi realizado por homens que, descontentes com uma determinada situação, organizavam-se através de petições ou representações para pressionar o poder central.

Os golpes, dentro de um precedente bem estabelecido no Primeiro Reinado, sob a forma de petições da tropa, de representações, de votos do povo e tropa determinavam mudanças de comandos, proscições de indivíduos considerados prejudiciais à causa popular, a adoção de medidas administrativas etc., como na Bahia a 4 de Abril, ao exigir-se a substituição do General Callado e na própria corte ao exigir-se a volta de um ministério.²⁰

Castro mostra que os homens se reuniram no Campo de Honra²¹ e agiram de acordo com um preceito: golpear a monarquia exigindo que o imperador revogasse uma de suas

1808 e da emancipação política ocorrida em 1822, o Império continuou dependente dos ingleses, fato que o autor considerava comprovado pela renovação do Tratado de Comércio em 1827. Assim, segundo Wernet, a Inglaterra teria um grande poder de decisão nos rumos que estavam sendo tomados no Brasil, sobretudo nos assuntos relativos ao comércio. Dessa forma, a questão nacionalista e liberal que estava por trás do 7 de Abril relacionava-se aos desejos dos brasileiros de se subordinarem a apenas uma metrópole, a Inglaterra. Ver: WERNET, Augustin. *O período regencial: 1831 – 1840*. São Paulo: Global Editora, 1982.

¹⁹CASTRO, Paulo Pereira de. *A “experiência republicana”, 1831 - 1840*. In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, V. 2. São Paulo: Difel, 1985.

²⁰*Ibidem*, p. 11.

²¹O Campo de Santana, citado tanto pela historiografia quanto pelos jornais, foi o espaço público onde ocorreram todas as manifestações que resultaram na abdicação de d. Pedro I. No século XIX, era uma importante praça da corte, na qual se reuniam importantes instituições militares como a Infantaria e a Cavalaria. Assim, a praça funcionava como um lugar de reunião da “tropa” que, no palavrado da época, referia-se aos militares. Além disso, era um lugar onde a circulação do “povo” era intensa. Assim, frente aos descontentamentos quanto às atitudes do imperador, o Campo de Santana foi pensado como o lugar ideal para agrupar os manifestantes. Logo após a abdicação, o lugar adquiriu um sentido simbólico muito forte e passou a ser chamado de Campo de Marte ou Campo de Honra. O que tratava-se de uma fortíssima referência ao Champ de Mars, situado, atualmente,

decisões. O autor classifica ainda o período regencial como uma experiência republicana, posto que nesse intervalo o Império do Brasil não contou com uma autoridade monárquica atuante e o governo foi entregue aos cuidados de homens eleitos. Fato que era novo para uma sociedade monárquica, daí a ideia de experiência, de teste.

Para Marco Morel, a situação de d. Pedro I já estava delicada no início do ano de 1831 e que, sem apoio político, o monarca isolava-se.

O campo minado era o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, sede das principais unidades militares, onde começou um ajuntamento de tropas e de civis. Nicolau Vergueiro, senador, dirigente maçom, abandonou as reuniões secretas e foi um dos que ganhou as ruas da cidade imperial, que se enchiam de gente ávida de cidadania, gente da “boa sociedade”, mas muitos anônimos também. O general Francisco de Lima e Silva, principal nome do esquema militar do imperador, aderiu às manifestações com seus subordinados e aliados. “Tropa” e “povo”, segundo as palavras da época, julgaram-se soberanos e empurraram o governante supremo contra a parede. Embora não fosse de toda imprevista, a situação precipitou-se. Isolado no palácio, d. Pedro I busca a fórmula da abdicação em nome do príncipe herdeiro, prevendo em seu lugar uma Regência que deveria ser, retomando as palavras de Constant, sábia e moderada em defesa da ordem, da monarquia e da dinastia.²²

Marco Morel mostra a abdicação como o resultado de um processo marcado por posicionamentos e ações do imperador que acabaram desagradando a seus súditos, que influenciados por ideias liberais, acreditavam na possibilidade de reação contra um governo que não estivesse agindo de acordo com os interesses da maioria.

O historiador nos mostra ainda que a abdicação como uma saída para d. Pedro I não foi improvisada ou pensada de última hora, mas que já havia sido cogitada anteriormente. Morel faz referência a uma carta enviada por Constant, um dos principais teóricos do pensamento político europeu da época, na qual aconselhava d. Pedro I a abdicar de seu trono no Brasil em nome do príncipe herdeiro e deixar em seu lugar uma regência moderada para garantir a ordem enquanto durasse a menoridade de Pedro II.²³

As reflexões de Benjamin Constant marcaram igualmente o fim do Primeiro Reinado brasileiro (1831). Numa carta manuscrita datada de 1827 e encontrada entre os papéis de d. Pedro I, Constant já refletia (e aconselhava) sobre um eventual retorno do monarca

entre a Torre Eiffel e a Escola Militar, em Paris, local que foi palco de importantes acontecimentos da Revolução Francesa. O que demonstrava o peso da herança da referida revolução tanto na forma de se pensar os movimentos que lhe seguiram, quanto na denominação dos espaços públicos. Atualmente, o Campo de Santana, é chamado de Praça da República e guarda memórias relacionadas à proclamação da república, como a casa de Marechal Deodoro da Fonseca e ainda o Ministério da Guerra. Ver: MOREL, Marco. *As transformações no espaço público: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005. Capítulo 4: Rio de Janeiro, Cidade Imperial.

²²MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.p. 19.

²³Sobre a relação entre Benjamin Constant e d. Pedro I, ver: BARBOSA, Silvana Mota. *Autoridade e Poder Real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional Portuguesa de 1826*. Locus: revista de história. Juiz de Fora, v. 10, n. 2, pp. 7 – 22, 2004.

a Portugal, deixando em seu lugar no Brasil uma Regência que mantivesse a monarquia e a dinastia no poder.²⁴

Constant acreditava que essa seria a melhor maneira de d. Pedro I assegurar a monarquia e o *status quo* no Brasil, além de garantir que ele fosse lembrado como paladino das liberdades, já que naquele momento estava sendo comparado com governantes, que tanto na América, quanto na Europa, eram vistos como representantes da tirania.²⁵

Já o historiador Francisco Iglésias trata a abdicação como o resultado de um choque entre o liberalismo e as inclinações autocráticas do imperador. Para ele, nesse momento o Império teve sua integridade nacional posta em risco e viveu um momento fecundo para os mais diversos tipos de rebeliões e manifestações.²⁶

Lúcia Maria Bastos e Humberto Fernandes Machado mostram a abdicação como o resultado da união da população e do exército no Campo de Santana para pedir mudanças, e principalmente, a volta do ministério deposto por d. Pedro I. Segundo os autores, nesse momento o governo de d. Pedro I vivia uma crise cuja resposta dada foi a abdicação. Os autores salientam que a essa altura o monarca já apresentava os títulos de “intransigente, autoritário e absolutista”.²⁷

Maria de Lourdes Vianna Lyra mostra a abdicação como desfecho de um governo que já se mostrava desgastado e acuado. A historiadora apresenta a abdicação como o fim possível para um governo que não conseguia equilibrar bem um Império que sofria com a Guerra da Cisplatina, com a situação econômica interna e com a questão sucessória do trono português. Então, isolado no Palácio de São Cristóvão e sem expressivo apoio político, só restava a d. Pedro I renunciar publicamente.²⁸

²⁴MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 47.

²⁵Marco Morel cita a troca de correspondência entre o primeiro monarca do Brasil e um importante pensador político europeu, Benjamin Constant, que representava nesse contexto uma das grandes diretrizes para o liberalismo. Constant defendia um liberalismo no qual a força da sociedade deveria sobrepor-se ao Estado, ou seja, ele defendia uma maior liberdade de expressão dos membros da sociedade e até mesmo uma maior autonomia das instituições que davam suporte ao poder político central, como o Parlamento. Segundo Marco Morel, Benjamin Constant teve grande influência na institucionalização do Império Brasileiro e na elaboração da Constituição de 1824. *Ibidem*, pp. 46 – 49.

²⁶IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais*. In: História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico. Tomo II, volume 2. São Paulo: Difel, 1985.

²⁷NEVES, Maria Lúcia Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁸LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual Editora, 2000.

Finalmente, para Wlamir Silva, a abdicação foi fruto de vários conflitos que desgastaram a relação entre a sociedade e o monarca. Dessa forma, a abdicação de d. Pedro I trouxe para os homens do Império uma nova perspectiva:

O 7 de Abril e a abdicação de Pedro I trouxeram uma nova perspectiva para as elites políticas brasileiras: *o self-government*. Com um herdeiro menino e tutelado, surgia uma oportunidade de estruturação política que, prescindindo de uma ação antimonárquica, viesse a estabelecer a preeminência representativa e provincial.²⁹

Em outras palavras, a abdicação do imperador trazia a possibilidade de um novo governo, guiado pelos interesses dos brasileiros que, a partir de uma ação contrária à monarquia, estabeleceriam uma política representativa e com maior autonomia provincial. Além disso, o historiador demonstra ainda que a abdicação foi acompanhada de um processo de vulgarização da imagem de d. Pedro I, quando este deixou de ter elevadas suas qualidades de herói que lutou pela Independência e passou a ser visto como alguém de interesses mesquinhos.

Intentava-se reduzir o impacto do simbólico monárquico pelo acanalamento da figura de d. Pedro I, associando-a a interesses mesquinhos e à sua trajetória política, ou histórica, real. Mas, se a sacralidade de d. Pedro I carregava em si a sacralidade dinástica, boa parte de sua força simbólica fora construída pelos próprios liberais, com sua heroificação a partir dos episódios da Independência. Assim, uma dimensão importante da guinada liberal-moderada seria uma reavaliação histórica da personagem imperial no processo de autonomia.³⁰

D. Pedro I talvez pudesse ter voltado atrás em sua decisão, ou ter colocado de volta no cargo o ministério deposto em 5 de abril de 1831, o que podia ter impedido a movimentação de homens e até mesmo indicado uma outra saída que não fosse a sua abdicação. Não podemos negar que, como um monarca, ele possuía à sua disposição os meios de conter as manifestações populares que, como nos mostraram as fontes e a historiografia, não foram utilizados. Parece-nos ter atravessado d. Pedro I um período conturbado, marcado por problemas de ordem econômica e social e que diminuíram a credibilidade de seu governo e lhe causaram desânimo. Assim, percebemos a abdicação como uma das saídas encontradas pelo monarca, uma decisão do governante visando acalmar o povo do Império e garantir que o mesmo continuasse sob o domínio da sua família.

Porém, fato é que a abdicação ocorreu e os acontecimentos do 7 de Abril passaram a ser considerados por muitos dos contemporâneos como uma *revolução*. Isso se devia aos exemplos e referência que os mesmos buscavam na história europeia. A década de 1830

²⁹SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, Minas Gerais: Fapemig, 2009, p. 189.

³⁰*Ibidem*, p. 190.

mostrava-se impactante para o Brasil, mas não menos importante para a Europa, sobretudo, para a França. Naqueles anos, a França viveria momentos ímpares, não só por terem sido capazes de efetivar mudanças em sua realidade, mas sobretudo por servirem de repertório para comparação com os acontecimentos que se seguiram. E ainda por trazerem à tona heranças de antigos e emblemáticos acontecimentos, como a Revolução Francesa.

Para Eric Hobsbawm, o mundo ocidental passou por três grandes ondas revolucionárias entre 1815 e 1848. Segundo o autor,

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gastado mais de vinte anos para derrotar as primeiras; até mesmo os britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se estabeleceram em toda Europa e sabiam muito bem que as reformas podiam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.³¹

Pelas palavras de Hobsbawm percebemos que a Europa adentrou a década de 1830 carregando a herança da Revolução Francesa que lhe servia como modelo repleto de conotações negativas e que não se desejava repetir. A Revolução teve início em 1789, em uma França marcada por privilégios com a aristocracia, com a nobreza e com o clero, por um absolutismo monárquico e por vestígios de uma organização social feudal que pesava sobre os camponeses.

Hobsbawm bem assinalou que a maneira como vemos o passado é resultado de uma seleção específica dos nossos interesses. Sendo assim, a Revolução Francesa foi apresentada de diferentes formas, de acordo com o que queria destacar. Em lugares onde as monarquias eram fortes, como o Império do Brasil, o aspecto que mais pesava da revolução ocorrida na França era seu período de terror, as mortes e o derramamento de sangue. O movimento repercutiu para as monarquias como algo que devia ser evitado, por ter uma força incontrolável depois de iniciado. A memória da Revolução Francesa era, muitas vezes, negada por causar medo e repulsa, principalmente em reis que não desejavam a mesma sorte de Luís XVI.

Em meio a essas ondas revolucionárias europeias, a que mais teve repercussão direta no Brasil foi a ocorrida na França, em julho de 1830. Tal revolução arquitetou a queda de um monarca e foi planejada por uma burguesia enriquecida e descontente com os rumos políticos.

³¹ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789 – 1848*. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 25ª edição revista. 5ª impressão. Ver: Capítulo 6 – As revoluções.

Com o fim da era napoleônica, os Bourbons haviam voltado ao poder na França. Naquele momento, estava em vigor uma constituição que dizia que o representante máximo do poder executivo era o rei, que deveria governar juntamente com as instituições representantes do poder legislativo. O legislativo era bicameral, formado pela Câmara dos Pares, cujos membros eram escolhidos pelo rei, e pela Câmara dos Deputados, que eram eleitos por voto censitário.

A França estava ainda submetida ao poder do rei Carlos X que, com ideais conservadoras, passou a propor medidas que reafirmavam o absolutismo e o governo nos moldes do Antigo Regime. Como exemplo de que estava disposto a manter um poder fortemente centralizado, o rei francês censurou a liberdade de imprensa e ainda deu grandes poderes à Igreja, que passou a controlar grande parte das instituições educacionais. No ano de 1830, os políticos de vertente mais liberal saíram vitoriosos das eleições e a câmara passou a fazer forte oposição às medidas tomadas pelo rei. No entanto, este não cedeu às pressões; ao contrário, impôs medidas ainda mais severas e retirou do cargo todos os deputados eleitos, ato que desagradou muitas pessoas que sob a liderança do duque Luiz Felipe, juntamente com jornalistas, estudantes, burgueses e trabalhadores, deram início a uma série de manifestações que conduziram a França à revolução de 1830.

Em meio a tantos descontentamentos, Carlos X abdicou de seu trono e Luiz Felipe ficou em seu lugar. Segundo Hobsbawm, a própria França criou condições para que a revolução surgisse, posto que naquele momento apresentava sistemas políticos inadequados à realidade social.

Os Bourbons foram derrubados em Paris por uma típica combinação de crise do que se considerava a política da monarquia Restaurada e da inquietude popular devida à depressão econômica. Cidade sempre agitada pela atividade de massa, Paris em julho de 1830 mostrava as barricadas surgindo em maior número e em mais lugares do que em qualquer época anterior ou posterior.³²

Por isso o caso francês servia aos brasileiros como um bom exemplo e como uma herança positiva, afinal seus rumos sintetizavam tudo aquilo que a direção liberal moderada desejava conquistar. Nas terras tropicais, os acontecimentos franceses encontraram ainda um ambiente propício para o recebimento de tais ideias, pois o Império vivia uma difícil situação financeira e estava entregue a um governante que, no início da década de 1830, se encontrava muito preocupado com a questão dinástica de Portugal. Por isso, tal *revolução* de 1830 teria ainda uma grande aceitação em uma sociedade na qual os proprietários reclamavam por maior participação política.

³² HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789 – 1848*. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 25ª edição revista. 5ª impressão, p. 194.

Assim foi a aurora da década de 1830 na França, descrita por muitos como o ano da liberdade. Assim caminhava a conquista da liberdade no Brasil, pautada em manifestações, em tensões, em golpes, em representações e sempre carregando ideais e posicionamentos de movimentos anteriores.

As vozes da Regência: um período de grande atividade jornalística

Marco Morel define o período regencial como aquele que não permite visões esquemáticas, mas ao contrário, como um laboratório no qual estavam em prova diferentes práticas políticas e sociais.

Penso que o período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos da história do Brasil. Nela, foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberalismo em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação da nacionalidade, diferentes fórmulas de organização do Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias) conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, vigoras retóricas impressas ou faladas, táticas de lutas as mais ousadas... A lista seria interminável.³³

Para classificar tal recorte cronológico, podemos ainda utilizar as palavras de Lynn Hunt³⁴ e dizer que naquele momento o Império viveu uma época de politização do cotidiano e de abertura para as discussões dos mais diversos assuntos. A Regência havia criado um ambiente propício para discutir assuntos como: monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, federalismo, liberalismo, democracia, catolicismo, nacionalismo e formas de organização do Estado Nacional.

As consequências trazidas pela abdicação de d. Pedro I transcendiam a simples troca de governantes, serviam como baliza temporal para um período diferente. Marco Morel afirma que a abdicação transformou o ambiente cultural ampliando e diversificando a esfera pública, cultural e literária e abrindo mais espaço para a discussão de questões políticas. Foi um tempo de intensa atividade jornalística e vivência política.³⁵

³³MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p.9.

³⁴HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 81.

³⁵MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

Segundo Morel, essas iniciativas de manifestações políticas começaram a ganhar vulto no final do Primeiro Reinado. Nesse momento, a abdicação do imperador e os governos da Regência significaram um relativo enfraquecimento do poder monárquico, o que possibilitou um aumento das manifestações políticas e das organizações de associações com o mesmo fim. O autor segue dizendo que após o 7 de Abril houve uma grande proliferação de associações políticas, patrióticas, filantrópicas, maçônicas, públicas e secretas, associações que, ao longo do Primeiro Reinado, cresceram tanto em número quanto em atividades, e que só começariam a ser reprimidas com o *Regresso*.³⁶

Ao escrever suas memórias, o deputado e advogado mineiro Francisco de Paula Ferreira de Rezende, acentua esse caráter da vivência política da Regência. Ele dizia se recordar de forma mais viva e nítida de acontecimentos ligados ao público e ao político, o que justifica da seguinte maneira:

O fato tem, entretanto, quanto a mim, uma explicação plausível e muito natural; e é, que nasci e me criei no tempo da regência; e que nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que no lar doméstico; ou, em outros termos, vivia em uma atmosfera tão essencialmente política que o menino, que em casa muito depressa aprendia a falar liberdade e pátria, quando ia para a escola, apenas sabia soletrar a doutrina cristã, começava logo a ler e aprender a constituição política do Império.³⁷

Wlamir Silva analisa a província de Minas Gerais nos primeiros anos do período regencial e, para o autor, grande parte das ideias que circulavam naquele momento era fruto da difusão do liberalismo que já havia se iniciado no século XVIII através da circulação de livros em um meio de homens letrados. Para o autor, após a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, a elite liberal mineira procurou aumentar seu poder de convencimento, o que foi possível através da imprensa periódica. Silva destaca que foi na província de Minas Gerais que a imprensa ressurgiu e que lá existia grande atividade tipográfica a tal ponto que o maquinário era produzido localmente.³⁸

Essa tendência de politização expressa através da imprensa periódica se espalhou por todos os cantos do Império e viveu seu auge na corte do Rio de Janeiro, onde, principalmente após o reabertura da Assembleia Legislativa, os homens ganharam um espaço maior para expor suas ideias.

Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado,

³⁶MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 268 – 269.

³⁷REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 67.

³⁸Ver: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2009. Capítulo 4: O “Comércio dos Pensamentos”.

O processo de politização possibilitado pela nova legislatura de 1826 trouxe à luz o renascimento dos jornais, sendo que, no Rio de Janeiro, alguns se destacaram por seu papel de oposição, ainda que em tom moderado, como o *Astréia*, fundado em junho de 1826, e o *Aurora Fluminense*, cujo primeiro número apareceu em novembro de 1827, e a *Malagueta*, que ressurgiu em 1828 e cujos excessos ocasionaram nova agressão ao seu redator no ano seguinte.³⁹

A discussão política permitida pela reabertura da Assembleia Geral em 1826 criava um ambiente propício também para a discussão política em outros âmbitos da sociedade, dentre os quais, durante a Regência, a imprensa periódica foi destaque. No intervalo de 1831 a 1840, muitos jornais passaram a ser impressos tanto na corte quanto nas demais províncias.

No Rio de Janeiro, entre os jornais de tendência política liberal moderada, o de maior destaque foi o *Aurora Fluminense*. Marcelo Basile destaca a importância nacional adquirida pelo jornal que circulou sem interrupções entre 21 de dezembro de 1827 e 30 de dezembro de 1835.⁴⁰ O *Aurora Fluminense* era redigido por Evaristo Ferreira da Veiga, nascido em 8 de outubro de 1799 e filho do livreiro e professor de primeiras letras Francisco Luiz Saturnino da Veiga e de Francisca Xavier de Barros. Não frequentou nenhuma universidade, mas aproveitou-se de sua proximidade com os livros e do fato de ser autodidata para adquirir o máximo de conhecimento que pudesse.

Evaristo da Veiga entrou no ramo de seu pai e iniciou seu trabalho como caixeiro de livros. Algum tempo depois, em sociedade com seu irmão, João Pedro da Veiga, abriu uma livraria. Posteriormente abriu uma livraria própria, que ficava na Rua dos Pescadores.⁴¹ Evaristo já se aventurava como escritor, escrevia poesias e hinos, que a princípio eram líricas, mas que aos poucos foram ganhando conotação política. Dessa forma, Evaristo da Veiga ingressou nas atividades de redator⁴² e a exposição pública de suas ideias deram a ele a possibilidade de conquistar um lugar na política. Foi eleito deputado por Minas Gerais por três legislaturas consecutivas (1830, 1834 e 1838),⁴³ tornando-se uma das vozes mais respeitadas do liberalismo moderado.⁴⁴

³⁹NEVES, Maria Lúcia Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 116.

⁴⁰BASILE, Marcelo Otávio Neri. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 24.

⁴¹A Rua dos Pescadores corresponde à atual Rua de Visconde de Inhaúma.

⁴²Segundo Marco Morel, a imprensa no século XIX fez com que entrasse em cena o homem público, ou seja, o redator, o panfletário ou o gazeteiro, que assinava pelo jornal e que era responsável pelas ideias nele apresentadas. Para Marco Morel, esse homem vinha com uma missão política e pedagógica simultaneamente de instruir e influenciar a opinião dos leitores. Ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 167.

⁴³Evaristo da Veiga tinha grande apoio dos eleitores da Província de Minas Gerais onde seu jornal era muito bem recebido e tinha grande circulação. Além disso, dois de seus irmãos moravam na vila de Campanha, situada no sul de Minas, lugar para o qual se mudaram para tratar da saúde, posto que na região havia águas minerais com resultados medicinais. Assim, os irmãos, que também eram políticos influentes na região e também realizavam

O redator do *Aurora Fluminense* sempre teve um grande prestígio e um enorme poder político, porém nunca ocupou nenhum outro cargo que não fosse o de deputado, o que alguns de seus biógrafos justificam como a sua recusa e seu desinteresse por altos postos e por honrarias. Evaristo da Veiga foi extremamente atuante nos anos iniciais da Regência, quando os moderados assumiram a condução política do Império e mantinha estreitas relações com Feijó. No entanto, quando a situação começou a se encaminhar para o *Regresso*, ele ficou desiludido e acabou falecendo em 12 de maio de 1837, com apenas trinta e sete anos de idade. Octávio Tarquínio de Sousa refere-se ao fim da vida de Evaristo com as palavras: “vida breve, morte oportuna” e diz que o político teve uma vida curta, porém intensa e deixou a política na hora apropriada, posto que era ferrenho defensor das ideias liberais e no ano em que faleceu a política encaminhava-se para o *Regresso*.⁴⁵

O jornal *O Sete d’Abril* também circulou pela corte do Rio de Janeiro entre 1º de janeiro de 1833 e 20 de março de 1839. Segundo Marcelo Basile, inicialmente tal jornal estava ligado à corrente política dos moderados. Porém, com o passar do tempo, foi apresentando um discurso contrário tanto aos seus companheiros quanto ao governo, até se firmar como o grande veículo de articulação do *Regresso*.⁴⁶ A redação de *O Sete d’Abril* é comumente atribuída a Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Vasconcelos⁴⁷ nasceu em Vila Rica, atual Ouro Preto, em 27 de agosto de 1795, filho do português Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e da mineira Maria do Carmo Barradas. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e, ao retornar para o Brasil, atuou como

atividade jornalística, espalhavam por outras bandas as ideias de Evaristo. Marcelo Basile salienta que Evaristo da Veiga contava com apoios muito importantes em Minas Gerais como o dos políticos com experiência parlamentar: José Custódio Dias, José Bento Ferreira de Melo, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Antônio Limpo de Abreu e José Cesário de Miranda Ribeiro. BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 26. Sobre Evaristo Ferreira da Veiga, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de; e SILVA, Janaína Carvalho da. “Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831 – 1835).” In: Almanack. Guarulhos, n. 04, p. 130 – 148. 2º semestre de 2012.

⁴⁴Segundo Marco Morel, a figura do deputado redator foi muito comum no século XIX. Para o referido autor, a redação de um jornal era uma das maneiras de conseguir se eleger para algum cargo, o que mostrava um cruzamento expressivo entre os parlamentares e os agentes culturais. Ligação que não era vista com os senadores. Questão que Marco Morel justifica pela diferente posição ocupada por deputados e por senadores. Os deputados tinham que conquistar sua legitimidade perante seus eleitores, por isso a cada mandato queriam ficar em evidência no espaço público. Concomitantemente, que os senadores não se interessavam tanto em aparecer na cena política posto que seu cargo era vitalício. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 190.

⁴⁵Sobre Evaristo Ferreira da Veiga, ver: SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Pais Fundadores do Império do Brasil*. 10 volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. Volume V, pp. 277 – 427.

⁴⁶BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, pp. 35 - 37.

⁴⁷Para a biografia de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Pais Fundadores do Império*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1972. Volume V: Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga.

juiz de fora em Guaratinguetá, na província de São Paulo, entre 1820 e 1822. No ano de 1825, Vasconcelos deu início à sua atividade jornalística em sua cidade natal, onde era o redator responsável pelo periódico *Universal*. Vasconcelos era um excelente orador e escritor que trazia à tona importantes assuntos a serem discutidos. Foi eleito deputado por três legislaturas consecutivas (1826, 1830 e 1834), vice-presidente da província de Minas Gerais, Ministro da Fazenda durante a Regência Trina Permanente, ministro da Justiça e do Império. Em 1838 foi nomeado senador por Minas Gerais e em 1840 tornou-se Conselheiro de Estado. Considerado um dos principais articuladores do *Regresso*, Vasconcelos faleceu em 1850, aos 55 anos, vítima de uma epidemia de febre amarela que assolou o Rio de Janeiro.

Marcelo Basile, em um trabalho de grande fôlego, realizou o mapeamento dos jornais que circularam na corte durante a Regência, demonstrando que os jornais moderados não eram tão numerosos quanto os dos demais partidos, embora tivessem como diferencial sua maior durabilidade e constância nas publicações. Ao tratar dos jornais moderados, o historiador citou, além do *Aurora Fluminense* e do *O Sete d'Abril*, *O Independente*, *O Homem e a América* e o *Astréa*, periódicos que segundo Basile seguiam pelo viés do liberalismo clássico, ou seja, suas opiniões eram baseadas no repúdio a comportamentos extremados, fossem eles absolutistas ou democráticos.

Nessa mesma época, circulavam no Rio de Janeiro jornais com ideias liberais mais exaltadas. Segundo o autor, os exaltados foram responsáveis por grande parte da produção jornalística do período regencial. Porém, suas publicações eram majoritariamente constituídas de pasquins, com um formato menor, uma periodicidade mais irregular e duração efêmera. Eram jornais que defendiam a soberania do povo e uma maior participação política. Apresentavam ataques mais contundentes a seus opositores e procuravam mobilizar um público ampliado, motivo pelo qual, muitas vezes surgiam jornais destinados aos “homens de cor” ou mesmo às mulheres. Os jornais exaltados que circularam na corte durante a Regência foram: *A Nova Luz Brasileira*, *O Repúblico*, *Luz Brasileira*, *O Tribuno do Povo*, *O Exaltado*, *A Malagueta*, *Sentinela da Liberdade*, *A Matraca dos Farroupilhas*, *O Jurujuba dos Farroupilhas*, *Filhos da Terra* e *O Brasil Aflicto*.⁴⁸

Entre tais jornais exaltados destacamos o denominado *O Exaltado*, periódico de longa duração, publicado entre 4 de agosto de 1831 e 15 de abril de 1835, porém de forma irregular. Como seu próprio nome logo deixa claro, era um periódico com ideias mais radicais sobre o

⁴⁸BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Para um panorama dos jornais exaltados que circularam na Regência, ver capítulo V: A elite intelectual exaltada.

jogo político. O jornal tinha como redator o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, natural da província do Espírito Santo. Desde a Independência, o padre estava envolvido na política e já havia sido responsável pela publicação de panfletos. O padre redator publicou ainda uma gramática filosófica latina em 1828, escreveu diversos textos de conteúdo político e estava presente nas manifestações que resultaram no 7 de Abril.⁴⁹

Ainda nesse ambiente de proliferação de ideias e de discussão política, circularam no Rio de Janeiro os jornais relacionados ao partido caramuru. Marcelo Basile argumenta que tais periódicos também tiveram como principal característica a curta duração e que poucos foram os que conseguiram manter uma circulação duradoura. Entretanto, o historiador destaca *O Caramuru*, *O Carijó* e *A Trombeta* como jornais que circularam com mais assiduidade na corte e que funcionaram como verdadeiros elementos doutrinários.

O Caramuru circulou entre 2 de março de 1832 e 10 de abril de 1833. Seu redator era David da Fonseca Pinto, que sempre esteve ligado ao imperador e, por isso, posicionou-se na cena política da Regência como conservador ou caramuru. Ainda no Rio de Janeiro, circularam outros periódicos caramurus, menores e de redatores desconhecidos como: *O Verdadeiro Caramuru*, *O Martello*, *O Grito dos Oprimidos*, *O Esbarra*, *D. Pedro I*, *A Lima Surda*, *O Lafuente*, *O Restaurador*, *A Mineira no Rio de Janeiro*, *O Militar no Rio de Janeiro*, *O Brasileiro Pardo* e *O Papeleta*.

Segundo Otávio Tarquínio de Souza, a confecção dos jornais no Império era algo bem precário e muitas vezes um trabalho solitário em que todo o peso ficava a cargo do redator. Eram jornais que muitas vezes não tinham sede própria e eram elaborados e impressos na casa de seu redator. Além disso, o maquinário utilizado por vezes era feito aqui no Brasil ou adaptado conforme as possibilidades locais.

O que agora é uma tarefa coletiva de um grande número, naquela época era o trabalho de um, dois ou três indivíduos. Os jornais não tinham sequer local destinado à redação. Em regra o redator escrevia em sua própria casa, levava a matéria preparada a uma tipografia, quando não possuía um pequeno prêlo, e ele mesmo se incumbia da revisão, da distribuição, de tudo isso que agora constitui o trabalho de numerosas seções especializadas.⁵⁰

Os jornais que circularam durante a Regência tinham como objetivo principal discutir política. Ao contrário das ideias atuais que temos sobre jornalismo, que se define imparcial e fiel à exposição dos fatos, o jornalismo oitocentista era tendencioso no sentido de que tinha

⁴⁹BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 136.

⁵⁰SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. 10 vs. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, volume V, p. 312.

um posicionamento e lutava por sua defesa. Os redatores regenciais tinham o objetivo de convencer o leitor de que os fatos que apresentavam eram os mais corretos.

Naquele período, os jornais eram agrupados segundo o posicionamento político de quem os editava e por isso se tornavam verdadeiros campos de batalha nos quais fervorosos debates eram travados. Luciano da Silva Moreira destaca que os jornais eram também um espaço de comunicação entre os redatores, que em geral estavam envolvidos com a política, e usavam a imprensa como uma forma de expor e dialogar tanto com seus correligionários quanto com seus oponentes.⁵¹

Era comum a prática de transcrição de matérias de outros periódicos. Tais matérias podiam ou não ser seguidas de comentários do redator e nesse caso ficava claro para o leitor qual seu posicionamento e se a citação fora posta ali para corroborar sua opinião ou para justificar sua oposição. O *Aurora Fluminense*, por exemplo, muito se utilizava desse recurso. Em seus exemplares ele transcrevia trechos de jornais ingleses e franceses e passagens de livros e de revistas estrangeiras, sempre destacando aspectos que ele considerava relevantes para o Brasil no momento. Além disso, publicava textos de importantes autores como Benjamin Constant, Adam Smith, Montesquieu, entre outros.

Os jornais mantinham ainda um intenso diálogo entre si. Os exemplares eram trocados de forma que um redator tomasse ciência do que seu companheiro de profissão estava escrevendo. Assim, tornaram-se comuns as práticas de recompilação, que não eram entendidas como plágio ou cópia, mas como uma forma de dar mais fôlego a uma ideia apresentada ou, quando referente à oposição, tal prática era usada como um artifício para poder tecer mais críticas. O *Aurora Fluminense* mantinha ainda contato permanente com os demais periódicos que circulavam no Império. Seu redator, Evaristo da Veiga, apresentou em vários exemplares trechos de periódicos de São Paulo, de Minas Gerais e de províncias do nordeste, promovendo assim uma integração de ideias e aumentando o diálogo entre regiões afastadas geograficamente.

Na folha inicial de cada exemplar aparecia a data, o título e a tipografia onde havia sido impresso, em que lugares poderiam ser comprados e o preço. Logo abaixo dessas informações vinha uma epígrafe, em geral uma frase curta que funcionava como uma carta de apresentação do jornal e sintetizava seu posicionamento político. Alguns jornais apresentaram a mesma epígrafe desde sua fundação até seu último exemplar. Outros mudavam sua epígrafe conforme os acontecimentos do contexto político.

⁵¹MOREIRA, Luciano da Silva. “Imprensa e Política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais, 1828 – 1842. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, FAFICH, 2006.

A circulação desses periódicos era semanal e eles podiam ser impressos de duas a três vezes por semana. Em geral, apresentavam quatro páginas e seguiam a mesma estrutura. Apresentavam matérias que discutiam política, tratavam de medidas econômicas, apresentavam extratos das reuniões das câmaras municipais e das assembleias, transcreviam determinações do governo e davam notícias do que estava acontecendo nas demais províncias. Era comum aparecer no final dos exemplares uma coluna dedicada às correspondências, nas quais os leitores tinham a oportunidade de expor suas ideias ou alertar sobre acontecimentos que julgavam importantes. Era comum, ainda, a publicação de textos de importantes filósofos e pensadores europeus ou de pequenas frases que podiam ser identificadas como “Máximas.”

Os exemplares eram datados e tinham suas folhas numeradas. O número das folhas dizia muito sobre a atividade do jornal. Jornais mais duradouros e de publicação frequente como o *Aurora Fluminense*, iniciavam sua numeração no seu primeiro exemplar publicado e davam continuidade à contagem nos demais. Já periódicos de curta duração e com publicação mais incerta iniciavam uma nova contagem a cada exemplar impresso. Nos jornais eram ainda identificados a tipografia responsável pela impressão e o preço cobrado por cada um. A compra de tais jornais podia ser feita na própria tipografia ou em determinadas livrarias. No caso dos jornais de maior longevidade, ainda era comum a prática de manterem assinantes.

Segundo Marcelo Basile, tais jornais tinham um preço acessível à população da época.⁵² Marco Morel também mostra que grande parte da população poderia comprar tais periódicos.

Os jornais periódicos também vendidos na Livraria Plancher custavam entre 40 e 80 réis o exemplar, de acordo com o número de páginas – o que os tornava muito mais acessíveis que os livros. Sabe-se que um escravo de ganho recebia cerca de 80 réis como pagamento diário de seu trabalho. Sendo assim, não era impossível, hipoteticamente, a um escravo de ganho ou mesmo um alforriado eventualmente comprarem um jornal periódico.⁵³

Marco Morel analisou o caso do francês Pierre Plancher, que veio para o Brasil e se estabeleceu na corte, onde abriu uma livraria. Morel afirma que Plancher aqui se estabeleceu no momento em que o país, que havia passado recentemente pelo processo de independência e que estava construindo as bases de seu Estado nacional, precisava de uma política cultural mais bem definida. Nesse momento, o controle das ideias que circulavam havia desaparecido e o público leitor se expandia. Assim, Plancher encontrou no Brasil um mercado promissor

⁵²BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 25.

⁵³MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 59.

para o qual podia trazer livros que tratassem de ideias que lhe eram importantes como a: *defesa do liberalismo constitucional, rejeição dos 'horrores' da Revolução Francesa e das rebeliões dos escravos, valorização dos autores do Iluminismo (...)*.⁵⁴

Marco Morel fez uma análise pormenorizada sobre os títulos presentes na livraria de Plancher, sobre os assuntos tratados e sobre a organização de tais títulos nas prateleiras. O autor chegou à conclusão de que a referida livraria era um foco a partir do qual era transmitido um conhecimento que valorizava a cultura francesa, já que a maioria das obras vendidas ali estava em francês. O historiador interpreta esse fato como uma prova do peso da cultura francesa no Império do Brasil, o que ainda podia ser reforçado pela constatação de que d. Pedro I só falava em português e francês. Desse modo, Morel apresenta o francês como o idioma das Luzes, como a linguagem das elites que tinham a França como uma “metrópole cultural.”⁵⁵

A maior parte dos livros de Pierre Plancher dedicava-se a temas revolucionários, nos quais se destacavam a Revolução Francesa.

A preocupação em registrar, recuperar – e sobretudo exorcizar – a memória histórica ainda incandescente do período revolucionário foi, como se sabe, uma característica marcante da produção intelectual francesa durante a Restauração. Daí encontrarmos as Revoluções nas prateleiras da Rua do Ouvidor.⁵⁶

Na livraria de Pierre Plancher eram encontrados ainda livros que tratavam de revoluções ocorridas na Inglaterra como a liderada por Cromwell em 1649 ou a Revolução Gloriosa de 1688. Também eram encontrados livros que tratavam de processos revolucionários de Portugal, da Espanha ou das independências ocorridas nas Américas. Com isso, Marco Morel nos ajuda a mostrar que houve uma intensa circulação de ideias no final do Primeiro Reinado e que tais atividades continuaram fortes e até se intensificaram durante a Regência, quando não contaram com uma autoridade central que lhes fizesse qualquer forma de censura.

No entanto, cabe a ressalva de Morel de que uma grande variedade de ideias circulava nessa sociedade, porém que mais diversas ainda eram as maneiras com que tais ideias poderiam ser interpretadas e utilizadas.

Eram ideias e exemplos que poderiam ser lidos de maneira diversa pelas diferentes elites brasileiras, seja as que ressaltavam o federalismo, o fortalecimento e a autonomia

⁵⁴MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 29.

⁵⁵*Ibidem*, p. 37.

⁵⁶*Ibidem*, p. 40.

dos Poderes, seja as que destacavam a integração territorial de um ‘vasto continente’ numa nação onde, também se mantinha o trabalho escravo.⁵⁷

O caso do francês Pierre Plancher, analisado por Morel, foi apenas um dos agentes que proporcionou a circulação de ideias no Império. Como ele, Evaristo da Veiga também fez esse trabalho. A partir da ação de homens assim, era criado e renovado a cada dia o espaço público da Regência, pensado aqui como um espaço diverso que permitia a discussão de ideias, de acontecimentos e de política.

Porém, Morel faz a ressalva:

Mas os livros e suas ideias relacionavam-se de forma dinâmica com a sociedade, circulavam, eram repetidos e podiam ser reapropriados. As fronteiras e definições entre os grupos políticos e seus vocabulários, o perfil dos formadores de opinião e a circulação de vozes e clamores pelas ruas levam a outras dimensões do que aqui chamamos de transformações dos espaços públicos.⁵⁸

Contudo, é importante salientar que os jornais e mesmo os livros, depois que eram publicados, ganhavam uma dinâmica própria e se tornavam meios de circulação de ideias e de reflexões que não podiam mais ser controlados nem sequer por seus escritores, já que tais ideias eram interpretadas, apropriadas e repassadas segundo referenciais e pensamentos diversos. Era a partir desses jornais e das ideias neles apresentadas que os homens se dividiam na cena política e os grupos começavam a se formar. Eram esses periódicos que serviam de base para a criação de identidades políticas que permeavam as ações e os posicionamentos, capazes de opor por exemplo, exaltados de moderados e de caramurus.

Tendências, *partidos* e tradições políticas da sociedade regencial

Sabemos que ao longo da década regencial não houve partidos políticos da forma organizada como conhecemos hoje. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, os partidos eram organizações de fato, não de direito, o que quer dizer que não possuíam uma organização consistente e formalizada e nem sequer existia filiação oficial. Não possuíam sedes e escritórios ou estavam previstos na legislação.⁵⁹ Nesse período de afirmação da unidade

⁵⁷MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 55.

⁵⁸*Ibidem*, p. 60.

⁵⁹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª edição revista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp. 29 – 30.

nacional, a partidarização tinha sentido negativo porque dividia os homens, o que era visto como ataque à integridade da nação.

Segundo Jeffrey Needell,

Outro aspecto dos partidos naquela época diz respeito à sua organização, que era muito diferente do que normalmente se entende por um partido político nos dias de hoje. Um partido era claramente caracterizado por um senso de liderança altamente pessoal, pela ausência de uma agenda ideológica e geral ou de publicações e de manifestos, por sua visível relação com redes de parentesco e por seus apelos a interesses específicos (classe, nacionalidade etc.).⁶⁰

Ao longo da primeira metade do século XIX, o que existiam eram agrupamentos políticos que se formavam em torno de um líder ou de palavras de ordem, e que se expressavam através da imprensa ou de associações. Marco Morel diz que a organização política era feita através de “tomar partido” de uma ideia, escolha que consistia em interesses, motivações e afinidades específicas entre os participantes do grupo.⁶¹

A política do Império no período imediatamente posterior à abdicação apresentava, de forma geral, três correntes: conservadores ou caramurus, liberais moderados e liberais exaltados.⁶²

Para Arnaldo Fazoli Filho, o grupo conservador podia também ser designado de restaurador e formava-se daqueles que pretendiam a restauração de d. Pedro I no poder. Tinham pequeno apoio ligado à antiga nobreza burocrática e ao antigo grupo português composto por comerciantes e traficantes de escravos.⁶³ Para Marco Morel, o grupo tinha tendência constitucional embora com matriz antiliberal. O grupo acreditava na soberania monárquica, era adepto do Estado forte e centralizado e defendia a volta de d. Pedro I.

Os restauradores compunham uma tendência constitucional com forte matriz antiliberal (embora sem negar totalmente o liberalismo) no Brasil das décadas de 1820 e 1830, colocando em destaque a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular.⁶⁴

⁶⁰NEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857. In: Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 5 – 22, nov. 2009, p. 7.

⁶¹MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 67.

⁶²Tal divisão foi utilizada como um referencial, como uma forma de auxiliar a análise metodológica. Acreditamos que a divisão política tenha sido algo mais fluido e complexo, que nem sempre permitia tais esquemas e divisões. Talvez o cenário político-partidário possa até ser empobrecido por essa esquematização. No entanto, ela se torna necessária para que se possa pensar e entender a Regência. De qualquer forma, usamos tais definições, recorrentes na historiografia, com uma certa ressalva, por acreditarmos que separar os homens em “caixas” e etiquetar em diferentes partidos elimina parte da dinâmica do processo político. Devemos ter em mente que os homens da Regência estavam imersos em uma realidade política em mudança constante, por isso, seus pensamentos e posicionamentos também estavam sujeitos a alterações. Sendo assim, devemos ter em mente os posicionamentos políticos e, sobretudo, a utilização dessas ideias na política, era algo muito complexo e que por vezes podem parecer irracionais aos olhos contemporâneos do historiador.

⁶³FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O Período Regencial*. São Paulo: Editora Ática, 1990, pp. 23 e 24.

⁶⁴MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 36.

De acordo com Marco Morel, os caramurus eram homens que se mantinham fiéis à monarquia e por isso se mostravam contrários ao 7 de Abril, posto que não podiam compactuar com um movimento que a havia desestruturado. Por isso, tal grupo negava o 7 de Abril e considerava que um movimento que teve como consequência a deposição do imperador não podia ter legalidade.

Já Marcelo Basile vê uma divisão nesse grupo político. Para o historiador, restauradores e conservadores, apesar de apresentarem posicionamentos próximos, não devem ser confundidos. Os restauradores defendiam a volta de d. Pedro I, exaltavam os feitos de seu governo e se manifestavam contrários à conjuntura instaurada depois do 7 de Abril. Segundo o referido autor, esse posicionamento era defendido apenas por uma minoria. Havia ainda os caramurus, grupo que defendia uma monarquia forte o suficiente para centralizar em si o poder. No entanto, tal grupo defendia a continuidade da monarquia sem que isso implicasse em restauração do poder de d. Pedro I.

Nesse sentido, pode-se dizer, diferentemente do que habitualmente aponta a historiografia, que, se todo *restaurador* era *caramuru*, nem todo *caramuru* era *restaurador*, ambos compartilhavam dos mesmos princípios políticos básicos – a inviolabilidade da Constituição de 1824 e uma centralização monárquica nos moldes do Primeiro Reinado -, mas podiam discordar, como de fato discordavam, quanto à questão da Restauração: uma minoria a pretendia, uma maioria a recusava e ainda uma outra minoria propunha, como solução intermediária, a volta de d. Pedro como regente. Assim, o que muitas vezes se observa é que, tal como ocorria com os *exaltados*, chamados indistivamente de *anarquistas* pelos *moderados*, a alcunha de *restaurador* era dada mais como uma pecha genérica, identificada ao fantasma do Absolutismo, que servia de pretexto para justificar as perseguições aos adversários reacionários da Regência e consolidar a hegemonia *moderada*.⁶⁵

Os liberais moderados são definidos por Marco Morel como aqueles que tinham equilíbrio, ponderação e razão como lema. Apresentavam-se como um partido de centro, em oposição aos extremos absolutistas ou democráticos, motivo que lhes fazia prezar pela divisão dos poderes entre o imperador e os representantes do povo, a Câmara dos Deputados. Grosso modo, expressavam os interesses políticos dos plantadores de café e dos comerciantes de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro, defendendo um estado forte e centralizado.

Marcelo Basile define o princípio do *justo meio* como a principal diretriz dos moderados.

Situados ao centro do campo político imperial, os moderados definiam como um de seus postulados básicos o *justo meio*, princípio aristotélico apropriado pelo constitucionalismo inglês do século XVII e, mais tarde, pelos doutrinários franceses da

⁶⁵BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 350.

Restauração. Significava, em sentido genérico, o pretense equilíbrio racional entre os excessos passionais extremos, que seriam características do exaltamento.⁶⁶

Marco Morel assim trata a nação de *justo meio*:

A noção de um *juste milieu* era também cara aos Moderados brasileiros. Trata-se de uma expressão difundida pelo liberalismo francês e que buscava marcar o repúdio ao mesmo tempo do Antigo Regime e da Revolução, forjando uma imagem de equilíbrio que se inspirava também no modelo inglês de partilha da soberania entre o Parlamento e o monarca.⁶⁷

Dessa forma, as noções de *justo meio*, equilíbrio, liberdade limitada, monarquia constitucional, soberania nacional e recusa ao absolutismo caracterizavam o posicionamento político dos liberais moderados ao longo da Regência.

Marcelo Basile define os exaltados como adeptos ao radicalismo político e a posições extremadas. A princípio esses descontentamentos eram direcionados aos atos de d. Pedro I, mas, com a Regência e com a desilusão que tiveram por não participarem do poder, passaram a acusar os moderados de absolutistas.⁶⁸ Segundo Marco Morel, o grupo incluía proprietários rurais, profissionais liberais, militares, padres, funcionários públicos e médicos, que apelavam para a participação das camadas pobres na vida pública e eram contrários à opressão econômica, social e étnica. Em geral, simpatizavam com o modelo federalista e defendiam a descentralização administrativa.

Segundo Marco Morel, aos exaltados a abdicação soava como o primeiro passo de uma revolução, de uma resposta política violenta praticada naturalmente contra os atos de opressão de um governo despótico⁶⁹.

Marcelo Basile completa:

Esta visão positiva e necessária da revolução, bem diferente da que tinham os *moderados*, baseava-se não só na crença nos poderes supremos do povo, mas, sobretudo, na ideia do direito de resistência dos povos à tirania e à opressão, apropriada de Locke e Rousseau, ambos citados na folhas *exaltadas* como fonte e argumento de autoridade para justificar tal ação. Um governo despótico, que se constitui sem consentimento do povo e não respeita as leis e os direitos dos cidadãos, coloca-se em *estado de guerra* contra a nação, configurando uma situação de quebra do contrato social; em tais circunstâncias, todos os veículos anteriores são cancelados e ao povo cabe resistir ao opressor a fim de fazer valer seus direitos. Mas a revolução era um recurso extremo, a que se deveria recorrer somente em situações limites de tirania, opressão e miséria.⁷⁰

⁶⁶BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 42.

⁶⁷MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 123.

⁶⁸BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, pp. 153 – 157.

⁶⁹MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 23.

⁷⁰BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 159.

Paulo Pereira de Castro entende o dia 7 de Abril como o ápice de um processo de radicalização de grupos políticos brasileiros que já se mostravam descontentes com o regime monárquico⁷¹. Em meio a essa situação de descontentamento com a figura do imperador, os liberais exaltados teriam tomado a dianteira e incentivado uma manifestação popular que acabou forçando a abdicação de d. Pedro I. O movimento surgia como uma tentativa de desfechar um golpe parcial na monarquia, de pressioná-la e não para requerer o fim de um governo.⁷² Entretanto, a abdicação havia invertido a situação ao colocar em segundo plano aqueles homens que tinham atuado como protagonistas no movimento. A vantagem que os exaltados demonstraram em sua organização não se converteu em pontos positivos, e os moderados terminaram por assumir o poder com a proposta de acalmar os ânimos e “*por ordem na casa*”.

Em vista disso, as interpretações que cada grupo tinha do 7 de Abril podiam variar de acordo com seus interesses e convicções. No entanto, o que não se pode perder de vista é a inovação proporcionada pela saída do monarca da qual os diferentes posicionamentos citados são resultados diretos. A queda de d. Pedro I significava o enfraquecimento do poder centralizado, de um poder tradicional que durante séculos desfrutara de grande respeito. A vacância do trono e, sobretudo, a condução do governo por homens que não tinham esse direito tradicionalmente garantido, abria espaço para a intensificação do debate público da política no período.

Um tempo de mudanças e de revoltas

Os primeiros anos do período regencial foram marcados também por mudanças na estrutura judiciária, que refletiam a euforia liberal vivida naquele momento e seu desejo de descentralizar o poder. A antiga estrutura judiciária mostrava-se inadequada para a nova realidade do Império. Portanto, alterações foram pensadas para atender as necessidades que surgiam.

⁷¹CASTRO, Paulo Pereira de. *A “experiência republicana”, 1831 – 1840*, p. 11. In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, v.2. São Paulo: Difel, 1985.

⁷²*Ibidem*, p. 11.

Em 1832 ocorreu a primeira grande modificação nessa estrutura através da promulgação do Código do Processo Criminal, que dava nova forma às instituições jurídicas e constituía as bases da justiça. O novo código aumentava a participação popular em detrimento dos magistrados, expressava repulsa ao período colonial e afirmação do liberalismo. Com o Código, o Império finalmente abandonava as severas e arcaicas *Ordenações Filipinas*, que ainda o atrelavam a Portugal.⁷³

A participação popular nas instituições jurídicas foi ampliada pela maior utilização do Júri e pela funcionalidade concedida aos juízes de paz. Para Thomas Flory, *el jurado fue la culminación lógica del principio de la participación popular aplicado a la judicatura*.⁷⁴ Com a promulgação do Código do Processo Criminal, essa instituição passou a ser responsável por julgar os crimes. Formado por homens leigos, que apenas precisavam ter mais de 25 anos, renda e probidade, destituía novamente os juristas profissionais de uma de suas mais importantes atribuições, que era realizar os julgamentos.

Outro símbolo de descentralização foram os juízes de paz, que passaram a estar presentes em todas as paróquias para conciliar pequenos conflitos. Para Flory, os juízes de paz representavam as preocupações e desejos dos liberais:

Los reformadores liberales hicieron al juez de paz el porta estandarte de sus propias preocupaciones filosóficas y prácticas: formas democráticas, localismo, autonomía y descentralización.⁷⁵

Outra inovação do período regencial foi proposta pela lei de 18 de agosto de 1831, que criava a Guarda Nacional, uma instituição constituída por cidadãos que deviam ser eleitores e maiores de 21 anos. A Guarda, criada para ser um instrumento de manutenção da ordem interna, passou a ter ramificações nas províncias, surgindo como uma *milicia cidadã*, que diminuía a necessidade de se manter o efetivo do exército e era vista como mais adequada ao governo civil da regência.⁷⁶

A abdicação alterou profundamente a realidade política e passou a mostrar as incompatibilidades entre a nova ordem social e as leis que a guiavam. Sendo assim, surgiu a necessidade de reforma da constituição de 1824, que foi alterada pelo Ato Adicional de 1834, o ponto máximo dos ideais de reformismo constitucional. Promulgado em 12 de agosto de

⁷³VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX*. São Paulo: Edusc, 2004, p. 99.

⁷⁴FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en Brasil Imperial, 1808/1871. Controle social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, pp. 180 – 181.

⁷⁵*Ibidem*, p. 81.

⁷⁶Sobre a Guarda Nacional, ver Capítulo III.

1834, tinha como determinações principais a criação de assembleias legislativas provinciais, duração de 2 anos para a legislatura provincial, substituição da regência trina pela una, eleição do regente por escrutínio direto e suspensão do Conselho de Estado.

Através da análise de suas principais determinações, percebemos que o Ato Adicional foi pensado como uma tentativa de agradar ao maior número possível de homens. Ao mesmo tempo em que descentralizava o poder através das assembleias provinciais, centralizava o poder no regente uno. Porém, da mesma forma em que se aproximava do republicanismo e do federalismo, por proporcionar a eleição para o regente, mantinha o voto censitário e não modificava as regras eleitorais. Ainda com a ideia de agradar a “gregos e troianos”, o Ato Adicional concentrava o poder executivo nas mãos de um único regente, mas limitava seu poder ao impedir o uso do poder moderador.

Como um tempo que possibilitava manifestações, a Regência apresentou-se muitas vezes convulsionada por conflitos que agitavam tanto o centro do Império como as demais províncias. Eram movimentos que se posicionavam contra o poder central e que demonstravam a fragilidade do mesmo em conseguir se impor. Segundo José Murilo de Carvalho, *a melhor indicação das dificuldades em estabelecer um sistema nacional de dominação com base na solução monárquica encontra-se nas rebeliões regenciais.*⁷⁷

Para o autor, as revoltas que começaram a ocorrer durante a Regência podem ser separadas em dois grandes grupos. A primeira grande onda de revoltas teria começado com a abdicação do imperador em 1831 e se estendido até 1835 traduzindo a inquietação do povo e da tropa que habitavam as principais capitais. Nesse momento, a corte do Rio de Janeiro, como centro do poder, foi foco de muitas manifestações, mas essas também ocorreram em Recife, Pernambuco, Ceará e Alagoas.⁷⁸

Nessa onda, ainda estava incluída a *Revolta da Fumaça*, uma sedição civil-militar ocorrida em Ouro Preto no ano de 1833, liderada pelos restauradores que se sentiam perseguidos pelo governo provincial, sobretudo, pelo vice-presidente da província, Bernardo Pereira de Vasconcelos. O governo provincial era acusado de tentar implantar uma república na qual os servidores públicos seriam substituídos por seus amigos e correligionários. A ira contra Bernardo Pereira de Vasconcelos era a principal motivação dos restauradores, mas questões menores como o aumento do imposto sobre a água ardente e a proibição do sepultamento em igrejas também os incentivaram.

⁷⁷CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 250.

⁷⁸Para um panorama geral das revoltas regenciais ver: *Ibidem*, pp. 249 – 259.

Os revoltosos tomaram a capital da província de Minas Gerais por dois meses, pedindo a deposição do presidente da província e a demissão de seu vice. A movimentação assustou a corte pela importância da província de Minas Gerais, tanto pelas relações comerciais estabelecidas, quanto pela sua grande população. Por isso, as autoridades competentes rapidamente foram acionadas para conter as manifestações e homens da Guarda Nacional entraram em ação. A capital da província foi transferida temporariamente para São João Del Rei, até que a ordem fosse restaurada.⁷⁹

Ainda em 1833, a província mineira foi sacudida pela revolta escrava de Carrancas, revolta de grande repercussão tanto pela violência e pelo número de escravos envolvidos, como pelo destaque econômico e político da família vítima do ataque. A insurreição, uma iniciativa dos escravos para conseguirem sua liberdade, ocorreu nas fazendas da família Junqueira, localizadas na freguesia de Carrancas. Segundo Marcos Ferreira de Andrade, a revolta escondia questões políticas posto que ocorreu no mesmo período que a província de Minas Gerais sofria pela Sedição Militar e testemunhas confessaram em seus depoimentos que os escravos haviam sido incentivados ao levante pelo proprietário Francisco Silvério. Este, membro do partido caramuru, foi acusado de incitar a revolta e seduzir os escravos dizendo que os caramurus em Ouro Preto já haviam libertado seus cativos. Os insurretos, então, teriam feito sua própria leitura do jogo político e se inserido nele para que, com suas armas e a seu modo, conseguissem reverter a realidade em seu favor⁸⁰.

Os levantes de escravos sempre tiraram o sono dos proprietários do Império, sobretudo depois que eles tinham tomado conhecimento dos acontecimentos no Haiti.⁸¹ Em 1835 foi a vez da Bahia ser a sede da mais importante rebelião escrava. A Revolta dos Malês reuniu mais de 600 escravos em Salvador, uma das mais importantes cidades do Império e que contava com uma população em sua maioria composta de escravos e forros. Baseados na *jihad*, a guerra santa, esses escravos provenientes de diversas regiões africanas dominadas pelo islamismo, rebelaram-se. Suas pretensões gerais eram eliminar brancos e pardos e manter os

⁷⁹ Sobre a revolta do ano da fumaça em Minas Gerais ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831/1835*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2008.

⁸⁰ Para referências sobre a Revolta de Carrancas ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e Resistência: as Revoltas Escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, 1996; *Senhores e escravos na região dos Campos*. In: _____, *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

⁸¹ Revolta escrava ocorrida em 1789 na colônia francesa de São Domingos, no Haiti. A revolta do Haiti é de suma importância posto que foi uma manifestação de negros de uma colônia francesa importante e economicamente desenvolvida que conseguiu conquistar sua liberdade. As manifestações ocorridas no Haiti abriram aos escravos um novo campo de resistência, e aos proprietários uma nova preocupação, posto que poderiam servir de inspiração para que outros escravos conseguissem sua liberdade,

escravos de outras etnias como seus cativos. No entanto, o movimento foi delatado e rapidamente sufocado pelas autoridades locais.⁸²

A segunda onda de revoltas teria se iniciado ainda na Regência, em 1835 e se prolongado até 1848. Porém, tais movimentos teriam um caráter diverso dos demais, que protestavam contra o poder central e que partiam dos principais centros urbanos. O segundo bloco de revoltas já ocorreu no período em que o poder começava a se descentralizar devido à recente promulgação do Ato Adicional. Assim, os conflitos também teriam se espalhado pelo interior do Império, nas áreas rurais, com a manifestação de camadas mais pobres ou mais esquecidas do Pará, da Bahia e do Maranhão.

O ano de 1835 foi tenso no Pará, pois teve início a Cabanagem, quando um grupo de rebeldes tomou a capital da província e proclamou sua independência. No referido ano, a província do Rio Grande do Sul também foi palco de manifestações. O movimento começou pelo descontentamento dos estancieiros quanto a alta carga tributária imposta ao charque. Por fim, a Regência foi abatida pela Sabinada que aconteceu em Salvador entre 1837 - 1838 e pela Balaiada, ocorrida no Maranhão entre 1838 – 1841.

Assim, assolada por problemas e insurreições que não podia conter, a Regência moderada se encaminhou para uma nova direção, na qual centralização e controle passavam a ditar as diretrizes. A regência liberal falhou na manutenção da ordem e possibilitou que uma política mais centralizada ganhasse espaço. Eram os novos tempos do *Regresso conservador* que sopravam no Império.

As articulações do Regresso e a maioria do imperador

Segundo Marcelo Basile, o intenso movimento de politização vivido nos primeiros anos da Regência teve vida curta e, a partir de 1834, o número de jornais que circulavam na corte começou a diminuir. As associações políticas que lá funcionavam também foram reduzindo suas atividades e as organizações políticas passaram por uma reorganização.

É justamente quando começam a sair de cena *caramurus*, *exaltados* e *moderados*. Os primeiros, além de terem os principais jornais encerrados, a Sociedade Militar fechada e diversos partidários presos em uma conspiração, viram suas maiores pretensões – a

⁸²Sobre a Revolta dos Malês, ver: REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo; Brasiliense, 1986.

manutenção de uma monarquia fortemente centralizada e a oposição a qualquer mudança na Constituição de 1824 – ruíram com o Ato Adicional (preservando, contudo, o Senado vitalício); e ainda perderam seus dois grandes ícones, com a destituição de José Bonifácio da tutoria imperial de Pedro I. Por sua vez, os *exaltados* foram também reprimidos na imprensa e nas ruas, e, ao menos entre o eleitorado da Corte (e conseqüentemente no Parlamento), tinham menor apoio que os *caramurus*; mas conseguiram não só colocar as reformas constitucionais na agenda política como ver algumas delas aprovadas (fortalecendo, assim, seus companheiros nas províncias), ao custo, porém, do esvaziamento – ou mesmo de abrir mão nas negociações com os moderados – das suas propostas e ações mais radicais na Corte.⁸³

Basile mostra que os *caramurus* foram perdendo espaço político, primeiramente com a morte de seu principal líder d. Pedro I e ainda com a perda de poder político de um de seus partidários mais ilustres, José Bonifácio, que ao ser destituído do cargo de tutor imperial perdeu grande parte de seu prestígio e influência. Assim, a esse grupo político poucas possibilidades restaram de tornar realidade suas pretensões de uma monarquia centralizada. Os *exaltados* também haviam mudado de posicionamento político e deixado para trás aquele radicalismo que os caracterizava no início da Regência. E mesmo os moderados, que detinham o poder, sofreram grande desgaste gerado por divisões internas por disputa de poder.

Em meio à falência desta composição partidária, que suscitava tantos conflitos dentro e fora das elites, operava-se uma nova articulação política, que irá culminar, em 1837, com a ascensão do Regresso conservador. Malgrado a disputa com os progressistas, começava a se construir agora – para se firmar efetivamente na década seguinte – um consenso em torno da necessidade de reduzir a margem de conflitos no interior da elite política, cada vez mais alarmada diante da experiência anárquica regencial.⁸⁴

A Regência adentrava uma nova fase, conhecida pela historiografia como *Regresso conservador*, cuja principal preocupação era restabelecer a centralização político-administrativa. Seguindo os ditames da reforma constitucional, em 12 de outubro de 1835, Diogo Antônio Feijó foi eleito como Regente para um mandato de 4 anos, de forma direta e por escrutínio secreto. Durante o governo de Feijó, a composição político-partidária da Regência alterou-se e passaram a destacar-se nesse cenários os progressistas e os regressistas.

Feijó renunciou ao cargo de regente por inúmeras questões, inclusive contradições que seu próprio governo criou. O regente havia se empenhado na criação das Guardas Nacionais que tinham batalhões e corpos nas províncias. Em vista dessa milícia cidadã, reduziu o contingente das tropas e passou a ter dificuldades para acalmar as rebeliões provinciais, o que

⁸³BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 451.

⁸⁴*Ibidem*, pp. 451 – 452.

lhe rendeu críticas e acusações de omissão na luta contra as agitações. Sofria oposição dos escravocratas pela proibição do tráfico de escravos, decretada pela lei de 7 de novembro de 1831, quando ainda era ministro da Justiça. Mesmo não tendo sido a lei cumprida, foi aprovada somente pelas pressões inglesas e como forma de garantir que os tratados comerciais entre Brasil e Inglaterra fossem renovados.

Com a renúncia de Feijó, Pedro de Araújo Lima assumiu como regente interino em 1838. Seu governo foi marcado pela tentativa de resgatar a pompa e prestígio da monarquia. Para Paulo Pereira de Castro, os homens do regresso necessitavam do prestígio do trono monárquico apoio político.

As ideias de regressão política sustentadas pelos conservadores necessitavam do prestígio do trono para atrair, de um lado, os descontentes com o 7 de Abril e de outro lado, para lograr a aceitação popular. Em oposição a singeleza ascética do tempo das Regências Trinas e de Feijó, esmerou-se Araújo Lima em realçar a pompa real em suntuosas solenidades públicas e deliberadamente recolhia-se à penumbra, permitindo que o prestígio do Príncipe fizesse esquecida sua própria posição.⁸⁵

Dessa forma, os anos finais da Regência apresentaram-se opostos aos singelos anos iniciais quando havia a recusa por cerimônias de corte, etiqueta, rituais como o beija mão, distribuição de títulos e condecorações ou qualquer forma contundente de diferenciação. Araújo Lima reforçou a pompa das solenidades públicas e seu prestígio ficou apagado frente a d. Pedro II que agora ficava mais visível.

No derradeiro ano do período regencial, o espaço público sofreu um grande recuo que culminou com o Golpe da Maioridade. Através dessa medida, a Regência foi substituída pelo mando direto do imperador d. Pedro II. O que finalizava um período de politização do cotidiano, de liberdade e autonomia gerado por uma momentânea ausência de um poder central forte. A partir de 1840, segundo Marcelo Basile, o povo estava novamente nas ruas, mas diferentemente das reivindicações que fazia 10 anos antes, agora era um espectador de espetáculos de pompa nos quais o poder do imperador era destacado.

Nesse sentido, a cerimônia de coroação e sagração do jovem monarca é emblemática, em contraste com o movimento que provocou a abdicação de Pedro I, a chamada Revolução de 7 de Abril. Realizada a 18 de julho de 1841, com toda a pompa e circunstância merecidas por um soberano ao mesmo tempo sagrado e constitucional, prolongaram-se as comemorações até o dia 24, com ampla presença popular. Tal como ocorrera des anos antes, o povo do Rio de Janeiro estava de novo nas ruas; mas, diferentemente daquela época, em que, entrava em cena para derrubar o imperante, não era mais o agente dos acontecimentos, figurando agora como mero espectador, ao saudar a subida ao Trono do filho daquele que, há não muito tempo, ajudara a depor.

⁸⁵CASTRO, Paulo Pereira de. *A “experiência republicana”, 1831 – 1840*, p. 11. In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, v.2. São Paulo: Difel, 1985, p. 61.

Nesse íterim, muita coisa mudou: de cidadão que lutava para se fazer soberano, o povo voltava serenamente à condição de súdito, debaixo da proteção de um novo imperador.⁸⁶

⁸⁶BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 452.

Capítulo II

O 7 de Abril e suas representações

Em oito de abril de 1831, o *Aurora Fluminense* assim detalhava para seu leitor o que havia ocorrido no dia anterior:

Uma revolução, a mais assombrosa por seus amplos efeitos, e pela marcha que tem seguido, ocorreu no Brasil. (...) Porém, no dia 6 do corrente, o horizonte político se enludou de todo, e soube-se logo de manhã que o ministério fora mudado, e que se achavam na administração os Srs. Inhambupe – Baependi – Paranaguá – Alcantara – Lages – e Aracati. Cada nome destes é uma hostilidade ao Brasil, e às liberdades públicas. Prometia-se a vizinhança de golpes de estado, que a nomeação de tais ministros fazia inevitáveis, e o aspecto das perseguições, da dissolução das províncias, e da anarquia, só se apresentava aos olhos de todos os bons cidadãos. (...) Grande número de pessoas se reuniram no Campo da Aclamação, pedindo a demissão dos ministros abominados. O imperador, bem longe de aceder a estas súplicas, enfurecia-se contra os emissários que lhas apresentavam. As circunstâncias de momento a momento tornavam-se mais graves. A noite de 6 a 7 prometia ser iluminada pelos archotes da anarquia, quando a brava tropa Fluminense, lembrando-se que a pátria está antes de tudo, tomou a gloriosa deliberação de vir juntar-se à massa dos cidadãos, cuja cólera crescera com a solução que fora dada a seu pedido. O imperador viu-se quase geralmente abandonado: só os cúmplices dos atentados de 13 a 15 de Março o acompanhavam, e teve de conhecer que já não era apto para governar o Brasil. Às 3 horas e meia da madrugada do dia 7, ele abdicou em nome de seu filho o Sr. Pedro II°. A alegria pública foi grandíssima.⁸⁷

Pelas palavras do redator, o 7 de Abril apresentava-se como um movimento revolucionário gerado a partir da ação dos descontentes com a atuação do imperador d. Pedro I. Descontentamento que se intensificou com a troca de ministério e fez com que pessoas se reunissem no Campo de Aclamação e pedissem a queda daqueles ministros, sobre os quais argumentava-se não estarem em consonância com os interesses da nação. Os descontentes seriam “povo” e “tropa” que, de acordo com o vocabulário da época, fazia referência a civis e militares.

Revolução e Regeneração

Explicados os motivos e a forma com que os fatos haviam se desenrolado, os redatores iniciaram em seus jornais a etapa crucial de interpretar e dar significado aos acontecimentos. O 7 de Abril foi prontamente interpretado pelo *Aurora Fluminense* como uma revolução. Revolução que era seguida pelos adjetivos de gloriosa e pacífica, pois os moderados diziam

⁸⁷ *Aurora Fluminense*, nº 469, 08/04/1831.

em seus jornais que o movimento havia acontecido sem que houvesse o derramamento de sangue.

O periódico *Aurora Fluminense* torna explícito seu entendimento de revolução:

A revolução, exprimindo uma necessidade comum, representando o triunfo de uma ideia política, distingue-se logo pelo seu caráter de generalidade e pelos fins extensos, importantes a que tende. A sedição, sempre mesquinha em seus meios, e mais mesquinha ainda em seu fito, não pode achar escusa nos motivos generosos, no objeto elevado que determinam muitas vezes as revoluções.⁸⁸

Com essas palavras o periódico define revolução como um movimento político, motivado por uma necessidade comum e cujo fim esperado era de grande importância para a coletividade, o que era muito diferente de sedição, movimento com um sentido pejorativo, um acontecimento mesquinho que não atendia aos interesses da maioria. Nesse sentido, ao classificar o 7 de Abril como uma revolução, os moderados se reportavam a uma mudança necessária e importante que alterou os rumos da política regencial.

O *Aurora Fluminense* seguia destacando o caráter essencial das revoluções, e mostrando o quanto mudanças e melhorias estavam condicionadas a elas.

Todas as Nações, da maior civilização e polidez, sofreram revoluções, mais ou menos violentas, efeito imediato dos progressos do espírito humano, por isso que os povos mais poderosos começaram muito pior, do que nós, isto é, pelo estado da natureza ou de barbaridade. Mas a verdadeira fonte de quase todas as revoluções nasce da pertinácia dos governos, e de sua obstinação em repelir todo o progresso, exigido pela razão, pelas precisões, e felicidade das nações. (...) É certo que nós ainda não gozamos daquela paz e seguridade que pela força irresistível dos acontecimentos, e pelo curso natural das coisas, devem vir infalivelmente após os distúrbios, e perturbações, pois que vai passando o nosso país. (...) O mesmo acontece com as revoluções; elas empobrecem a uns, e arruinam outros, elas conduzem a anarquia popular, e arrastam grandes desordens; mas apesar de serem males lamentáveis, alguns bens marcam seus vestígios, até que chegam a se acolher preciosos frutos, quando a tranquilidade sucede ao desassego geral: mas é preciso para isso que a revolução seja filha da necessidade comum, que nasça da natureza das coisas, e não da extemporaneidade do espírito do partido. O Brasil, açoitado de vexações e males de todo o gênero desde a época de seu descobrimento, o Brasil, vítima de todas as artimanhas do regime colonial, ia gerando em seu seio os germes de uma revolução inevitável, a qual rompendo as barreiras que uma política desjeitosa lhe queria opor, aparecendo com toda a força na razão direta de compressão que sofrera a Independência, foi proclamada vigorosa e triunfante por todas as províncias: a constituição, isto é, o regime representativo, foi reconhecido indispensável, tudo mudou inteiramente de face.⁸⁹

O *Aurora Fluminense* mostra aos seus leitores que a revolução era necessária, e algo a que a maioria das nações seria submetida. As revoluções, nesse sentido, seriam movimentos indispensáveis para garantir o progresso e a felicidade de um povo. A origem desses

⁸⁸ *Aurora Fluminense*, nº1108, 19/10/1835.

⁸⁹ *Aurora Fluminense*, nº50, 12/09/1838.

movimentos estaria nos próprios governos e em suas atitudes arbitrárias. No caso brasileiro, o redator argumenta que a revolução era uma questão de tempo, posto que o Império era submetido a restrições e desmandos desde seu passado colonial. Porém, as revoluções não seriam movimentos inofensivos. O jornal destaca o perigo de causarem desordem e anarquia. No entanto, diz que essas possibilidades de quebra da ordem seriam passageiras e que logo que a ordem se restabelecesse, as melhorias e progressos, ou os “preciosos frutos”, iriam aparecer.

A concepção moderada de revolução não pressupunha grandes mudanças e rupturas. A abdicação, para os moderados era considerada uma revolução. Entretanto, aos olhos do observador contemporâneo, nenhuma grande ruptura pode ser notada, posto que a constituição, a monarquia e o sistema representativo continuaram a ser as grandes bases de organização política. No entanto, a grande diferença destacada pelos moderados era a de que a partir do dia 7 de Abril a força maior estaria na constituição, e não no imperador. Os moderados desejavam mostrar que a partir da *revolução* as leis e as instituições representativas seriam as bases da atuação política e que garantiriam a segurança e um bom governo.⁹⁰

O Sete d’Abril, outro importante periódico da corrente liberal moderada, descreve o movimento como uma revolução necessária, como um espetáculo de grande sucesso que se deu pacificamente e sem que tivesse alguma vítima. Além disso, o jornal mostra o acontecimento como um acerto de contas entre o povo brasileiro e um imperador que já lhes tinha causado muitos males:

O dia Sete de Abril de 1831, em que a Providência concedeu a este Império, mais um favor, dando ao mundo o espetáculo de uma revolução, de que o seu maior sucesso – a abdicação – não custou a nação uma vítima, uma só gota de sangue, um só tiro, se limitou em suas consequências, de tantas a desejar, a esse único filho do acaso, como se essa fosse a maior carência da nação ou como se ela tivesse de castigar os insultos que sofreu em Novembro de 1823 e Março de 1831, unicamente na pessoa do então imperador.⁹¹

O Sete d’Abril, apresenta a abdicação como uma *revolução* e um presente recebido pelo povo, que sempre foi vítima do imperador. A *revolução* seria uma forma de acertar as contas pelos insultos sofridos em novembro de 1823, quando o imperador dissolveu a

⁹⁰Sobre isso trabalharemos com mais cuidado no terceiro capítulo, ao tratarmos dos símbolos criados pelos moderados para dar suporte ao 7 de Abril. A Câmara dos Deputados foi um grande símbolo dos moderados para firmar o 7 de Abril e as mudanças que esse grupo político pretendia, pois a referida instituição sintetizava todos os posicionamentos apreciados naquele momento: participação política, limitação pelas leis e possibilidade de controle do poder real.

⁹¹O Sete d’Abril, nº 1, 01/01/1833.

Assembleia Constituinte e retirou dos deputados eleitos sua possibilidade de atuação política. Para o referido jornal, era ainda necessário resolver a situação com d. Pedro I pelos acontecimentos de março de 1831, quando brasileiros e portugueses entraram em conflito. Nesse momento, estava em questão a postura do imperador, que sempre pedia ao favorecimento de seus conterrâneos lusos.

O *Aurora Fluminense* completa:

O 7 de Abril, sejam quais forem para o futuro as suas consequências, salvou-nos de uma revolução mais desesperada e furiosa que, sem dúvida, teria de aparecer, caso os novos sofrimentos se dilatasse, e o ex-monarca caminhando de desordem em desordem, empregasse, para comprimir o voto nacional, aquelas medidas que parecia indicar a sua insensata Proclamação de Minas. Os caramurus não sabem, não avaliam quanto devem a esse dia que amaldiçoam e que talvez lhes preservou empregos, fazendas, vidas e pátria.⁹²

Os rumos a partir de 7 de Abril de 1831 ainda eram incertos e os moderados não escondiam suas preocupações. Porém, era hora de reforçar o caráter indispensável do 7 de Abril, sobretudo porque, na visão dos moderados, caso o imperador não abdicasse e desse continuidade a seu reinado, manifestações mais sérias e violentas iriam ter lugar no Império, pois o povo não aguentaria continuar submetido a tais “sofrimentos”.

O 7 de Abril, como uma revolução moderada, trazia a ideia de salvação, principalmente porque evitava um movimento mais radical e difícil de ser contido. O 7 de Abril não teria sido tal “revolução desesperada” pois alterou o poder político sem provocar grandes mudanças na ordem social. Para os moderados, todos, inclusive os caramurus que lhe faziam tanta oposição, deveriam se alegrar com o 7 de Abril e com a forma como os acontecimentos foram conduzidos, pois era o que teria permitido a manutenção das propriedades, dos empregos, da ordem, da integração do Império.

Para um grupo que se dizia portador de um posicionamento político de *justo meio*, avesso a qualquer atitude extremada, uma revolução não era a situação mais desejada. Principalmente porque uma revolução, ou qualquer outro movimento, envolvia a participação de pessoas, posicionamentos e manifestações que podiam, e com frequência, abalavam o *status quo* e conseguiam mudanças na organização social. Assim, os moderados aceitaram o 7 de Abril como uma *revolução*, mas mantinham suas ressalvas por considerarem toda

⁹²Aurora Fluminense, nº 810, 02/09/1833. Em uma proclamação proferida em 22 de fevereiro de 1831 quando viajava à Província de Minas Gerais, o imperador disse existir um partido desorganizador que agia para iludir o povo contra o governo. Segundo o imperador, tal partido estaria se aproveitando dos exemplos da Revolução de Julho de 1830 ocorrida na França para promover o terror no Brasil. Para D. Pedro I esses homens estavam ferindo a Constituição ao falar sobre federação e assim pedia ajuda aos brasileiros para lutar contra essas doutrinas perniciosas que se espalhavam na sociedade e que nada colaboravam com a Constituição.

revolução perigosa por poder resultar em anarquia, intrigas, manifestações populares e, em casos extremados, até uma guerra civil.

Não só são feridos os interesses e direitos de alguns, mas acontece ainda que cada um julgue haver feito mais valiosos serviços do que os outros, e se tendo por menos bem pago, ou por injustamente esquecido. Daí as intrigas, a perda de confiança na autoridade, os movimentos populares e a guerra civil.⁹³

Mesmo com muitas reservas, tornou-se recorrente para os moderados se referir à abdicação de d. Pedro I como uma *revolução*. Na falta de antecedentes nacionais que pudessem ser comparados com o acontecimento, os redatores buscavam tal repertório na história europeia. Sabemos que quando o assunto era revolução, a França era a principal referência por já ter passado pela Revolução Francesa de 1789 e pela Revolução de Julho de 1830. A partir desses repertórios, o 7 de Abril foi interpretado e classificado:

A nossa revolução gloriosa em nada teve que invejar aos 3 dias de Paris. Os atos de desinteresse e de generosidade, tão admirados na França, foram reproduzidos aqui, e se encontraram até entre as pessoas da mais infeliz posição social. (...) Homens de classe bem menos educada, e gente de cor haviam sido ultrajados tão ignobilmente por uma facção imprudente, e que desde 13 de Março bramiam de raiva; no dia 7 de Abril, quando os vencedores, não falavam senão em perdão, em esquecimento do passado, a linguagem da mais sublime filosofia achava-se na boca dessa gente que se tem querido tratar com desprezo injusto, e que, aliás guarda no seu caráter o gérmen de muitas virtudes.⁹⁴

O 7 de Abril era percebido pelos moderados como um acontecimento tão importante quanto as demais revoluções que ocorreram na Inglaterra. Para o redator do *Aurora Fluminense*, a *revolução* ocorrida aqui fora um ato de generosidade e de união de pessoas impulsionados pelas atitudes de um governante que se portava contrariamente às leis e às suas possibilidades de ação em uma monarquia constitucional.

Para os redatores, a França era tanto a base para comparação como o modelo de civilidade, motivo pelo qual comparar-se a tal realidade era algo extraordinário e, conseqüentemente, tão publicado. A ênfase do *Aurora Fluminense* era em uma revolução ocorrida de forma pacífica, sem a utilização da violência e sem o derramamento de sangue. A grande referência de uma “revolução sangrenta” havia sido a Revolução Francesa, cujos movimentos, principalmente em seu período de Terror, despertavam medo e insegurança nos movimentos revoltosos que lhe sucederam.

⁹³ Aurora Fluminense, n° 475, 22/04/1831.

⁹⁴ Aurora Fluminense, n° 470, 11/04/1831.

O *Aurora Fluminense* negava uma herança da Revolução Francesa e com isso desejava afastar do 7 de Abril as imagens de um movimento incontável e de ativa participação das mais baixas camadas populares. Negar a herança do movimento revolucionário francês significava negar uma imagem muito recorrente no Império, e que muito amedrontava, de que o movimento revolucionário francês foi um período de horrores e de intenso derramamento de sangue.⁹⁵ Para os moderados, o 7 de Abril havia sido uma revolução sim, mas, em comparação com a Revolução Francesa de 1789, destacava-se por não ter provocado fortes convulsões sociais.

A ausência de violência no que entendiam como processo revolucionário era algo muito caro para os jornais moderados. Na maioria de suas falas, os redatores moderados referem-se ao 7 de Abril como um momento ímpar na história, posto que uma grande mudança foi conquistada sem que para isso pessoas precisassem sofrer ou chorar pela perda de alguém. Para eles, tratara-se de uma revolução limpa, sem o uso da violência, sem mortes e sem sangue tanto da população quanto do governante.

Não há revoluções sem sangue, dizem aqueles que parecem tão ávidos dele, e outros que por fanatismo, ou hábito repetem as suas ideias. Sim, estamos de acordo, não há revoluções sem o derramamento de sangue, quando um partido armado resiste a elas, quando se há mister vencer pela força essa resistência. Então o combate é infalível e correu o sangue dos que pelejam debaixo de bandeiras contrárias. Mas o derramamento de sangue é sempre o maior mal que pode acompanhar uma revolução, só a necessidade imperiosa o desculpa. Na que efetuamos não foi necessário tingir as armas, nenhum inimigo se nos opôs, o chefe da facção detestada abdicou e fugiu; os outros fecharam-se em suas casas reconhecendo seus erros ou sua fraqueza. Para que é, pois o sangue? O caráter brasileiro é naturalmente doce e generoso. Para que são atos de ferocidade inúteis, perpetrados contra homens inermes, contra pais de família, mesmo contra bons patriotas?⁹⁶

Para o redator do *Aurora Fluminense*, a maioria das revoluções resultavam em derramamento de sangue por serem acontecimentos em que, com facilidade, chegava-se à anarquia e à desordem pública. Porém, o referido redator diz que tais movimentos só se justificavam em casos de necessidade imperiosa. Em outras palavras, as revoluções eram movimentos raros que só deveriam ter lugar em uma sociedade quando nada mais funcionasse.

A citação acima realça a ausência de violência no processo revolucionário ocorrido no Brasil, o que, segundo o redator, o diferenciava dos demais. Entendemos pelas palavras do redator que a *revolução* no Brasil teria se encaminhado de forma diferente por ter como principal objetivo o ataque ao governo de d. Pedro I. Assim, a sociedade não estaria muito

⁹⁵ Sobre as repercussões da Revolução Francesa, ver Capítulo I.

⁹⁶ *Aurora Fluminense*, nº 478, 29/04/1831.

dividida em várias possibilidades de protestos. Além do mais, garantiram o caráter pacífico do movimento, a docilidade do povo brasileiro e a abdicação voluntária e rápida de d. Pedro I.

Embora os jornais negassem a herança da Revolução Francesa de 1789, se diziam tributários do movimento ocorrido na França em julho de 1830. No exemplar de 6 de junho de 1831, o *Aurora Fluminense* publicou uma fala do ministro Casimir Périer, presidente do Conselho Francês, que tratava da revolução de Julho de 1830:

Os princípios que professamos são os da revolução: desejamos que eles se estabeleçam, sem exageração e sem fraqueza. O princípio da revolução de Julho, e por consequência o princípio do governo atual, que dela se deriva, não é o da insurreição, mas sim o da legítima resistência às opressões do poder. A França foi provocada e desafiada – defendeu-se, e sua vitória foi a do direito sobre o despotismo, tal foi o princípio da revolução de Julho, e tal é o princípio do governo que ela fundou. Esta revolução não destruiu a ordem social, mudou o sistema político – fundou um governo, não inaugurou a anarquia – teve em vista uma ordem de coisas regular e justa. Assim pois, a violência não é nem deve ser o característico do governo, quer nos negócios internos, quer nas relações exteriores.⁹⁷

Segundo o ministro, o que havia ocorrido na França fora uma nova revolução, porém sem excessos ou exageros. Os movimentos de 1830 teriam sido reações contra as ações opressoras e despóticas de um poder. Destaque era dado ao fato de que a revolução de Julho de 1830 não causou grandes rupturas na ordem social ou política na França, mas apenas teria fundado um novo governo obediente às leis e que dispensava o recurso à violência.

Os *três dias gloriosos de Paris* levaram a população às ruas e conseguiram tirar do trono Carlos X e colocar Luiz Felipe. Assim havia sido a revolução de 1830 na França, uma mudança de governo motivada pelos desmandos de um governante. Daí a semelhança que tanto era destacada pelos periódicos moderados, pois tanto a Revolução de Julho de 1830 na França, quanto o 7 de Abril haviam sido movimentos rápidos, motivados por governantes que não estavam atentos à constituição.

Sendo assim, o movimento ocorrido no Império do Brasil pegava emprestado da França o sentido de uma *revolução gloriosa*, expressão que, nesse contexto, significava uma revolução limpa, pacífica, rápida e sem grandes rupturas sociais. Ao tomar como exemplo a Revolução de Julho, os redatores moderados queriam construir uma imagem de um 7 de Abril como um movimento que desejava repelir os ataques feitos à constituição. A *revolução gloriosa* seria um ataque contundente contra um poder despótico que controlava todas as decisões para permitir a liberdade, limitar o poder do Estado e legitimar a monarquia.

⁹⁷ *Aurora Fluminense*, nº 493, 06/06/1831.

De uma maneira geral, podemos dizer que o 7 de Abril foi chamado de revolução pelos homens que o vivenciaram. Entretanto, estamos cientes de que a palavra revolução carrega consigo uma infinidade de significados e, quando evocada, relembra acontecimentos importantes para a história assim anteriormente designados, como a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Por isso, trabalhar com um conceito tão complexo pede que seus limites sejam previamente estabelecidos.

Partimos, primeiramente, de Hannah Arendt. Segundo a autora, a palavra revolução já teve vários sentidos e ligava-se inicialmente a definições astronômicas. Nesse sentido, o vocábulo nomeava um movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas. Designava um movimento que era de conhecimento de todos e não dependia da ação dos homens, era algo irresistível que não podia ser caracterizado nem pela novidade nem pela violência.⁹⁸

Segundo a autora, o vocábulo “desceu dos céus” e passou a ser utilizado para descrever a realidade dos homens a partir do século XVII. Nesse momento, revolução passou a ter um sentido cíclico de retorno, de recomeço, de volta a um ponto pré-determinado e já conhecido e ligado à ideia de restauração.⁹⁹

De acordo com a definição de Gianfranco Pasquino, no século XVII, a palavra “revolução” começava a ganhar conotações políticas e era empregada como o retorno a uma ordem preestabelecida. Nesse sentido a revolução nada tinha de inédito ou de original, mas era um retorno a um estado já conhecido e considerado justo. Entretanto, esse significado é realmente alterado pela Revolução Francesa:

de mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades, se passa à fé na possibilidade de criação de uma ordem nova; da busca da liberdade nas velhas instituições, passa-se à criação de novos instrumentos de liberdade; enfim, é a razão que se ergue contra a tradição ao legislar uma constituição que assegurasse não só a liberdade, mas trouxesse também a felicidade ao povo.¹⁰⁰

Hannah Arendt localiza a primeira utilização da palavra revolução, fora de qualquer conotação astronômica, no dia 14 de julho de 1789, na França, na queda da Bastilha. A partir desse momento a palavra entrou para o repertório político, representando a ideia de ser algo irresistível cujo esforço humano para contê-lo era vão. Para exemplificar, Arendt cita uma conversa tida pouco antes dos movimentos entre o rei francês e seu mensageiro. No diálogo, o mensageiro vem avisar ao rei Luiz XVI sobre os acontecimentos recentes e o rei lhe indaga se

⁹⁸ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 38.

¹⁰⁰ PASQUINO, Gianfranco. *Revolução*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. VARRIALE, Carmem C. (Trad.) et ai.; coord. Trad. FERREIRA, João; rev. Geral FERREIRA, João e CACAIS, Luis Guerreiro Pinto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 11ª edição, obra em 2 volumes. Página 1123.

aquilo não seria mais uma revolta. O mensageiro responde que não, que de fato estaria acontecendo uma revolução. Com esse exemplo, Hannah Arendt demonstra o caráter irrevogável das revoluções.¹⁰¹

O vocábulo trazia ainda as ideias de novidade, de acontecimento ímpar capaz de romper com o curso da história e de baliza fundadora de uma época completamente nova. Revolução relacionava-se também ao conceito de liberdade e à busca por um tempo marcado por instituições e governo capazes de a garantir.

Gianfranco Pasquino assim define o conceito:

A revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar autoridades políticas existentes e de as substituir a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica.¹⁰²

Então, quando falamos de revolução, em seu sentido político, temos a ideia de um movimento generalizado capaz de alterar profundamente a sociedade na qual ocorre, o que de fato não pode ser observado no Brasil em abril de 1831. A abdicação não alterou de maneira completa e irreversível os rumos sociais ou políticos, mas apenas promoveu uma troca de governantes, mantendo a monarquia.

No entanto, é curioso o fato de que os moderados, e também os demais grupos políticos, insistissem na ocorrência de uma revolução. Ao assumir o controle político nos primeiros anos da Regência, os moderados passaram a interpretar o 7 de Abril como símbolo da efetivação da Independência, marco da separação completa entre Brasil e Portugal, já que o governante a partir daquele acontecimento era nascido nos trópicos. Revolução e regeneração política tornaram-se palavras recorrentes nos periódicos moderados para citar o acontecimento de Abril de 1831.

Para os moderados, o 7 de Abril era uma revolução gloriosa e ainda uma data que marcava a regeneração política do Brasil. Regenerar, segundo definição biológica, é a capacidade dos tecidos ou dos órgãos se renovarem ou se recomporem após sofrerem danos físicos consideráveis. Biologicamente, a regeneração deve ocorrer a partir da multiplicação das células que não foram afetadas pela enfermidade. Politicamente, para os liberais moderados, regenerar-se era o mesmo que conquistar uma mudança qualitativa e romper com Portugal. Significava que o Império conquistava sua independência política e ganhava poder de decisão em seu destino.

¹⁰¹ARENDR, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 38.

¹⁰²BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. VARRIALE, Carmem C. (Trad.) et ai.; coord. Trad. FERREIRA, João; rev. Geral FERREIRA, João e CACAIS, Luis Guerreiro Pinto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 11ª edição, obra em 2 volumes, p. 1121.

O 7 de Abril, no discurso do *Aurora Fluminense*, era apresentado como marco da existência nacional do Brasil e conquista definitiva de sua autonomia, período a partir do qual o país passava a ser livre de qualquer influência estrangeira e a pertencer aos brasileiros.¹⁰³ Assim, o 7 de Abril surgia para os moderados como um grande marco, que rompia com o jugo de Portugal e com as arbitrariedades praticadas por um governo que se apresentava despótico.

Por mais que os liberais moderados não incentivassem a via revolucionária ou qualquer mudança abrupta na ordem social, eles acabaram tomando como sua principal bandeira um movimento que eles mesmos designaram de *revolução*. A apropriação feita pelos moderados da revolução do 7 de Abril se deve ao fato de que, após a queda do imperador, a facção política tornou-se maioria no poder e percebeu a necessidade de preencher o vazio simbólico deixado por d. Pedro I e criar uma nova autoridade legítima. Tornava-se necessário criar símbolos, uma vez que a força simbólica da Regência era consideravelmente inferior à da monarquia.

O governo, porém, no caso em que hora se acha quase despojado de todo o prestígio da realeza, entregue a homens eletivos que hão de exercer as atribuições que se lhe marcarem, em nome de um imperador menino, é fraco de sua natureza, e convém antes dar-lhe força do que tirá-la. (...) Quando falamos em dar força ao governo, não queremos dizer que ele seja investido da ditadura. (...) É dentro dos limites constitucionais que ele deve conter-se, mas a pretexto de cartá-lo, não destruamos esse sistema que a constituição e o voto do Brasil consagrou, nem façamos impossível o estabelecimento da ordem, dando à anarquia um falso aspecto constitucional. (...)¹⁰⁴

Era preciso dar força simbólica ao novo governo que se instaurava depois do 7 de Abril, e a ideia de revolução, com sua inspiração francesa e liberal, sua identificação com os ideais de soberania e vontade popular, parecia conter elementos suficientes para legitimar a autoridade do que poder que então se instalava sob a liderança dos moderados.

Revolução e Traição

O 7 de abril não foi entendido por todos os grupos políticos da mesma maneira. Para os liberais exaltados, o foco do movimento não se concentrava no 7 de Abril. Tal grupo considerava os movimentos do 7 de Abril como o primeiro passo de uma revolução, de uma resposta política violenta praticada naturalmente contra os atos de opressão do governo¹⁰⁵.

¹⁰³ *Aurora Fluminense*, nº 470, 11/04/1831.

¹⁰⁴ *Aurora Fluminense*, nº 477, 27/04/1831.

¹⁰⁵ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 23.

Segundo Marco Morel, *a ideia de revolução toma, neste caso, significado de mudança política violenta praticada como Direito Natural pelo “povo” e tendo como causa a opressão de governos despóticos*.¹⁰⁶

Para os exaltados, a *revolução* era necessária e deveria ser feita sempre que a sociedade tivesse ameaçada sua Independência, integridade ou tivesse que combater algum inimigo. Para Marcelo Basile, esse era um tema recorrente nos jornais exaltados, fosse em seus editoriais ou em suas epígrafes, que sempre tinham um tom de incentivar a população a participar do movimento. A epígrafe de *O Exaltado* confirmava o apelo *revolucionário*: *Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independência e a Integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos externos ou internos*.

Os exaltados eram um grupo político formado por homens que faziam críticas ferrenhas ao governo de d. Pedro I e quando consideraram que as atitudes do monarca não iam ao encontro do que consideravam o melhor caminho para o país, tomaram a dianteira e incentivaram uma manifestação popular que acabou catalisando a abdicação de Pedro I. Assim como para os moderados, o movimento que ganhou corpo pela ação dos exaltados era uma tentativa de desfechar um golpe na monarquia, de pressioná-la, mas não tinha a intenção direta de provocar a saída do imperador.

A revolução para os *exaltados* – a princípio personificada no 7 de Abril, apresentava, portanto, significado distinto daqueles concebidos por *moderados* e *caramurus*. Enquanto estes últimos tratavam de negá-la, qualificando-a de revolta, e aqueles primeiros cederam à sua inevitabilidade, mas procurando por todos os meios limitar o seu alcance e encerrá-la, os *exaltados* a compreendiam como um processo que precisava ter continuidade, entendendo que tal evento seria apenas o marco inicial de uma transformação mais ampla e profunda na sociedade.¹⁰⁷

Os exaltados levaram o povo às ruas mas, quando conquistada a abdicação, foram afastados do poder. Segundo os jornais dessa corrente partidária, o grupo teria sido o responsável para que o movimento realmente acontecesse e, posteriormente, por ingratidão, teriam sido afastados da política. Isso fez com que Paulo Pereira de Castro designasse a abdicação, para os exaltados, como uma *“journée des dupes”*,¹⁰⁸ já que estes haviam sido iludidos, pois apesar de terem liderado o movimento e lutado para que ele ocorresse,

¹⁰⁶MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 110. Marco Morel ressalva que quando os exaltados referiam-se ao “povo”, falavam dos habitantes que formam uma sociedade, habitam um país e estavam submetidos a um mesmo governo. Além disso, com esse grupo político, o vocábulo ganhava uma conotação social e passava a designar também as camadas mais pobres, urbanas, livres ou libertas.

¹⁰⁷BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 160.

¹⁰⁸Expressão francesa que significa Jornada dos Logrados.

incentivando a população e reunindo “povo” e “tropa”, depois de consumado, foram alijados do poder em prol dos moderados.¹⁰⁹

Portanto, para os exaltados, o 7 de Abril marcava, de certa forma, uma injustiça contra seu grupo político, posto que depois dessa data esses homens foram condenados ao ostracismo. Os exaltados se sentiam lesados ainda por terem trabalhado pela glória do 7 de Abril e receberem em contrapartida o título de anarquistas.

Meu Deus! Foi para serem desta maneira vilipendiados os fluminenses, que tanto os ajudastes na grande obra do glorioso 7 de Abril? Que insulto! (...) Tanto ódio, tanta perseguição e tanta hostilidade contra os beneméritos Brasileiros, contra os Brasileiros de 7 de Abril? (...).¹¹⁰

Para os liberais exaltados, a revolução de 7 de Abril era:

(...) obra da virtude patriótica dos exaltados, que amigos verdadeiros da pátria; capazes de arrastar tudo, de tudo sacrificar ao bem ser da mãe comum; eles apareceram no arriscado dia 6, e glorioso 7 de Abril cheios de coragem, e de entusiasmo, no Campo de Honra, não para fazer guerra em particular à pessoa de um Tirano, mas sim suplantarem de uma vez a tirania; que soberba, e então alimentada pelos mesmos, que nos tiranizam hoje, ousava levantar o colo orgulhoso para nos devorar, e nos ameaçava de escravidão e de morte.¹¹¹

Os exaltados se consideravam parte importante da *revolução*. De acordo com sua representação dos fatos, tal movimento só foi possível devido à coragem de seus homens de sair às ruas e lutar contra as atitudes de um tirano. No entanto, os dias pós-7 de Abril haviam invertido a situação ao colocar em segundo plano seus protagonistas. Essa reviravolta foi crucial para a leitura que os exaltados apresentaram dos acontecimentos.

Dessa forma, estes passaram a nutrir pela *revolução* do 7 de Abril um sentimento de descontentamento; queriam trazer para si sua “paternidade” e recuperar seu lugar de destaque no movimento. Sendo assim, passaram a considerá-lo apenas um primeiro passo de uma mudança mais completa que deveria se dar na sociedade imperial. O governo de d. Pedro I havia gerado um grande descontentamento ao Império brasileiro e apenas sua saída não era garantia da solução dos problemas. Além disso, se os exaltados considerassem o 7 de Abril como uma *revolução* encerrada, menos chances teriam de retornar ao centro da política.

Por outro lado, como os exaltados se consideravam excluídos após o 7 de Abril, eles queriam destacar sua participação e com isso seu foco concentrava-se no dia 6 de Abril,

¹⁰⁹CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico. Tomo II, V.2. São Paulo: Difel, 1985.

¹¹⁰O Exaltado, nº 2, 22/08/1831.

¹¹¹O Exaltado, nº 3, 27/08/1831.

quando sua atuação foi efetiva e quando os atos dos homens que estavam armados no Campo de Aclamação garantiram que d. Pedro I abdicasse de seu trono. Para os exaltados, o dia 6 de Abril era o dia digno de ser lembrado e festejado pela pátria.

Essa grande disputa entre exaltados e moderados pela revolução do 7 de Abril fazia com que os primeiros desmerecessem a conjuntura que se apresentou logo após o movimento. Os exaltados eram mais favoráveis do que os moderados à resolução de conflitos pela via revolucionária, pois temiam menos seus desfechos. Quanto ao 7 de Abril, apoiaram o movimento por acreditarem que poderia trazer bons frutos. Porém, como não participaram da direção política dos novos tempos, dedicavam grandes espaços de seus jornais para criticar o governo dos moderados, sua estagnação e a ausência das mudanças necessárias.

O periódico *O Exaltado*, de 22 de setembro de 1831¹¹², dizia que já haviam se passado cinco meses da *revolução* de 7 de Abril e que nenhum melhoramento ou reforma significativa havia sido feita pela Regência. Ao contrário, para o referido jornal os tempos eram de perseguição à liberdade, de corrupção e de patronato. O jornal segue dizendo ainda que o comércio e os negócios do Império estavam paralisados.

Para *O Exaltado*, o pós-7 de Abril era um tempo marcado por traições, em que as vítimas eram sempre seu grupo político. Os moderados teriam traído os soldados, os homens que, para o referido jornal, realmente sustentaram o movimento. Esses homens teriam ficado no Campo de Aclamação e quando os eventos de Abril tiveram fim, alguns nobres quiseram pagar-lhes gratificações pelo grandioso serviço prestado. Porém, os moderados os impediram de aceitar tal gratificação. *O Exaltado* classificava tal atitude dos moderados como traição, posto que os soldados eram homens simples que mal recebiam soldo capaz de lhes matar a fome. Impedidos de receber sua gratificação, muitos soldados foram ainda dispensados. Com isso, os exaltados pretendiam mostrar que, contrariando a propaganda feita pelos moderados, eles não se preocupavam com todos e, sobretudo, que o sentimento que eles apresentavam da *revolução* não era unânime.

Por fim, *O Exaltado* reflete sobre a situação política do Império e esclarece seu posicionamento quanto ao 7 de Abril e seu encaminhamento:

(...) e dizer-se-há que foi a Moderação, e a Boa Ordem, quem dirigiu uma tal revolução? Eu direi sempre que foi a Perfídia e a Traição. Foram homens, infelizmente, de nossa confiança que abusando da boa fé dos Brasileiros, da docilidade de seu gênio por via da Cabala empolgaram empregos, e se grimparam no Governo, atraçoaram no berço a

¹¹²O Exaltado, nº 7, 22/09/1831.

malfadada revolução de 7 de Abril, a fim de que ela não ganhasse a expansão natural (...).¹¹³

Para os exaltados, a revolução ligava-se à traição, traição com seus princípios, traição com aqueles que mais trabalharam para sua organização e, ainda, traição com seu próprio curso, posto que ela foi rapidamente abafada. Os exaltados interpretaram o 7 de Abril como um movimento que teve sua expansão natural contida pela ação de um grupo, de maneira que a *revolução* tornara-se um movimento malfadado incapaz de trazer melhorias ou de inaugurar um novo tempo.

Revolução e Revolta

A respeito do 7 de Abril, os caramurus são definidos por Marco Morel¹¹⁴ como aqueles que o negavam por considerarem que um movimento que teve como consequência a deposição de um imperador constitucional não podia ser legal. Esses homens, que mantinham sua fidelidade à monarquia, não podiam compactuar com o movimento que a havia desestruturado. Os caramurus pintavam o 7 de Abril com negras e tristes cores. Para eles tal acontecimento não trouxe nada de bom mas, ao contrário, era um dia de luto que alterou para pior o Império do Brasil visto que resultou na saída de d. Pedro I. Para esse grupo político, não foi só d. Pedro I que deixou o Império, mas também muitas pessoas tinham emigrado por perceberem que a época seria de estagnação.

Este príncipe, pois que o Brasil havia jurado inviolável, e sagrado, que havia tomado por seu Defensor Perpétuo, e para que imperasse sempre, foi expatriado; a constituição foi destarte feita em pedaços; e o dia 7 de Abril raiou entre o luto, a consternação, e os agouros de um futuro tenebroso, e horrível, que se tem realizado! Em um ano da nossa capital tem emigrado perto de 7000 almas, e um cabedal espantoso! Os ódios, as rivalidades tem enraizado, e pois que se nos argumenta que esses são os resultados necessários de uma revolução, nós, deixando por hora perguntar o motivo porque a fizeram, visto que seus resultados haviam de ser maus, limitar-nos-emos, neste lugar, a querer saber se a perversidade do nosso atual governo é também consequência precisa da revolução!¹¹⁵

Os caramurus também se referiam aos acontecimentos de abril como *revolução*. No entanto, para esse grupo, *revolução* representava o maior dos flagelos, algo extramente ruim e doloroso a que um povo poderia ser submetido. O movimento de 7 de Abril era visto como

¹¹³O Exaltado, nº 23, 16/08/1832.

¹¹⁴Ver a definição de caramurus para Marco Morel em: MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003; MOREL, Marco. *As transformações no espaço público: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

¹¹⁵O Caramuru, nº 11, 12/04/1832.

um ataque à constituição devido à pressão para a saída de d. Pedro I. Uma *revolução*, para o periódico *O Caramuru*, ainda que pudesse ser feita com base na justiça e tendo em vista os bens maiores, jamais seria realizada se fossem considerados os males que necessariamente acarretaria.¹¹⁶ O redator insinua ainda que os aspectos do mau governo e os problemas da administração moderada podiam ser consequências da *revolução* de abril.

Para os *caramurus*, o 7 de Abril teria ainda sido o responsável por dividir a sociedade. Em outras palavras, a leitura feita da *revolução* era uma maneira de definir o posicionamento político, entre aqueles que defendiam e aqueles que eram contrários ao 7 de Abril.

A nossa população pode-se hoje dividir em três classes, a dos moderados, a dos exaltados, e a dos comprometidos; a primeira e a segunda compõe-se da gente da revolução hoje dividida, e a terceira da que defendia e sustentava o governo anterior ao dia 7 de Abril; os primeiros são os defensores do atual governo, os segundos trabalham para derrubá-lo, e os terceiros por dever e pela incerteza da sorte que terão com os segundos sustentam e defendem os primeiros, (...).¹¹⁷

Segundo o redator, naquele momento, em 1832, os comprometidos, por medo e pela incerteza dos acontecimentos, se uniram aos moderados, porém sabiam que tal grupo já lhes havia causado muitas agressões e de tudo feito para que fossem considerados por todos como inimigos do Brasil. *O Caramuru* fala de uma certa perseguição, na qual os comprometidos perdiam seus empregos e honras e eram sempre perseguidos.

O referido periódico segue dizendo que os exaltados eram os mais honestos politicamente pois mesmo depois do 7 de Abril e da forma como os acontecimentos políticos se encaminharam, esse grupo continuava coerente ao que o redator classifica como “princípios subversivos”, enquanto os moderados haviam mudado seu posicionamento e tomado para si o controle da situação. O redator diz, inclusive, que os moderados injustiçaram os exaltados, pois esses haviam lutado pela revolução e depois que ela aconteceu foram afastados do poder.¹¹⁸ O redator segue dizendo que os comprometidos, seu grupo político, embora não concordassem muito com os rumos tomados, tinham sempre o compromisso de obedecer às autoridades legítimas pois acreditavam que era por esse caminho que a ordem e o desenvolvimento seriam conquistados.

A imagem de d. Pedro I era destacada em jornais *caramurus* como a de um homem que salvou o Brasil, que concedeu a independência e que decidiu “ficar entre nós” quando parte da corte e do tesouro público retornaram a Portugal com d. João VI.¹¹⁹ Segundo esse grupo, o ex-monarca poderia ter usado sua força para conter o atentado que estava sofrendo

¹¹⁶O *Caramuru*, nº 1, 02/03/1832.

¹¹⁷O *Caramuru*, nº 1, 02/03/1832.

¹¹⁸O *Caramuru*, nº 6, 21/03/1832.

¹¹⁹O *Caramuru*, nº 3, 10/03/1832.

no dia 7 de Abril de 1831, mas, segundo *O Caramuru*, o “sagrado e inviolável” não reagiu pois uma gota de sangue dos brasileiros seria um preço muito alto a pagar para manter sua coroa.

Para os caramurus, o 7 de Abril era algo ilegal, posto que feria a constituição e ia contra o maior defensor do Império Brasileiro. Entretanto, se havia ocorrido, era por mérito e honra de d. Pedro I, que optou por não usar sua força para repelir tal ataque.

Esta abdicação foi forçada ou voluntária? (corramos a esponja ao *forçado* para não nos metermos em camisas de onze varas, para não lembrarem nulidade aos sonhadores das restaurações). R. O ex-imperador não declarou nela violência alguma, e como livre a tem reconhecido todas as nações que congratularam ao Sr. D. Pedro II, logo parece que toda a glória desta ação, se houve acerto, deve recair na pessoa do Sr. D. Pedro I, não só por ser um ato seu propriamente, mas por desenganar a nação, e abrir os olhos a quem então os tinha fechado sobre quais fossem seus patricidas.¹²⁰

A citação acima é um fragmento retirado de uma carta publicada no jornal *O Caramuru*, em 9 de abril de 1832. Nela, o correspondente se indaga sobre vários aspectos da política imperial, entre os quais está a abdicação de d. Pedro I. Para o remetente, a abdicação deveria ser entendida como voluntária, posto que não houve resistência violenta por parte do ex-imperador. Dessa forma, as glórias tão destacadas pelos moderados deveriam ser direcionadas para d. Pedro I. Tal posicionamento dos caramurus pode ser explicado como uma tentativa de limpar a imagem de d. Pedro I.

Em momento nenhum os jornais dessa facção citam a reunião de homens no Campo de Honra, muito destacada pelos moderados e exaltados, como o meio de pressionar o imperador. Tratava-se de uma tentativa dos caramurus de esvaziar a participação popular no movimento e apresentá-lo como um golpe dado pelos liberais moderados contra um governo legítimo. O 7 de Abril dos caramurus era obra de ingratidão de homens que sempre foram ajudados por d. Pedro I e que por se sentirem um pouco desprezados, começaram a tramar contra seu governo.

Ao contrário da integração e do sentimento nacional que era atribuído ao 7 de Abril pelos jornais moderados, *O Verdadeiro Caramuru* mostra o 7 de Abril como um movimento de determinado grupo e não da maioria, posto que para o referido jornal o povo apenas assistiu aos fatos.¹²¹ Para esses homens, a abdicação do imperador não foi fruto da vontade geral e nem sequer teve a aprovação da nação.

¹²⁰O Caramuru, nº 10, 09/04/1832.

¹²¹O Verdadeiro Caramuru, nº 2, 13/05/1833.

Temos, pois, como proposições demonstradas, que a abdicação do Sr. d. Pedro I foi forçada, injusta, não conforme ao voto nacional, ilegal, por diametralmente anticonstitucional, visto que são nulos todos os atos praticados sem a faculdade da Lei, e formalidades do estilo.¹²²

Após feita a *revolução*, conquistaram o poder os moderados, que segundo os *caramurus* eram tiranos e para conservarem seu poder cometiam os maiores crimes e desrespeitavam os direitos sociais.¹²³ Por isso, seus discursos nos jornais eram marcados por uma perspectiva de antes e depois, sendo o tempo posterior ao 7 de Abril marcado por desgraças e insegurança generalizada. Segundo *O Caramuru*, depois do 7 de Abril os cidadãos não viviam mais pacificamente em suas casas, mas sim em uma situação geral de alarme, com as armas sempre prontas a serem usadas.

O 7 de Abril seria ainda o responsável por gerar muito desemprego, já que muitos homens que bem serviam a nação foram afastados de seus cargos só por não dividirem as mesmas crenças políticas com aqueles que estavam no poder. O redator segue suas críticas, afirmando que os fundos, isto é, as rendas, fugiam do país a cada dia, e com elas iam se afastando do Império todas as possibilidades de progresso com aespantosa imigração.¹²⁴

Enquanto baliza temporal dos *caramurus*, o 7 de Abril inaugurava um tempo sem progressos ou avanços. Para esse grupo político, os primeiros anos da Regência apresentavam um crítico estado financeiro, um comércio paralisado, famílias em má situação econômica e exércitos reduzidos a zero, consequências de um movimento que só produziu descontentamentos em uma sociedade que, como dito por *O Caramuru*, era composta por inimigos de revoluções.

É preciso ter os olhos fechados para não ver; o nosso estado de finanças cada vez pior, o nosso exército, cuja oficialidade outrora contava com os seus acessos, reduziu a zero, outros que venceram os postos a ponto da espada, obedecendo a homens que no outro dia eram nada, e quem mesmo faltam qualidades para bem exercer os pontos a lugares que foram eleitos, o comércio numa quase perfeita paralisação, as famílias num susto, num terror continuado, quem não vê nestes e outros males, que produzem em descontentamento considerável, a única origem desses anhelos para a pessoa do Sr. d. Pedro I, que generoso, quis antes depor o Sceptro da Nação, que tudo lhe devia, do que derramar uma só gota de sangue Brasileiro, ou ceder dos direitos que Constituição lhe outorgava? Busquem os meios para remover, se é possível, esses males necessários da revolução, e então, acabado o descontentamento público, cessarão esses apelos de que tanto se arreceiam, e que gratuitamente se atribuem à Sociedade em questão; ela é composta de indivíduos inimigos de revoluções, e que se uniram para evitá-las, por isso é louco o receio de que elas afetam os que talvez encontrem em sua conduta pública objetos por que devem ser combatidos; (...).¹²⁵

¹²²O Verdadeiro Caramuru, nº 3, 22/05/1833.

¹²³O Caramuru, Extraordinário, 04/08/1832.

¹²⁴O Caramuru, nº 3, 10/03/1832.

¹²⁵O Caramuru, nº 1, 02/03/1832.

Para os caramurus, a situação do Brasil era tão ruim que merecia ocupar várias páginas dos periódicos:

(...) quem comprava escravos, terras, e engenhos, antes do dia 7 de Abril, hoje deseja vender, ainda com prejuízo, para ir buscar além dos mares um asilo seguro onde seus direitos sejam defendidos, quiçá respeitados. De Campos, uma vila rica, e abundante, nos comunicam os estado desgraçado da agricultura ali; os lavradores, que outrora compravam escravos a 1 e 3 anos pagáveis, porque contavam com os preços dos açúcares a 3:800 e a 4:000 rs, hoje, estando por menos da metade, não os pagam, nem os podem pagar, e assim se veem reduzidos à miséria, e empenhados, não podendo ocorrer às suas despesas e pagamentos pelos bens que lhes trouxe o dia 7 de Abril. O comércio está completamente moribundo, se o lavrador cujos bens são de muito mais difícil apuração, que segundo Ramos Salles, sofre com mais resignação a falta de liberdade, pelos estorvos que encontra em se desfazer do que possui (...). Os negociantes têm falido, inúmeras letras protestadas, e o desfalque das rendas da alfândega mostram evidentemente o estado de definhamento e de desgraça a que esta utilíssima classe está reduzida; ora, se combinamos o progresso do comércio antes de 7 de Abril, e olhamos hoje para a sua decadência, achamos nesse paralelo um verdadeiro contraste.¹²⁶

Os jornais caramurus desejavam mostrar que a herança do 7 de Abril estava causando transtornos na vida cotidiana. Além de conviver com problemas no comércio, com a dificuldade de comprar e vender bens, esses homens conviviam ainda com as falências e a quebra da indústria. De acordo com o redator, o movimento seria ainda responsável pela fuga de bens e cabedais que financiavam a construção de prédios e melhorias urbanas, que além de promover a comodidade dos habitantes, deixava as cidades mais bonitas, empregava jornaleiros e promovia a circulação interna de capital. O 7 de Abril não trazia nada do progresso ou das melhorias que havia prometido, mas apenas o ócio. Para o redator, a indigência e a miséria eram alguns dos males necessários do 7 de Abril. Finalmente, o redator chega a afirmar que o 7 de Abril causou uma redução demográfica no Rio de Janeiro: *“calcula-se na diminuição de 6 a 7 mil almas do dia 7 de Abril para cá, (...)”*¹²⁷

O redator de *O Caramuru* segue analisando a conduta dos moderados em relação aos funcionários públicos. Diz que no tempo de d. Pedro I os funcionários eram conservados em seu emprego por sua conduta pública, pelo desenvolvimento de suas atividades. Quanto aos muitos empregados públicos que foram afastados de seu cargo após o 7 de Abril, o redator considera que esse era mais um erro dos homens que assumiram a condução política da Regência pois, com pretextos arbitrários, funcionários subalternos teriam sido dispensados de cargos que lhes eram garantidos por lei. Para o jornal, essa atitude dos moderados era um grande erro, porque os funcionários que deveriam ser afastados e que tinham participação

¹²⁶O Caramuru, nº 6, 21/03/1832.

¹²⁷O Caramuru, nº 6, 21/03/1832.

suficiente para cometer erros nas administrações eram aqueles que ocupavam altos cargos como conselheiros e ministros de Estado.¹²⁸

No dia 14 de fevereiro de 1833, *O Caramuru* publicou a carta de um correspondente que assinava como “o restaurador da verdade ultrajada”, que fazia inúmeras perguntas sobre a situação do Brasil naquele momento, sempre tendo como ponto de referência o 7 de Abril. O correspondente questionava se depois da aclamada revolução dos moderados a agricultura tinha se desenvolvido, se o comércio tinha progredido, se a marinha, as ciências ou as artes tinham tido algum avanço. As perguntas são deixadas sem resposta pelo correspondente que tem a finalidade de gerar uma reflexão no leitor. O intuito dos *caramurus* era mostrar que a realidade regencial não era tão *cor-de-rosa* como a mostrada pelos moderados. Eles queriam dizer a todo momento que no dia 7 de Abril aconteceu uma mudança ilegal e contrária à constituição e que nada tinha de milagrosa. O periódico *D. Pedro I* dizia que após o dia 7 de Abril o Império tinha se transformado em um caos onde predominava a miséria e faltava o pão e o pano para alimentar e vestir a população.¹²⁹

O 7 de Abril era apresentado como um processo em que se conseguiu deixar o Império brasileiro *órfão de pai* e com isso o expôs aos mais diversos perigos como “*perseguições, devassas, masmorras, extermínio, carnificina, enfim completa escravidão, tais foram os males que trouxe a revolução de 7 de Abril!*”¹³⁰

Assim sendo, a Regência era um período de tormenta, posto que homens que a guiavam não tinham virtudes, destaques sociais ou econômicos e muito menos representação suficiente para ocupar o lugar do primeiro monarca. Os moderados seriam homens ingratos, que golpearam um monarca que deu ao Império sua constituição. *O Caramuru* diz que os jacobinos, forma como designavam os moderados, sempre criticavam d. Pedro I pela grande dívida que havia contraído em seu reinado. Porém, o jornal defende o antigo monarca dizendo que essa dívida era fruto da construção de um Império, da estruturação das repartições públicas, do pagamento de seus funcionários, da criação do Exército e da Marinha, da manutenção da Independência e da integridade do Império. Por isso, as dívidas estavam mais que justificadas, já que foram feitas visando suprir as necessidades do recém criado Império.¹³¹

Enfim, para os *caramurus*, rememorar o 7 de Abril era o mesmo que lembrar de um dia fúnebre, de um triunfo conseguido pela postergação da lei fundamental. Lembrar o 7 de Abril

¹²⁸O *Caramuru*, nº 6, 21/03/1832.

¹²⁹*D. Pedro I*, nº 1, 26/08/1833.

¹³⁰O *Caramuru*, nº 29, 10/10/1832.

¹³¹O *Caramuru*, nº 35, 07/11/1832.

era o mesmo que celebrar a origem de todos os males a que o Império vinha sendo submetido. O 7 de Abril era interpretado por esse grupo político como “um dia com dons fatais”, um grande erro devido à sua capacidade de causar desgraças ao Brasil. Os caramurus podiam até se referir ao acontecimento de 7 de Abril como uma *revolução*, mas o interpretavam como uma revolta, ou seja, como um movimento pensado por uma minoria que acarretou na perturbação da ordem pública e na quebra do pacto social firmado entre o imperador e o povo, desde os tempos da Independência do Brasil.

Estabelecidos estes fundamentos, consideremos o Brasil à época de seu nascimento político; queremos dizer, à época de sua Independência, por isso que antes desse tempo ele não foi outra coisa mais, que uma fração de Portugal. O grito da Independência, solto sobre as águas do Ypiranga, pelo fundador do Império, foi um grito unisono desde o Prata ao Amazonas, e o acho desse grito acrescentou um outro de – Viva D. Pedro I, Imperador do Brasil. – Eis a convenção espontânea do Estado do Brasil, convenção identificada com os mesmos princípios que viemos de expender, e mais explícita ainda pela Sanção uniforme das Províncias pelo Imperador como do Pacto Social quebrado entre o Monarca e o Povo. É com essa evidência de princípios de Direito Universal, princípios sacrosantos, filhos da Natureza, selados pela Mãe Poderosa de um Deus Eterno, que hoje temos de entrar em lide, acerca do novo Império, que desventura permitiu murchar em flor.¹³²

Revolução e Restauração

O *Aurora Fluminense* considerava descabida qualquer possibilidade de volta de Pedro I, pois sua saída do trono havia sido voluntária e o imperador não havia sofrido qualquer tipo de coação para que tomasse tais atitudes. Para os moderados, o imperador teria abdicado por não aguentar as pressões políticas e não ceder aos pedidos de seu povo, pressões e pedidos que, segundo o mesmo jornal, tinham origem na conduta do imperador que passava a ser considerada inapropriada. Assim, o ex-imperador tornava-se odiado para uma grande maioria da população, que não desejava sua volta.

Primeiramente a nação não o quer: a mudança operada no dia 7 de Abril foi recebida com aplauso e júbilo em todos os ângulos do Império, e não são passados ainda tantos anos para que possam já ter esquecido os fatos por que d. Pedro se tornou odioso da população. Uma porção de funcionários despeitados, por não terem os antigos acessos e despachos, alguns criados do palácio, e certa quantidade de criaturas de acanhado senso, a quem os males da agitação em que vivemos, fazem lançar vistas cobiçosas sobre o ponto de que partiram, e de que os ventos cada dia mais os separam, não são certamente o povo Brasileiro. Demais disso: d. Pedro, segundo as nossas instituições perdeu todos os direitos à coroa do Brasil, quer retirando-se do país sem licença da Assembleia, quer declarando-se estrangeiro pelo fato de aceitar empregos e condecorações de um governo estranho sem permissão do que rege atualmente os destinos da nação.¹³³

¹³²D. Pedro I, nº 1, 26/08/1833.

¹³³Aurora Fluminense, nº 620, 25/04/1832.

D. Pedro I soava aos leitores do *Aurora Fluminense* como um caso encerrado e que não era mais sua principal preocupação. Para o *Aurora Fluminense*, a restauração era desejada apenas por aqueles que recebiam privilégios do ex-imperador, o que segundo a mesma fonte, era uma pequena parcela da população.

O *Aurora Fluminense* criticava qualquer suspiro de saudade que os jornais da oposição esboçavam do tempo de d. Pedro I. Para o periódico, não existia a menor coerência em sentir falta dos “luxos da corte”, “dos arrumamentos militares” ou dos “festejos que muito favoreciam alfaiates, ourivese lojistas”. Segundo seu redator, Evaristo da Veiga, os cortesões não estavam impedidos de continuar a se manifestar como antes, mas talvez isso não lhes fosse favorável, uma vez que não poderiam esperar privilégios e favorecimentos do imperador.

Para nos inspirarem saudades do regime de d. Pedro, costumam certos escritores carregar o quadro de nossa atual, dolorosa posição, pintar com as cores denegridas a desordem das finanças, a anárquica administração das justiças, a insubordinação dos agentes subalternos do Poder, o desprezo das leis; o que tudo imputado ao 7 de Abril, e à falta do Príncipe adulto que sobre o trono impunha respeito e temor. Aqueles que assim disseram, procuravam desviar da mente e esconder o verdadeiro estado em que nos achávamos nos últimos anos do reinado de d. Pedro, estado que deu causa à revolução, e que a prolongar-se, não sabemos onde nos levaria.¹³⁴

Os jornais moderados se esforçaram ao máximo para desmerecer d. Pedro I e mostrar as falhas de seu governo, esperando com isso minar as ideias de que ele devia ter seu poder restaurado. Restaurar o poder de d. Pedro I significava voltar ao passado e recompor uma organização política que tinha sido modificada pelo 7 de Abril. Tal volta não era desejada pelos moderados, que se encontravam no poder. Porém, para alguns políticos, não era algo tão sem sentido como desejavam os liberais moderados. Era um projeto que circulava na sociedade regencial e que, de certa maneira gerava empolgação em alguns grupos, o que justifica os esforços constantes dos moderados em desmerecer o antigo governante e desgastar sua imagem e sua memória.

Nós sabemos bem que uma revolução e uma menoridade arrastam sempre após si funestos resultados: que a vacilação dos negócios, a incerteza dos futuros desperta a avidez do ambicioso, que todas as paixões se desencadeiam, quando no Governo Monárquico Constitucional falta esse elemento de força, que até então os comprimira. Mas era d. Pedro nos últimos anos do seu reinado um elemento de força? (...) Nunca o Poder se viu mais aviltado, nunca a insubordinação e uma anarquia surda, subiram a tão alto ponto.¹³⁵

¹³⁴ *Aurora Fluminense*, n° 773, 22/05/1833.

¹³⁵ *Aurora Fluminense*, n° 605, 14/03/1832.

Assim, a nova tática passou a modificar a imagem do ex-monarca. Os moderados passaram a se esforçar para mostrar que se faltava à Regência esse elemento de força que só podia ser representado pela pessoa do monarca, tal força já não era mais encontrada no final do governo de d. Pedro I. Para os moderados o que havia acontecido fora a separação entre a nação e o imperador.

D. Pedro não foi tirano, é verdade, mas foi um mau Príncipe: a sua pessoa à frente da administração, desacreditado como estava, já não concorria para dar-lhe estabilidade e força; tudo o que se aproximava dele, contraíra mancha aos olhos do povo, e nas derradeiras horas do seu governo, viu-se abandonado até pela mor parte desses que hoje se intitulam seus amigos e que não são senão facciosos, ávidos de mando.¹³⁶

Para o *Aurora Fluminense*, d. Pedro I havia sido um grande monarca, e tinha dado provas de sua grandeza na Independência do Brasil. No entanto, para esses mesmos moderados que exaltavam suas ações em 1822, sua figura mudara consideravelmente. Aos olhos dos moderados, d. Pedro I deixara de ser um grande homem e se transformara em um grande vilão, posto que teria deixado de agir em defesa dos interesses do Império. Para Evaristo Ferreira da Veiga, redator do *Aurora Fluminense*, d. Pedro I era notável pela facilidade com que soube alienar de si o amor do povo brasileiro depois do glorioso esforço que fez na Independência e pela maneira como deixou descontentes os homens que se envolveram com a política: “*O ex-imperador teve muitas outras notabilidades semelhantes: essas o levaram no Brasil ao 7 de Abril e na Europa o conduzem a um termo ou igual, ou equivalente.*”¹³⁷

Para acalmar os ânimos era preciso culpar alguém pelos acontecimentos. Esse culpado foi d. Pedro I.

Anedota – Perguntava-se em certo círculo quem fora o principal autor de nossa revolução gloriosa. E depois de haver a cada um lembrado naturalmente o nome da pessoa com que mais simpatizava, ou de algum de quem dependia; o último desatou as dúvidas, exclamando: - Não estejam para aqui nem para ali a quebrar a cabeça: o autor principal da revolução foi esse ex-imperador, ele mais do que ninguém trabalhou tenazmente para que as coisas chegassem a este ponto.¹³⁸

O periódico *O Sete d’Abril* explica a mudança da imagem de d. Pedro I:

D. Pedro I, a princípio, objeto de amor e de veneração da máxima parte dos Brasileiros, se havia tornado, dentro de pouco tempo, indigno de sua afeição e de seus extremos, e tinha perdido todo o prestígio, que alto nascimento e alguns serviços à Independência

¹³⁶Aurora Fluminense, nº 605, 14/03/1832.

¹³⁷Aurora Fluminense, nº 641, 18/06/1832.

¹³⁸Aurora Fluminense, nº 476, 25/04/1831.

lhe havia granjeado. Nem se acuse de versátil e inconstante o Povo Brasileiro, pela mudança de opinião a respeito de d. Pedro I; este Príncipe excitou ódio contra si, ostentando intentos de absolutismo pela dissolução da Assembleia Constituinte, importação de tropa estrangeira no Brasil, suspensão de garantias, criação de Comissões militares, soltas de todas as formas garantidoras de segurança individual, e por muitos outros atos geralmente conhecidos.¹³⁹

O 7 de Abril aparecia nas páginas dos periódicos moderados como um acontecimento inevitável, como uma revolução que aconteceria naturalmente posto que a nação e a monarquia haviam se divorciado.¹⁴⁰ Nesse momento os liberais moderados, fundamentados na ideia de que só era possível se voltar contra a monarquia caso esta apresentasse atitudes despóticas, passavam a fazer uma analogia de separação. O 7 de Abril ganhava a imagem de um rompimento amigável entre um imperador e uma nação que tinha suas relações desgastadas. A ideia é de fim de um relacionamento, da passagem da paixão para o ódio.

O freio no “carro” da Revolução

Para os moderados, os tempos que sucediam o 7 de Abril deveriam ser tempos de moderação, de paz e de tranquilidade pública. A ação passava para a ser responsabilidades dos representantes da nação. Para condensar tal pensamento, o redator do *Aurora Fluminense* publicou um comunicado, assinado por Borges Fonseca:

Ao depois de tantos sofrimentos, teve de ceder o ingrato à vontade Nacional. Porém com que glória, Brasileiros, fizemos a revolução? Como, com tanta facilidade nos regeneramos? É pasmosa seguramente uma tal revolução: nenhum exemplo ainda deu nação alguma de libertar-se com tanta ufania sem derramar uma só gota de sangue: ainda em parte alguma o Povo e a Tropa se [...] tanto para a defesa de uma só causa, a Causa da Liberdade Nacional. Mas, concidadãos, ainda muito nos resta, resta a conclusão da grande obra incetada. *Creio que de alguma sorte ei merecido o vosso conceito, é tempo de moderação. Os nossos Augustos e Digníssimos Representantes estão em Sessão, deles pende o fim da nossa salvação, cumpre obedecer aos seus mandatos, que todos são em nosso favor, e a pátria exige de nós, a continuação dessa prudência, ainda não conhecida até hoje em povo algum.* Eia, nós estamos no Campo de Marte, aí fundaremos a nosso regeneração que não deve ser manchada por excesso algum. O perjuro abdicou; que se vá em paz gozar dos frutos de suas traições; não tinjamos a nossa revolução com sangue, e ensinemos ao mundo e à posteridade, que quando se defende a Liberdade não se há mister de levar o estrago e a morte à humanidade.¹⁴¹

¹³⁹O Sete d’Abril, nº 188, 14/10/1834.

¹⁴⁰Aurora Fluminense, nº 1136, 30/12/1835.

¹⁴¹Aurora Fluminense, nº 469, 08/04/1831. Grifo nosso.

Era hora de acalmar os ânimos e de voltar à normalidade. Como qualquer nação que sofria uma abrupta mudança de governo através de um processo em que houve politização de atores sociais, o Império brasileiro sentia os desafios de afastar a política do “povo” e da “tropa” e de devolver suas decisões para as esferas responsáveis. Por isso, seus discursos frisavam a ideia de que o povo já havia agido quando fora necessário, e de que por essa participação a revolução, a regeneração e a abdicação haviam sido conquistadas. No entanto, os ventos que sopravam não eram mais de mudança e sim de adaptação. Era tempo de agir com moderação para que tudo voltasse ao seu lugar. Era tempo de esperar e deixar que a Câmara dos Deputados conduzisse a política.

Ocorrida a *revolução*, os moderados acreditavam que esta deveria ser levada pelas autoridades e pelos poderes legalmente instituídos. Não era mais tempo de ter “povo e tropa” nas ruas, era tempo de organizar o Império e de garantir a ordem e a tranquilidade. Depois de explicada e interpretada *arevolução*, era hora de dar a direção aos homens:

Se quisermos evitar todos os males que por nós gravitam, se queremos firmar a nossa Gloriosa Regeneração de Abril; se queremos salvar a pátria das voragens da anarquia; aproveitemos nós mesmos os elementos que estão à disposição de cada um. Em nossas instituições temos sobejos meios para conseguir a felicidade comum. Usemos com descrição desses direitos que nos são garantidos, esclareçamos aqueles de nossos Concidadãos, que precisam das luzes alheias, provamos a união dos Brasileiros, o respeito à constituição, a adesão ao trono constitucional do Sr d. Pedro II e a consolidação do Memorável Dia da nossa Regeneração Política e persuadamos a todos os nossos concidadãos que jamais a pátria será feliz, enquanto os partidos a dilaceram, não fazem o sacrificio de ceder às leis e às autoridades constituídas, de depor as armas, em vão empregadas contra seus patrícios, e por uma vez termo a essas sempre perigosas, sempre funestas desavenças políticas, muito principalmente quando chegam os partidos a baterem-se.¹⁴²

A real preocupação dos liberais moderados era o que deveria ser feito daquele momento em diante. Para eles, a prioridade era garantir as mudanças e melhorias trazidas pelo 7 de Abril, o que implicava cuidados não só com o poder central como com os poderes e instituições que lhe davam apoio.

A revolução para os moderados era vista como um “carro”, algo que ia muito rápido e que a qualquer momento poderia perder o controle e causar acidentes. A instituição que tinha a prerrogativa principal de reger e conduzir tal carro era o corpo legislativo. No contexto imediatamente após o 7 de Abril, a questão fulcral já era “frear o carro”, acalmar a sociedade e pôr um fim às tensões.

¹⁴² Aurora Fluminense, nº 831, 21/10/1833. A referida matéria foi transcrito pelo *Aurora Fluminense* do periódico *O Universal*, também de filiação liberal moderada que circulava em Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais.

Uma Revolução não é coisa indiferente. O sucesso do dia 7 de Abril, foi sucesso muito grande, mas há de produzir vácuo no Brasil e há de ocasionar grandes sacrifícios. Devia ter-se encarado isto antes, mas logo que não se encarou e que se fez a Revolução, é preciso seguir marcha dela, e que o Corpo Legislativo a dirija para não ser destruído por ela. **O Corpo Legislativo deve reger o Carro da Revolução.** para que não aconteça, que homens inimigos dela, ou amigos só de motins, e desordens, o levem por diferente vereda, e esmaguem os condutores.¹⁴³

Na citação acima, está presente a ideia de “carro revolucionário”, de movimento que precisava ser “regido”. A expressão dá a ideia de que o movimento do 7 de Abril, bem como os acontecimentos que o seguiram, e aqui estamos considerando os inúmeros movimentos e revoltas que tiveram a Regência como palco, foram movimentos rápidos e de certa forma incontroláveis, posto que, por mais que o governo central desejasse contê-los, eles continuavam ocorrendo, o que demonstrava que as revoluções traziam consigo o receio de desgoverno, por isso a necessidade de “regir o carro”, de conduzir o processo, de indicar a melhor maneira para que as coisas acontecessem.

Além disso, a citação acima é importante por contextualizar uma ideia e uma preocupação geralmente associadas ao Regresso conservador. Comumente, a ideia de que era necessário parar o “carro revolucionário”, no sentido de pôr fim a um período turbulento e de conseguir controlar as movimentações e a participação do povo na esfera política é associada aos regressistas, quando os conservadores tomaram o poder e deram início a uma maior centralização. No entanto, a citação retirada do *Aurora Fluminense* em julho de 1831 nos mostra que bem antes de se pensar em Regresso já se pensava em conter a participação popular, em fazer com que os movimentos de rua ou as *revoluções* fossem regidas e supervisionadas pelas instituições.

Para os liberais moderados, o 7 de Abril era mais que um acontecimento, mais que uma simples troca de governo. Para esses homens, o 7 de Abril representava o rompimento com o Império de d. Pedro I e promovia uma reorganização na sociedade. Reorganização que alterava os grupos políticos, as instituições e a sociedade de uma forma mais geral.

Para os moderados, após o 7 de Abril os grupos políticos sofreram uma reorganização. O exemplar de 17 de outubro de 1834 do *Aurora Fluminense* diz que depois da Revolução de 7 de Abril três grandes grupos políticos podiam ser percebidos:

Depois da revolução de 7 de Abril, além da massa inerte que sempre avulta em qualquer população, três grandes seções políticas dividiram em suas opiniões, o povo brasileiro. Os exaltados, que tudo queriam precipitar; mas cujo entusiasmo contra a anterior administração habilitava-os para exercerem certo grau de influência na recente ordem das coisas; os retrógrados e estacionários, ainda atordoados do golpe que haviam

¹⁴³Aurora Fluminense, n° 508, 15/07/1831. Grifo nosso.

recebido, porém lançando os olhos para melhor futuro, e tudo esperando das dissensões dos patriotas; e finalmente os moderados, que conhecendo a necessidade da marcha progressiva, por outro lado pretendiam desviar do país o flagelo da anarquia, e achar em procedimentos legais o meio termo por onde se chegasse à meta desejada.¹⁴⁴

Percebemos que o redator do *Aurora Fluminense* falava de uma reorganização das concepções políticas dos grupos de acordo com o posicionamento tomado por esses homens a partir dos acontecimentos que cercaram o 7 de Abril. Para o *Aurora Fluminense*, após o 7 de Abril, o pensamento político do Império podia dividir-se entre exaltados, retrógrados e estacionários ou moderados. Os primeiros teriam tido participação no movimento, porém o trecho acima ressalta sua capacidade de “precipitar”, de incentivar movimentos.

Devemos ter em mente que o *Aurora Fluminense* publicou tal texto em 1834, ano de falecimento de d. Pedro I (ocorrido em setembro de 1834), por isso, ao definir os retrógrados ou estacionários, cita um golpe levado pelos mesmos que ainda os deixava atordoados. O redator faz alusão à morte do seu líder e à consequente perda de sua principal bandeira no jogo político, que era a defesa dos tempos em que o Brasil era governado por d. Pedro I.

Por fim, o redator fala sobre os moderados, aqueles que, de acordo com as leis e em um ritmo seguro, seriam capazes de promover as modificações necessárias ao Brasil. Modificações estas que, ao nosso entender, seriam possíveis pelas reformas constitucionais empreendidas pelo Ato Adicional de 1834, que haviam implantado as assembleias provinciais e determinado alterações como a regência una, questões que colaborariam para as modificações e as melhorias iniciadas pelos movimentos do 7 de Abril.

O 7 de Abril representava uma grande mudança, que pedia inclusive uma remodelação nas condições materiais da corte, para que essa ficasse mais adequada à nova realidade. O *Aurora Fluminense* publicou, em 4 de janeiro de 1831, uma correspondência que tratava da necessidade de melhorias físicas e materiais no Rio de Janeiro. O correspondente comentava sobre a necessidade de novas construções, como pontes e estradas, sobre a necessidade de melhorias na iluminação das ruas e sobre mudanças mais urgentes. Falava sobre a latente necessidade de retirar a força, objeto de tortura que simbolizava o regime português, mas que com os novos tempos não podia continuar ali.

Passados dez anos de regime constitucional, deixam-na ainda em estado permanente. É assim que bom governo português entendia a justiça: força para os nobres, força para a canalha e para os escravos! O crime tinha também a sua aristocracia, e as distinções patibulares. Graças às festas de casamento da Imperatriz Amélia, a força dos nobres desapareceu, a da canalha ainda existe, mas por incúria rotineira das autoridades do que por outro qualquer motivo: porque não exerce sobre a população mais influência do que

¹⁴⁴Aurora Fluminense, n° 969, 17/10/1834.

essas figuras de palha que se colocam nos arrozais, ou nos campos de milho para guardá-los da ferocidade dos pássaros. Os ladrões alados, a princípio tímidos, logo conhecem que a máquina inerte é só um espantalho vão e familiarizam-se com ela a ponto de lhe pousarem sobre os ombros ou sobre sua espingarda de pau, sempre apontada, sem fazer fogo. (...). O Poder, graças ao regime que temos, não é hoje um regime de escravos sempre armados do chicote: é um bom pai que governa sua família, segundo as leis da moral e da honra, e no interesse de todos, e se neste interesse mesmo é algumas vezes forçado a irar-se contra um dos seus filhos, é com pesar, e o mais tarde que pode; o instrumento de súplico não deve portanto aparecer, senão um instante, e desaparecer logo; é assim que procedem as nações civilizadas.¹⁴⁵

A força deveria ser tirada uma vez que, o novo governo tentava se mostrar mais compreensivo do que punitivo. Tal compreensão era destacada pelo *Aurora Fluminense*, que sempre frisava que os homens que fizeram o 7 de Abril tinham se mostrado dispostos a perdoar e assim conquistariam a tranquilidade e a ordem pública tão necessárias naquele momento.

Por fim, o *Aurora Fluminense* faz um balanço do 7 de Abril.

Os homens que tinham se comprometido antes tiveram no 7 de Abril a absolvição e o perdão garantidos pela constituição. Pessoas não tinham sido comprometidas e sim interesses. Os barões, condes e marqueses não perderam seus títulos e ordenados, apenas passaram a ter uma menor probabilidade de ocupar altos empregos. Quanto aos senadores, o 7 de Abril teria atacado sua vitaliciedade por ser inconstitucional.¹⁴⁶

Para o jornal, o 7 de Abril tinha a capacidade de perdoar àqueles que, segundo os moderados, eram designados de comprometidos por estarem sob suspeita ou mesmo condenados por terem tomado partido em alguma ação política, fosse de posicionamentos políticos radicais ou desejo de restauração do ex-imperador. Esse perdão seria garantido pela constituição e pelo respeito às leis possível após o 7 de Abril. Para os liberais moderados, a carta constitucional era a principal garantia que podiam ter, já que era desse conjunto de leis que provinha sua garantia de um monarquia limitada, que não poderia tomar atitudes arbitrárias.

Dessa maneira, o 7 de Abril atacaria tudo aquilo que considerava um desvio aos posicionamentos determinados pela constituição, o que explica seus ataques constantes ao Senado e aos seus cargos vitalícios, que eram entendidos como inconstitucionais. Para o *Aurora Fluminense*, o Senado era impopular e inimigo das liberdades públicas e, principalmente, sua vitaliciedade era um obstáculo à inovação e à participação política. Além

¹⁴⁵ *Aurora Fluminense*, n° 577, 04/01/1832.

¹⁴⁶ *Aurora Fluminense*, n° 633, 25/05/1832.

disso, enquanto instituição da época, era a única que se recusava a dar apoio e destaque aos movimentos 7 de Abril.¹⁴⁷

De acordo com o artigo, o 7 de Abril havia sacrificado apenas alguns interesses, posto que durante a Regência não seriam distribuídos títulos ou condecorações, o que era visto pelos moderados como algo positivo, uma vez que a diferenciação entre os homens deixaria de ser promovida. Seria o fim de relações marcadas pelos privilégios.

O governo fundado no 7 de Abril precisava se consolidar e se reorganizar, o que não seria possível, segundo o *Aurora Fluminense*, se ainda tivesse como base os mesmos homens que detinham o comando no antigo governo. Para os moderados, o governo anterior havia sido corrupto, o que era justificativa para acabar com seus vestígios, sobretudo se eles fossem representados pelos antigos funcionários que eram partidários de d. Pedro I.

Para reforçar essa ideia, o *Aurora Fluminense* transcreveu um trecho do periódico *Messenger* dizendo que uma revolução só podia se manter se fosse apoiada nos homens que a fizeram, que naturalmente comungariam dos mesmos ideias e objetivos.¹⁴⁸

Um governo revolucionário, isto é, o governo fundado sobre uma revolução, não se consolida nem se mantém, senão apoiando-se nos homens da revolução que lhe deu nascimento: a prudência lhe ordena que desconfie sempre das criaturas do governo derrubado.¹⁴⁹

Tal preocupação pode ser notada no discurso proferido por um deputado que afirmava que o novo governo não poderia mais amparar-se nos funcionários ligados à antiga administração:

É necessário, que se tome esta medida, para que o dia 7 de Abril não sirva de desgraça, mas que seja aurora de felicidade para o Brasil. Se foi ato nacional o que se praticou, se todas as províncias não só o abençoaram, mas até tinham anunciado, e isto pela odiosidade do regime anterior, a qual não podia referir-se unicamente ao centro, mas aos diversos agentes ou molas, que cercavam este centro, e o fazia andar, como há de marchar depois da revolução o regime novo com as mesmas molas do regime velho?¹⁵⁰

Para os liberais moderados, o 7 de Abril não era uma data importante apenas no cenário nacional, mas era um acontecimento conhecido internacionalmente e que concedia destaque ao Brasil. Para convencer seus leitores dessa importância, o *Aurora Fluminense*

¹⁴⁷ *Aurora Fluminense*, nº 911, 16/05/1834.

¹⁴⁸ A prática de transcrever trechos de outros periódicos, muito comum durante a Regência, era uma forma de mostrar que as ideias apresentadas no periódico eram comungadas por outras pessoas. Tal prática mostra ainda que os jornais regenciais estavam em constante diálogo e eram meios ativos de expressão de opiniões e de embates.

¹⁴⁹ *Aurora Fluminense*, nº 479, 02/05/1831.

¹⁵⁰ *Aurora Fluminense*, nº 508, 15/07/1831.

publicou um artigo extraído do *Courier*, que falava sobre a boa impressão que a Inglaterra tinha pelo Brasil após os movimentos de 7 de Abril.

Por mais de uma vez temos observado que é a tranquilidade interna a única coisa que o Brasil precisa, para elevar-se ao apogeu de prosperidade doméstica e influência externa, para que a natureza o destinou. Com a paz adquirida pelo Brasil, consideração e respeito entre as Nações, com a mesma rapidez que crescem as produções variadas do seu solo abençoado. Mas para que a tranquilidade interna subsista, é de absoluta necessidade que no estado exista um partido, tão decididamente predominante que assegure a estabilidade e força do governo. O governo atual é desse partido dominante, e felizmente para o país, a habilidade com que serve de sua influência, só pode ser excedida pelos seus vivos desejos de promover a liberdade legal, e a manutenção das instituições livres no Brasil. Com tais sentimentos e tão louváveis desejos de promover a liberdade legal e a manutenção das instituições livres no Brasil. Com tais sentimentos e tão louváveis desejos, o ministério Brasileiro pode contar por certo com a cordial cooperação da Grã-Bretanha, nos seus esforços para assegurar a paz interna, os interesses gerais e o bem-estar do Império brasileiro. E nesta cooperação, porque não pretendemos dizer que somos inteiramente desinteressados na matéria, bem sabe a Grã-Bretanha o quanto lucraria. O Brasil, considerado como mercado para suas manufaturas, torna-se importante na proporção de sua capacidade de consumo e meios de exportação; e este consumo e exportação dependem da prosperidade geral, baseada na tranquilidade interna, que desenvolverá a indústria nacional e aumentará as suas produções.¹⁵¹

O 7 de Abril tornou-se ainda um escudo dos liberais moderados. Com o movimento eles se defendiam e se legitimavam enquanto nova autoridade. Entretanto, consensos em política são muito complicados. Por isso, a todo momento o *Aurora Fluminense* estava dialogando com os periódicos da oposição. Nesses momentos, podemos perceber que as representações que o 7 de Abril poderia receber não eram as mesmas dentro da sociedade regencial. Elas nem sequer estavam prontas e acabadas e por terem grande potencial no jogo político, passam a ser disputadas e comentadas pelos diferentes grupos.

A Revolução e a monarquia de d. Pedro II

Temos que considerar tanto o calendário cívico regencial quanto o significado concedido às suas datas como algo fluido e suscetível à influência dos contextos. Em 1834 tínhamos a seguinte situação: d. Pedro I já não representa mais um inimigo da Regência moderada. Com sua morte, a data perdeu seu caráter defensivo e agressivo e passou a ter uma função mais representativa. Por isso, a necessidade não era mais mostrar o que estava errado e o que os moderados estavam fazendo para consertar, mas sim trazer para a cena política uma figura suficientemente forte para garantir a unidade do Império.

¹⁵¹Aurora Fluminense, nº 819, 23/09/1833.

Em 1834 os horizontes políticos são mais desassombrados e puros; mas nem desapareceu de todo a facção, inimiga da revolução incruenta, nem nos cumpre esquecer a lembrança desse dia de glória. À sua recordação estão ligados princípios importantes em que descansa todo o edifício da liberdade brasileira; a sua solenização adverte aos poderes constituídos que todos eles emanam e têm suas atribuições da nação brasileira, e que à vontade desta deixaram de ser o que são; que portanto lhes cumpre serem intérpretes fieis da Opinião Nacional. Zeladores da prosperidade e honra do país que governam, e que não é patrimônio de nenhum homem, de nenhuma família. A monarquia constitucional aí existe por aprovação dos povos; é por unânime aclamação deles que o ex-monarca governou, é por seu consenso espontâneo que hoje impera o Sr. d. Pedro 2^o.¹⁵²

Em 1834 as tensões sociais que marcaram os primeiros anos da Regência já não assustavam mais como antes. Era necessário ter em mente as conquistas da revolução para que elas fossem mantidas. A partir daquele momento, a proposta era usar a recordação do 7 de Abril para glorificar as noções de liberdade e soberania. Sem d. Pedro I, as principais esperanças do Império brasileiro concentravam-se em d. Pedro II, que, embora fosse ainda uma criança, sua figura já acalmava os ânimos daqueles que consideravam a Regência um poder sem força e representatividade.

Uma primeira evidência de que d. Pedro II havia entrado na cena política foi a inserção do aniversário da data do seu aniversário no calendário cívico, uma vez que já em 1834 o movimento do 7 de Abril começava a ser interpretado por alguns como o dia em que o trono foi entregue a d. Pedro II. O dia 2 de dezembro passou a ser comemorado por aqueles que se consideravam responsáveis pelos movimentos que cercaram a abdicação. O *Aurora Fluminense*, em 6 de dezembro de 1833, confirmava que: “O dia 2 de Dezembro pode ser cordialmente festejado só pelos homens da revolução de Abril.”¹⁵³

Em seguida, o jornal publicou um texto do cronista e naturalista francês Saint-Hilaire, que ressaltava a importância simbólica de Pedro II.

Os destinos do Brasil repousam hoje sobre a cabeça de um menino. É um menino que une ainda as províncias deste vasto Império; só a sua existência opõe barreira aos ambiciosos que surgem de todas as partes com igual mediocridade e pretensões igualmente gigantescas. Um europeu não pode reinar na América; porém este é Brasileiro; o azul brilhante do céu dos trópicos feriu as suas primeiras vistas; é a sombra dos matos virgens que foram guiados os seus primeiros passos; ele não terá saudades nem dos Palácios de Lisboa, nem das saborosas frutas do Doiro. Nascido na América, não partilhará nenhum dos prejuízos dos europeus contra a sua bela pátria; terá todos os brasileiros contra a Europa; tal é a lei comum. (...) Reuniam-se ao redor do infante Pedro todos os brasileiros que honram o seu país, que amam sinceramente a liberdade, e não querem que lhe arrebathe uma horda de tiranos cobiços e abjetos.¹⁵⁴

¹⁵² *Aurora Fluminense*, n° 896, 11/04/1834.

¹⁵³ *Aurora Fluminense*, n° 850, 06/12/1833.

¹⁵⁴ *Aurora Fluminense*, n° 885, 10/03/1834.

Percebemos que, a partir de 1834, o 7 de Abril começou a ganhar outros significados. Além de ser o acontecimento nacional e a grande baliza de mudanças, tornou-se cada vez mais associado à figura de d. Pedro II. A partir de então, o 7 de Abril é percebido como o dia em que este foi elevado à condição de imperador.

Já em 1839¹⁵⁵, o *Aurora Fluminense* fez um novo balanço sobre o significado do 7 de Abril no contexto político que estava sendo vivenciado pelo Império brasileiro. Os ventos que sopravam naquele momento eram outros e o cenário político tinha uma outra configuração na qual não eram mais os liberais moderados que ditavam as regras. O Brasil passava por um período identificado pela historiografia *Regresso Conservador*.

A Regência adentrava uma nova era, na qual a bandeira da centralização passava a ser considerada por alguns, como a melhor forma de ordenar a realidade social e garantir a unidade e a estabilidade do poder. O Regresso trazia consigo uma nova direção política na qual o controle não estava mais nas mãos dos moderados, mas sim com os conservadores, que, através do *Golpe da Maioridade* conseguiram se impor.

Nesse período, portanto, acontecimentos significativos para a Regência, como a abdicação de d. Pedro I e os movimentos que o cercaram, deixaram de ser valorizados, o que levou o *Aurora Fluminense* a publicar que estava na moda mal dizer os acontecimentos de Abril de 1831.¹⁵⁶ O movimento passava a ser associado às desgraças, ao bloqueio no desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura. Era relacionado, ainda, à anarquia, à desordem social, ao sangue e à violência. No entanto, o redator do *Aurora Fluminense* salientava que o 7 de Abril jamais foi destinado a trazer tais efeitos negativos. Para o periódico, sua real função era:

(...); trazer a sociedade ao seu verdadeiro caminho, organizando-a sobre a base do trabalho, como convém a um povo de plantadores de café e fabricantes de açúcar, e tudo isso sem desenvolvimento do espírito militar, sem luxo administrativo, sem fidalguia, sem dispendiosos aparatos. Eis aí o pensamento, o fim, a alta moralidade que encerrava esse célebre acontecimento tão detraído por uns e tão deslembado por outros.¹⁵⁷

O redator finalizou defendendo firmemente os moderados. Concentrou-se em repelir todos aqueles que diziam que o partido que sucedeu ao movimento do 7 de Abril governou o

¹⁵⁵É necessário destacar que em 1839 o *Aurora Fluminense* em nada se assemelhava com o periódico de mesmo nome que havia circulado no Rio de Janeiro de 1827 a 1835. O *Aurora Fluminense* de 1839 não ligava-se a linha política moderada dos anos iniciais da Regência, pois naquele momento, os moderados não existiam mais enquanto grupo político, e Evaristo da Veiga, um de seus principais líderes e redator do *Aurora Fluminense*, já havia falecido.

¹⁵⁶*Aurora Fluminense*, n° 129, 11/04/1839.

¹⁵⁷*Aurora Fluminense*, n°129, 11/04/1839.

país da maneira como desejou. Para os homens que assim diziam, justificou que o partido moderado, enquanto esteve no poder, trouxe melhoramentos ao Império. O *Aurora Fluminense* citou a redução nos orçamentos e nos gastos públicos, a diminuição de empréstimos e a redução dos exércitos. Seguiu defendendo o referido grupo dizendo que principalmente as baixas concedidas aos oficiais do exército foram muito importantes pois liberavam muitos homens para se dedicarem à agricultura e à indústria, promovendo o desenvolvimento e fazendo com que a paz e a ordem fossem consolidadas. Para o redator, “(...) tudo isto se deve a esse partido, contra quem com furor desmedido investiram os regressivos, esta obra eles efetuaram, desdobrando muita constância, muita energia, muito zelo pelo bem comum.”¹⁵⁸

Para tratar do novo contexto político, o *Aurora Fluminense* fala sobre o *Golpe da Maioridade* e seus perigos. No exemplar de 2 de maio de 1839, o referido jornal publicou um artigo intitulado “*A maioridade do imperador e o Sr. B. P. de Vasconcelos*”, no qual dizia que não se “improvisava” um imperador maior, não se fazia do dia para a noite a transformação de um menino em um homem capaz de governar. O redator dizia ainda que apenas uma alteração na legislação não seria capaz de promover o desenvolvimento das faculdades humanas necessárias em um governante.

A maioridade, para os moderados, era apresentada como improvisada e intempestiva, que poderia trazer terríveis consequências por expor a monarquia a perigos e descrédito. Para o *Aurora Fluminense*, a tenra idade do imperador não era positiva para uma monarquia na qual ele era uma peça fundamental e não apenas um objeto de ornamentação. Entretanto, por trás dessa preocupação com as habilidades do imperador d. Pedro II, poderiam estar mascaradas preocupações quanto à própria diminuição do poder dos moderados.

Ora a maioridade improvisada por um meio revolucionário, a nada menos tenderia do que perder esse futuro, aventurando-nos a um recurso, que por intempestivo, só produziria terríveis consequências. Jogaríamos a última carta, que nos resta em um momento em que não poderia ser útil. Nós repelimos, pois semelhante ideia em nome do porvir da própria monarquia, que alguém pretende rodear de perigos e de descrédito.¹⁵⁹

Assim, o fim do 7 de Abril foi selado. Bernardo Pereira de Vasconcelos, por conta de suas articulações em prol do *Regresso conservador*, passou a ser considerado o responsável pela morte do movimento, tão defendido pelos moderados. O *Regresso* inaugurou um novo tempo no Império do Brasil e os princípios não eram os mesmos daqueles pregados pelos

¹⁵⁸ *Aurora Fluminense*, n° 129, 11/04/1839.

¹⁵⁹ *Aurora Fluminense*, n° 136, 02/05/1839.

liberais moderados; o calendário cívico ganhou novas datas de festejo, dentre as quais o 7 de Abril não tinha mais a antiga importância.

Dessa forma, percebemos que, durante a Regência, a abdicação de d. Pedro I recebeu diversos usos políticos, fosse para reivindicar espaço e participação política, como fizeram os exaltados, ou para desmerecer um acontecimento, como os caramurus, ou ainda para se legitimar enquanto nova autoridade instituída, como fizeram os moderados.

No entanto, o leitor perspicaz percebeu que o uso dado pelos moderados para o 7 de Abril supera o dos demais grupos políticos, o que não poderia ser diferente, posto que imediatamente após ocorrida a abdicação, eles tomaram a dianteira na condução política do Império, assumindo o governo e o poder. Entretanto, lhes faltava aquilo que sobrava ao antigo imperador, que era o carisma e o poder simbólico.

É nesse sentido que o 7 de Abril se insere. A data surge para os moderados como um marco fundador, como uma forma de explicar sua chegada ao poder, e sobretudo, como uma forma de valorização da realidade que se vivia pós-7 de Abril de 1831. Por todas essas questões, a importância da data para os moderados era maior que para os demais grupos políticos e toda sua ação e pensamento baseavam-se em manter e aumentar as conquistas proporcionadas pela *revolução*.

De fato, dentre as tantas imagens, representações e memórias que os moderados poderiam escolher para se legitimar e para servir como seu marco fundador, eles escolheram o 7 de Abril. Afinal, existia uma preocupação com o rumo a ser tomado pelo Império em vista das atitudes do imperador, sendo a abdicação o grande evento da Regência. Nesse sentido, seu dia passou a ser comemorado porque, de certa forma, ele amenizava as inquietações da época.

Sendo assim, os moderados através da manipulação da memória, isto é, de sua utilização com fins políticos, converteram o 7 de Abril em seu escudo, capaz de defendê-los dos ataques inimigos refletindo o bom tempo inaugurado pela *revolução* e pondo-o em oposição aos desmandos do governo anterior. Memória construída sob a oposição e sob a exploração de imagens de como poderia ter sido, caso os moderados não tivessem assumido o controle do governo ou caso a revolução não tivesse ocorrido, opções que eram apresentadas em negras cores e associada à repressão, prisões, perseguições. Além disso, a criação das representações do 7 de Abril apresentavam uma chave de compreensão do real que agiam de forma a solidificar e garantir as bases para o governo.

Percebendo o potencial do uso da memória cívica no jogo político, os moderados a utilizaram como um instrumento capaz de legitimá-los, de conceder maior força e autoridade

a seu governo e, principalmente, como forma de conceder união ao grupo, posto que reforçava a existência de um passado comum.

Capítulo III

Os usos políticos do 7 de Abril

Símbolos dos novos tempos

Partimos do pressuposto de que o homem procura conferir sentido ao mundo que o cerca. Para isso, apoia-se em imagens e símbolos capazes de lhe fornecer suportes mentais, possibilitar interpretações e fazer com que ele se localize. Dessa forma, na política e na organização social como um todo, um dos elementos centrais da organização é aquele que ocupa o poder político máximo. No Brasil Império, esse cargo era ocupado por d. Pedro I, que por questões de tradição dinástica, era visto como legítimo.

Seu poder era respeitado e em torno de sua figura eram manipuladas diferentes forças simbólicas, capazes de dar credibilidade aos atos de seu governo. D. Pedro I era tratado com formalidades e utilizava insígnias e indumentária que o diferenciavam dos demais. O imperador era um dos pilares da sociedade brasileira. Em volta dele o Império era estruturado e os poderes distribuídos. Porém, no início da década de 1830, esse pilar ruiu e faltou ao novo governo representatividade e carisma.

A falta de carisma do governo regencial era uma preocupação do grupo político no poder, os moderados. Ao lado do novo governo não havia um berço real, mas sim homens comuns que, a partir daquele momento, precisavam se aproximar do povo que governavam. No dia 9 de janeiro de 1832, o *Aurora Fluminense* reconheceu que, ao contrário da monarquia, faltava à Regência representatividade, “poesia” e a capacidade de mobilizar pessoas.

Segundo o citado jornal, na época dos reis qualquer ato, solenidade, troca de ministros ou demais determinação era uma oportunidade para reunir pessoas e para estabelecer uma relação com os súditos, relação esta que não fora estabelecida entre o povo e a Regência, pois, segundo o redator, o governo regencial não mantinha esse sistema de diferenciação, distribuindo mercês e insígnias. Percebemos, na fala de Evaristo Ferreira da Veiga, que ele se refere à falta de símbolos da Regência, a falta de um diferencial marcante, como nos casos dos antigos reis e imperadores.

Não há dúvida, é preciso fascinar a imaginação, esta Regência não é poética, não deve durar; só os gigantes, só os grandes nomes podem fazer a felicidade do Brasil. A nossa liberdade torna-se incompatível com a existência política dos homens que nos governam. Nenhum fausto, nenhuma parada, nada que farte e contente os olhos! Em vez de força regular, guardas nacionais a paisanas, em vez de brilhantes e ouro, uma

casaca liza e comum! Retirem-se da cena, abduquem para darem lugar às personagens, que hão de restabelecer o belo orgulho e esplendor da Majestade, que hão de outra vez dar vida ao saguão do paço da cidade, ao caminho da quinta da Boa Vista, e elevar-nos à honra de sermos ainda uma pequena amostra, ou caricatura das Monarquias Europeias.¹⁶⁰

A poética que faltava à Regência sobrava na ironia que marca a citação acima. *OAurora Fluminense* reconhece a fraqueza simbólica do novo governo, mas depois brinca com os pontos mais críticos das antigas administrações, que eram justamente seus luxos e seus gastos excessivos. E com isso vai, de maneira sutil, fazendo com que o leitor perceba as melhorias trazidas pelo novo governo. Sem tantos rituais ou cerimônias, com mais sobriedade e funcionalidade. O redator parece querer dizer ao leitor que os tempos eram outros, que os governantes haviam mudado e que não havia mais espaço para as antigas práticas de ostentação.

No mesmo artigo, Evaristo da Veiga diz:

Um ministro que franquea sua casa, que é acessível a todo o mundo, que não ostenta sinais alguns de distinção, que passeia a pé, como se fosse um homem, não pode deixar de ser um tirano abominável: os seus hábitos, o seu porte, o seu traje, as suas maneiras, tudo o denuncia, (...).¹⁶¹

Novamente o redator lança mão da ironia para dizer que um homem acessível a todos, que caminhava entre os demais e que não fazia questão de se distinguir apenas pelo cargo que ocupava não podia ser tirano. A ideia do *Aurora Fluminense* era aproximar os novos governantes da população e mostrar que seus hábitos, seu cotidiano e sua realidade eram parecidos. Era, ainda, mostrar as diferenças entre os tempos, posto que depois do 7 de Abril os governantes eram “representantes do povo”, que estavam próximos deles e que, por isso, não tinham tanto poder concentrado em suas mãos que lhes permitisse tornar-se tiranos.

Com a queda do monarca, os políticos de tendência liberal moderada, percebendo a complexidade requerida para a imposição de um novo poder, passaram a manipular o universo simbólico para que seu governo fosse visto como legítimo perante a população. Com a abdicação de Pedro I, os homens do Império foram bombardeados por acontecimentos que nunca haviam vivido e que, rapidamente, precisavam interpretar. *A gloriosa revolução do dia 7 de Abril de 1831* e a nova realidade que ela inaugurava acabaram por criar alguns símbolos que lhes serviram como base de sustentação.

Para o *Aurora Fluminense*, o símbolo máximo da *revolução*, era a Câmara dos Deputados, que deveria conduzir o Império pós-7 de Abril. Era necessário eleger um símbolo

¹⁶⁰ *Aurora Fluminense*, n° 578, 09/01/1832.

¹⁶¹ *Aurora Fluminense*, n° 578, 09/01/1832.

que transmitisse a imagem que o novo governo desejava propagar de si mesmo, a Câmara dos Deputados, como órgão eletivo, que proporcionava a participação popular, que agia de acordo com a constituição e que não remetia ao Antigo Regime, parecia cumprir bem esse papel.

Segundo o jornal, as mudanças deveriam continuar através do legislativo e seria pela Câmara dos Deputados que as transformações e reformas nas instituições deveriam acontecer. Para os liberais moderados, todas as esperanças de mudanças constitucionais do pós-7 de Abril eram depositadas na instituição, via pela qual reformas como a extinção dos títulos nobiliárquicos, o fim do Senado vitalício e a criação de assembleias provinciais poderiam se concretizar. Com isso, o redator destacava que apenas as leis e a constitucionalidade eram capazes de garantir as melhorias propostas pelo 7 de Abril.

Os nossos Augustos e Digníssimos Representantes estão em sessão, deles pende o fim da nossa salvação, cumpre obedecer aos seus mandatos, que todos são em nosso favor, e a Pátria exige de nós, a continuação dessa prudência, ainda não conhecida até hoje em povo algum.¹⁶²

Os moderados deixavam claro em seus artigos que os tempos deveriam ser de prudência e que o mais aconselhável era esperar que a Câmara dos Deputados agisse. Era preciso esperar que as mudanças e melhorias fossem debatidas nas sessões legislativas. Em 13 de maio de 1831, o redator do *Aurora Fluminense* assim se referia ao interesse que essa instituição despertava na nova ordem política após o 7 de Abril:

No entanto, o Rio de Janeiro também apresenta o aspecto da ordem inalterável; o maior interesse aparece pelos trabalhos da Câmara dos Deputados. As galerias estão de contínuo cheias de povo; a hora em que vai começar a sessão não se encontra um lugar vazio. Os periódicos se ocupam principalmente em dar ao público extratos das discussões da Câmara, tudo tem os olhos fitos sobre ela, e do grande número não se escutam votos que não sejam pelo sossego público e liberdade da pátria.¹⁶³

A Câmara dos Deputados era a “menina dos olhos” dos moderados. Seus movimentos e sessões eram seguidos com interesse pelos redatores que noticiavam com frequência o tema de suas discussões ou o resultado de votações. Alguns jornais traziam as atas completas das sessões. Noticiar todos os acontecimentos e decisões de uma instituição trazia uma nova concepção de política, concepção na qual a participação do povo era tanto aceita quanto necessária. Portanto, os atos e decisões deveriam ser transparentes, do conhecimento de todos.

¹⁶²Aurora Fluminense, n° 469, 08/04/1831.

¹⁶³Aurora Fluminense, n° 484, 13/05/1831.

Em uma proclamação aos brasileiros, a regência moderada comunicou aos homens do Império que havia acabado um período perigoso, porém necessário, da *gloriosa revolução do 7 de Abril*. Coroando esse momento, d. Pedro I deixava o porto da corte rumo à Europa. Era a consolidação de uma fase da história do Brasil que, para os moderados, mais se assemelhava a uma conquista. Entretanto, tal conquista só estaria garantida se os homens soubessem agir com sabedoria e generosidade e, principalmente, se estivessem em consonância com as leis e com as autoridades legalmente instituídas.

A Lei começa a reinar entre nós: respeitai o seu poder, e as autoridades que o exercem. Contra os abusos, e contra os crimes, tendes o direito de petição, exercitai-o, deixando às autoridades o prover de remédio legal. Somos Livres: sejamos justos. – Viva a Nação Brasileira! – Viva a Constituição, e Viva o Imperador Constitucional Dom Pedro 2^o.¹⁶⁴

A lei seria a grande diretriz da Regência. Desse modo, a forma de participação do povo nesses novos tempos seria assegurada pelo direito de petição, direito de se manifestar através de propostas escritas para defender a lei, a constituição ou os interesses da sociedade. Depois de entregue às autoridades competentes, tais propostas seriam analisadas, votadas e só então postas em prática. Para os novos regentes era essencial afastar o povo das ruas e fazer com que a vida retomasse sua normalidade e que todos voltassem às suas atividades.

Ide pois descansar tranquilos, e contai certos com a vigilância do governo, que é de vossa confiança e brasileiro: conservai sempre em vossos corações a constituição jurada, respeitai as autoridades constituídas, e obedecei às leis, para que a nossa obra seja completa, e a nossa felicidade permanente; sede incansáveis em conciliar os ânimos, chamando-as à ordem, e fazendo que uma só seja a vontade de todos, porque da união depende a força, e sem esta não podemos dar ao mundo exemplos de grandeza, assim como lhe temos dado de patriotismo e amor pela liberdade.”¹⁶⁵

Aos homens da Regência cabia saber que os tempos não eram mais de incertezas. Estes podiam se acalmar e confiar no governo que tinha sua ação determinada pela constituição. Há que se destacar que, quando falamos sobre a valorização da Câmara dos Deputados, tratamos dos anos iniciais da Regência, período em que os moderados estavam na direção política. Nesse momento, a grande preocupação era pôr ordem na casa e fazer com que o *corpo legislativo regesse o carro da revolução*.¹⁶⁶ Nesse sentido, a Câmara dos Deputados se tornava uma peça-chave, posto que passava a ser a grande responsável por promover as mudanças e melhorias que julgavam necessárias ao novo cenário político. A exaltação da

¹⁶⁴ Aurora Fluminense, nº 473, 18/04/1831.

¹⁶⁵ Aurora Fluminense, nº 475, 22/04/1831.

¹⁶⁶ Sobre a expressão “*Corpo Legislativo deve reger o carro da revolução*”, ver Capítulo II.

instituição mostrava que, na perspectiva dos moderados, a partir daquele momento era hora dos políticos e dos representantes da nação começarem a agir.

Porém, o funcionamento da Câmara dos Deputados recebia algumas críticas e muitos consideravam que a instituição demorava para tomar decisões importantes, o que impedia que as glórias da *revolução do 7 de Abril* fossem desfrutadas. Já para outros, representava a continuidade de um desgoverno e de um acontecimento ilegal iniciado em 7 de Abril, que não podia trazer bons frutos. Através de uma correspondência assinada como “Um das galerias”, o *Aurora Fluminense* atuava na defesa da câmara legislativa.

Tenho ouvido a várias pessoas (gênios difíceis) queixar-se de que os negócios na câmara vão com uma demora que desespera, e que deste modo, impossível é ter o Brasil os melhoramentos e instituições que deseja, ou são exigidos por sua situação e condições políticas. Mas a sessão de 14 do corrente, a que assisti desde o princípio até ao seu termo, para convencer-me com os próprios olhos, desenganou-me de que não há razão para tais queixumes, ou de que não se atribui o mal às verdadeiras causas.¹⁶⁷

Teoricamente, trata-se de uma carta assinada por um cidadão que assistiu à sessão da Câmara Legislativa do dia 14 de outubro de 1831 e escreveu a correspondência para combater a crítica de que a instituição tinha como principal característica a morosidade na tomada de decisões. Segundo o remetente da carta, em uma só sessão foram postos em pauta vários assuntos importantes para o Império, como as penas aos vadios e aos que transitavam com armas proibidas, aprovação de um regulamento para a organização das cadeias, decisões a respeito da Casa de Misericórdia de Parati e do Colégio dos Órfãos da Bahia, aprovação do ordenado dos juizes de crime da corte, conclusão da discussão sobre a estrada da Polícia e discussão do projeto de lei acerca da abolição do tráfico de escravos.

Dessa forma, concluiu o correspondente:

Assombrado com a soma de coisas úteis que se haviam levado a efeito em uma só sessão, retirava-me eu determinado a destruir com um argumento tão forte e prático todas as acusações que se pretendesse fazer diante de mim, de táticas demoradoras, desejos de nada consentir que passe na legislatura, fome de dizer lugares comuns em tom enfático, e com frases de légua e meia & etc.¹⁶⁸

No entanto, mesmo com todos os esforços em promover a Câmara dos Deputados e em dizer que na referida instituição repousavam todas as possibilidades de melhorias, a situação no Império, e principalmente, na corte, não era a mais desejada. A calma e a tranquilidade

¹⁶⁷ *Aurora Fluminense*, n° 544, 17/10/1831.

¹⁶⁸ *Aurora Fluminense*, n° 544, 17/10/1831.

que grande número das matérias moderadas se esforçava em mostrar que já eram desfrutadas pela população, não eram condizentes com a realidade.

De fato, essa conjuntura foi marcada por uma grande movimentação de pessoas, com mais espaço na esfera política e sem um controle efetivo do governo, que podiam sair às ruas e agir a seu modo. Por isso, os anos iniciais da Regência foram marcados na corte por saques, crimes, violências, o que levou à prática de rondas noturnas de cidadãos que buscavam fazer a defesa segundo seus próprios meios. No entanto, essas questões apenas são percebidas quando aprofundamos a leitura dos jornais moderados, já que estes, como defensores do governo, se lançavam em um esforço quase heroico para mostrar à população que a tranquilidade pública reinava.

Assim, embora essa imagem de tranquilidade pública fosse a que os moderados desejavam construir, ela estava longe de ser a realidade naquele momento. Algumas notícias de desordem e de problemas já apareciam de forma discreta e sem muito destaque em jornais como o *Aurora Fluminense*, como na matéria publicada no dia 6 de junho de 1831, na qual o redator noticia a morte de dois caixeiros ocorrida na corte.

Às 5 horas da tarde do dia 2 do corrente, dois meninos, caixeiros na rua do Rosário, foram assassinados a punhal, porque não quiseram entregar o dinheiro do seu patrão. Os matadores saíram pela rua fora, sem que alguém os perseguisse, levando ainda na mão o instrumento de seu crime. Tal é o estado da nossa polícia, e o terror em que se acham submergidos os habitantes!!! Isto não pode continuar assim; seria uma vergonha para os brasileiros o consentirem em tal, ou tolerarem que o seu país esteja dominado por facinorosos, e que os estrangeiros tenham pretexto para pintar como bárbaro e feroz o povo mais doce do Universo. Nós o repetimos: não é o povo que comete tais horrores, são os malvados. Mas por que razão ficam os malvados sem castigo?¹⁶⁹

As mortes ocorridas na corte não eram obra do povo, mas de alguns homens definidos pelo redator como “malvados”, homens que infringiam as leis e que causavam o terror. Porém, o que faltava naquele momento era mais ação da polícia ou de qualquer outra instituição que pudesse punir os contraventores e agir na vigilância para evitar que outros crimes fossem cometidos. Evaristo da Veiga defende o governo moderado dizendo que muitas coisas ruins à manutenção da ordem pública estavam acontecendo sim, porém que o número de crimes e a agitação política era, muitas vezes, aumentado erroneamente pela população, causando um terror que piorava ainda mais a situação.¹⁷⁰

A ordem pública tem sido, infelizmente, perturbada nestes últimos dias. Terça-feira passada, o terror se havia derramado na cidade; dizia-se que havia quem tramasse a

¹⁶⁹ *Aurora Fluminense*, n° 493, 06/06/1831.

¹⁷⁰ *Aurora Fluminense*, n° 494, 08/06/1831.

queda da Regência, que se pedia a expulsão dos portugueses e mesmo a dissolução da Câmara dos Deputados. (...) O que se tem inventado contra a Câmara dos Deputados? Esse baluarte da ordem, e da liberdade tem estado ultimamente exposto a todos os embates da perversidade, da credulidade e do entusiasmo frenético. Os discursos, as palavras, as opiniões dos membros que a compõe são envenenados de um modo indigno, alterados mesmo, imputando-se-lhes o que não disseram, nem podiam dizer, sem serem racionalmente tidos como dementes. (...) A Câmara dos Deputados, em sua sabedoria, assentou a melhor medida a tomar contra os anarquistas, era organizar quanto antes as Guardas Nacionais; (...).¹⁷¹

O grande medo do início da Regência era a anarquia. Segundo Gian Mario Bravo,¹⁷² anarquia significa a libertação de qualquer tipo de poder superior, fosse ele ideológico, político, econômico, jurídico ou social. Em outras palavras, a anarquia era entendida como a possibilidade do homem usufruir de toda a sua liberdade, sem limitação legislativa ou governamental. Tal ausência de limites, e principalmente, ausência de uma instituição forte que pudesse acalmar a sociedade tirava o sono dos moderados. Em meio a esse clima de tensão e de medo de que a anarquia tomasse conta do Império a Guarda Nacional foi criada.

A Guarda Nacional foi uma milícia criada sob inspiração francesa e por iniciativa dos liberais, durante o período em que Feijó ocupava o cargo de Ministro da Justiça. Em vista das demandas sociais, os deputados, entre os quais estava Evaristo da Veiga, elaboram o projeto de criação das guardas que foi aprovado e se transformou na lei de 18 de agosto de 1831. Tratava-se de uma corporação composta por homens que não eram militares, mas que deviam prestar serviços para auxiliar na manutenção da ordem e da segurança interna. Segundo Jeanne Berrance de Castro, a Guarda Nacional era uma corporação paramilitar criada para reforçar o poder civil, e que acabou por se transformar em um sustentáculo para o governo instaurado com o 7 de Abril.¹⁷³ Nesse momento, era necessária a organização de uma instituição com força representativa, posto que o exército, além de não ter mais tal representatividade, ainda tinha sua imagem associada ao antigo governo.

Assim, a Guarda Nacional foi finalmente criada no Império do Brasil e o artigo primeiro de sua lei de criação determinava:

¹⁷¹Aurora Fluminense, n° 490, 30/05/1831.

¹⁷²BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. VARRIALE, Carmem C. (Trad.) et ai.; coord. Trad. FERREIRA, João; rev. Geral FERREIRA, João e CACAIS, Luis Guerreiro Pinto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 11ª edição, obra em 2 volumes, páginas 23 - 29.

¹⁷³CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1977. Para uma discussão historiográfica da Guarda Nacional, ver ainda: FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas Gerais (1831 - 1873)*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, julho/1979, 49: 145 - 199. RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; FALCON, Francisco José Calazan; NEVES, Margarida Maria de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831 - 1918*. Rio de Janeiro: PUC-Rj, 1981, n.5, 501 p. (Série Estudos). URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

A Guarda Nacional foi criada para defender a constituição, a liberdade, independência, integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar e estabelecer a ordem e a tranquilidade pública, auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas.¹⁷⁴

A função central da Guarda Nacional era atuar na manutenção da ordem interna do Império, o que não substituiu o exército, que não deixava de existir, apenas tinha seu número e sua atuação reduzidos. Os membros da Guarda Nacional respondiam aos poderes locais, como juizes de paz e presidentes de província. Podiam participar da instituição homens de 21 a 60 anos, com renda mínima para serem eleitores, de 100\$000 a 200\$000rs anuais. A nomeação dos altos cargos da Guarda Nacional era feita por uma votação, individual e secreta, na qual os membros participantes elegiam aqueles que iriam comandá-los, uma prática inédita para uma sociedade que não estava acostumada com o sistema eletivo.

Seguindo modelos europeus, a guarda nacional era uma instituição criada por homens de posses para proteger suas propriedades e suas famílias, diferenciando-se dos exércitos tradicionais recrutados pelos governantes, que desejavam aumentar seu poderio e assegurar cada vez mais o controle sobre seus domínios. Outro diferencial da Guarda Nacional era seu custo, pois, diferentemente dos exércitos, não previa aumento de impostos, necessários para bancar um corpo militar permanente.

Logo após ocorrido o 7 de Abril, o *Aurora Fluminense* já comentava sobre urgência de se criar Guardas Nacionais no Brasil:

É, sem dúvida, este um dos primeiros objetos com que tem de ocupar-se a nossa legislatura na presente sessão de 1831. Guardas Nacionais, força cívica bem formada são o melhor antemural que possa opor-se por um lado aos abusos do poder, a tirania, por outro aos excessos da multidão, a anarquia. Cumpre, porém, ver de que elementos se vai compor este corpo respeitável, e que organização se lhe dá. Cautelas são precisas para que se não metam as armas na mão a uma massa de homens, ou que odeiam o nosso sistema, ou que não podem ter interesse na ordem pública. (...) A máxima velha e carunchosa do – deixemos governar quem governa, não é por certo para estes tempos, muito menos para a posição delicada em que nos achamos, (...).¹⁷⁵

A criação da Guarda Nacional devia estar na pauta das primeiras reuniões da assembleia, posto que era preciso organizar a instituição que seria responsável pela manutenção da ordem e pela volta à normalidade do Império. Para os moderados, o início da Regência era um tempo tão delicado que deveria envolver todos os cidadãos e não apenas seus governantes. Era hora de colocar os homens para auxiliar na defesa e para garantir a segurança. No entanto, os mesmos moderados que propunham essa nova instituição estavam cientes de que ela podia ser

¹⁷⁴Lei de 18 de agosto de 1831. Artigo 1º.

¹⁷⁵*Aurora Fluminense*, nº 473, 18/04/1831.

perigosa se não tivesse organização e se os homens que a formassem não estivessem firmes em seus objetivos.

No exemplar de 5 de dezembro de 1831, Evaristo da Veiga falou sobre as Guardas Nacionais como seguidoras dos novos ideais, reunião de homens patriotas que se armavam para defender a constituição, a liberdade e a propriedade.

Ultimamente, uns bandos de ladrões alta noite, têm atacado algumas casas da cidade, no Corpo do Comércio; não nos consta porém, que esses malfeitores obtivessem pleno sucesso de suas tentativas. A presteza com que os habitantes correram a impedir o roubo, e a circunstância de ser rara hoje a casa em que não existe arma de fogo, especialmente nas ruas do comércio, obrigou os ladrões a fugir, e preservou a propriedade. É um dos benefícios que estamos colhendo da instituição das Guardas Nacionais, apesar do desleixo em que tem caído, apesar dos inconvenientes que, por ora, aí apresenta o sistema eletivo em tão ampla escala. Antes de 7 de Abril, os cidadãos do Rio de Janeiro nem ousavam defender-se; pareciam ou ignorar o uso das armas, ou de todo descansar para a sua segurança em uma classe à parte, na força de 1º linha, então aqui existente em número de mais de 2000 praças. As coisas mudaram muito de então para cá, e tanto os ladrões como os perturbadores, acharam armada e pronta a resistir as invasões de qualquer natureza que sejam, uma grande massa de cidadãos, interessados todos em que a ordem se mantenha.¹⁷⁶

Pelas palavras acima, percebemos que a realidade após o 7 de Abril não era calma, o que justificava a preocupação com a segurança que resultou na criação da Guarda Nacional. Nesse período de efervescência política e de agitação das ruas, muitos ladrões aproveitavam para saquear casas deixando a corte em estado de alerta. Para lutar contra isso, os cidadãos teriam se armado para defender seus interesses, suas propriedades e, sobretudo, para lutar contra o ímpeto revolucionário dos agitadores. Enquanto uma instituição responsável por garantir a tranquilidade pública e fazer com que o Império retornasse a sua normalidade, a Guarda Nacional se embrenhava em questões políticas e era muito utilizada para conter movimentos e contestações políticas.

Evaristo da Veiga dá continuidade ao artigo citado dizendo que as Guardas Nacionais resolviam o problema das agitações por serem compostas por homens de verdade, com preocupações reais. O redator do *Aurora Fluminense* diz ainda que os problemas anteriores a 1831, para manter a tranquilidade pública, eram bem maiores. Critica a polícia que, com poucos meios a sua disposição não podia apreender os malfeitores por um longo tempo. Por fim, tece críticas às cadeias que, segundo o redator, não eram casas de correção, mas sim casas de depravação, sem estrutura, que conduziam o réu ao ócio, além de facilitarem sua fuga.¹⁷⁷

¹⁷⁶Aurora Fluminense, n° 1079, 07/08/1835.

¹⁷⁷Aurora Fluminense, n° 1079, 07/08/1835.

Para os moderados, a Guarda Nacional era a instituição que nascera a partir do 7 de Abril, era como que uma filha da *revolução*, por isso era tão útil e necessária, o que se comprovava por sua utilização em outras parte do mundo.

A Guarda Nacional é tão útil e precisa, quanto se conhece pela urgência com que ela no Brasil e em todas as nações livres se tem reclamado. A extinção das Guardas Nacionais em França foi o mais poderoso motivo de sua revolução; porém, os cidadãos franceses nos três dias de Julho se reuniram, pelejaram e venceram, assim repentinamente tornaram-se a formar as Guardas Nacionais, a quem a França deve a sua liberdade, a manutenção da ordem e a respeitável atitude em que se acha, capaz de fazer face a todo o universo. Assim, a Bélgica empenhada em sustentar a sua independência e tranquilidade, achou de repente um exército de cidadãos a quem deve a sua atual estabilidade. Voltando nós à América, veremos nos Estados Unidos quão bem mantida está a ordem e a liberdade de uma república, cuja defesa está confiada aos seus próprios cidadãos. Com tais modelos dignos de imitar-se é que nós, os brasileiros, poderemos conservar-nos livres dos excessos de qualquer partido recolonizador ou anarquista (*Do Opinião*).¹⁷⁸

Na citação acima, Evaristo da Veiga insere em seu jornal um fragmento retirado do periódico denominado *Opinião* no qual é feito um comentário geral sobre as nações que implantaram as guardas nacionais e sua situação. De acordo com o artigo, aquelas que tinham instituições desse gênero, ou seja, que tinham os proprietários como os grandes zeladores do bem público e da estabilidade, tinham obtido grande êxito em garantir a ordem, de forma que se tornavam exemplos a serem imitados. Eram elas França, Bélgica e Estados Unidos, que deviam fornecer inspiração ao Império do Brasil para que a Guarda Nacional também prosperasse aqui. Com isso notamos o peso político que era carregado pela instituição, pois a ela relacionava-se à defesa da liberdade, da independência e a tentativa de controlar os grupos políticos, principalmente aqueles que comungavam de ideias opostas aos moderados.

No exemplar do dia 7 de agosto de 1833, o *Aurora Fluminense* afirma que a Regência, enquanto um governo atento às necessidades nacionais, não exitou em dar aos cidadãos o poder de se armarem e de repelir as agressões políticas que sofriam. Diz Evaristo da Veiga:

Um Governo Nacional não hesitou em dar as armas à massa dos cidadãos interessados na ordem, e estas armas, em geral, têm sido empregadas para mantê-la, e para repelir a agressão dos partidos extremos quando tentaram invadir a sociedade.¹⁷⁹

A partir da criação das Guardas Nacionais, alguns setores da população armavam-se. Conquistava meios de garantir sua própria segurança e assegurar o bem comum, sempre subordinada às leis e às autoridades civis.

¹⁷⁸Aurora Fluminense, n° 557, 16/11/1831.

¹⁷⁹Aurora Fluminense, n° 803, 07/08/1833.

As Guardas Nacionais não são um corpo puramente militar, sujeito unicamente aos seus chefes, e as leis militares são sim cidadãos armados para a defesa comum, e subordinados às leis civis; nenhum comandante militar desta nobre e honrosa guarda de cidadãos poderá pôr em movimento, ou mesmo reunir uma porção de seus comandados, senão por ordem do presidente da província, ou dos juizes de paz de seu distrito; a força das armas aviva-se assim diante das autoridades civis, e pode-se dizer que nenhuma espada será mais desembainhada senão à voz da lei.¹⁸⁰

Quando se fala em Guarda Nacional, é comum a expressão de que se tratava de armar a população. Mas aqui cabe a ressalva de que, ao ver tal expressão, não se deve generalizar. Armar a população significava armar aqueles que eram cidadãos, que tinham participação política, que podiam ser eleitores. Com isso, entendemos que a Guarda Nacional era composta apenas por homens que tinham alguma renda e, portanto interesse em defender a propriedade.

Todos os cidadãos são obrigados ao serviço das Guardas Nacionais, uma vez que possuam a renda necessária para ter voto nas eleições primárias, assim ninguém será excetuado deste encargo indispensável, à exceção daqueles que por seus empregos não podem exercer, e ainda muitos destes, bem como os Estudantes, Advogados, Empregados públicos, Médicos e Cirurgiões são obrigados ao serviço de reserva. A força do Estado vem, pois, a ser confiado somente aqueles indivíduos que tendo uma propriedade a defender, têm o maior interesse em fazer por ela todos os sacrifícios, a defesa da Pátria confiada assim aos cidadãos mais abastados, e de maior influência tornar-se há um serviço honroso e apetecível, o pobre cidadão que por falta de bens ou de indústria não poder ser alistado entre os defensores da pátria, se envergonhará de sua mendicidade, fará contínuos esforços para obter a renda indispensável a esse fim, e num país tão pronto em recompensar o trabalho, e a indústria do homem, não lhe será difícil conseguir a honra de ser denominado – Soldado da Pátria.¹⁸¹

Para os moderados, a Guarda Nacional serviria até como um incentivo à melhora de vida de muitos homens no Império. Posto que com o intuito de participar da instituição, de ser um “soldado da Pátria”, muitos homens iriam trabalhar mais, até ter a riqueza necessária para conquistar sua participação política. Afinal, era de grande prestígio participar da Guarda, uma vez que significava patriotismo e grande interesse no bem comum.

(...), o nosso regozijo aumentou ainda mais quando soubemos que todos eles eram proprietários muito abastados, e que com grande prejuízo tinham deixado suas casas, sem que lhes fizesse peso, senão o bem comum. É isto o que demonstra um patriotismo verdadeiro, são estes os homens que trabalham para manter a segurança pública, como interessados em conservá-la.¹⁸²

Os moderados consideravam a Guarda Nacional como uma instituição que muito representava a nova realidade, principalmente por ter sido desmerecida no Império de d.

¹⁸⁰ Aurora Fluminense, nº 570, 16/12/1831. O citado artigo foi transcrito pelo *Aurora Fluminense* do jornal denominado *O Olindense*.

¹⁸¹ Aurora Fluminense, nº 570, 16/12/1831.

¹⁸² O Sete d’Abril, nº 44, 28/05/1833. O fragmento citado pertence a um artigo originalmente publicado pelo *Astro de Minas*, que circulava em São João del Rei, e foi transcrito no periódico *O Sete d’Abril*.

Pedro I. Para esse grupo político, as Guardas Nacionais tinham nascido com a *revolução*, eram a mais bela instituição trazida pelo 7 de Abril.

D. Pedro não confiaria o cuidado de vigiar sobre o sossego e ordem pública dos cidadãos proprietários, ou industriais, esta classe de pessoas o assustava de modo que sistematicamente se tratou, durante o seu governo de ir extinguindo as milícias. Pusera ele toda a sua confiança em baionetas mercenárias, mas essas lhe faltaram e teve que abandonar um trono, em que vacilou sempre entre o desejo de gozar o nome do Príncipe constitucional, que o levava a violar quanto podia, o espírito e os princípios dessa constituição que ele mesmo oferecera aos brasileiros.¹⁸³

Para consolidar a valorização das Guardas Nacionais os moderados as comparavam com o exército. Para eles, manter exércitos era algo muito caro para o Império. Segundo Evaristo da Veiga, a manutenção de corpos militares permanentes no período de d. Pedro I estava relacionada ao medo que o imperador tinha de seu povo, além da necessidade do governante em mostrar sua bravura e sua força. Assim, para os moderados, os exércitos possuíam mais aspectos negativos do que positivos, principalmente por serem instrumentos de anarquia e despotismo e por poderem ser convertidos em opressores do povo, ao serem usados pelos governantes para impor suas vontades.

Da mesma forma, os exércitos seriam os grandes responsáveis pelo aumento da dívida pública e para a estagnação do progresso das províncias, posto que, para mantê-los, os impostos aumentavam constantemente. Além disso, para engrossar suas fileiras, muitos homens eram recrutados e tinham que abandonar suas atividades produtivas. Para Evaristo da Veiga, o Brasil não era militar e estaria com cidadãos sempre a pegar em armas para defendê-lo, sendo desnecessária a manutenção desse aparelho bélico. Por isso, a redução do exército seria um benefício para os homens.

O redator do *Aurora Fluminense* segue dizendo que os próprios soldados recebiam suas baixas com naturalidade e as entendiam como recompensa pelos serviços prestados no dia 6 de Abril. O *Aurora Fluminense* respondia ainda aos críticos do governo moderado e das Guardas Nacionais dizendo que os soldados não estavam insatisfeitos com suas baixas, já que tinham lutado pela *revolução* e conquistaram seu objetivo: a destituição de um monarca insensato, que governou muitos anos *em desatino*.

O *Aurora Fluminense* segue em defesa das Guardas Nacionais,

Conhecendo que todas as instituições novas e aplicadas de súbito a um povo acham resistência nos hábitos sociais, e nos interesses de alguns indivíduos: notando outrossim que o serviço que as circunstâncias obrigaram a G. N. a prestar, com o intuito de manter a ordem e sossego público, devia molestar os cidadãos; todos os inimigos do governo, e

¹⁸³Aurora Fluminense, n° rabiscado, 24/08/1831.

da revolução disso se aproveitar, para desacreditar a uma e ao outro. (...) *O coronel passou a soldado, o capitão a furriel, e passa a comandá-los o paisano que obteve mais votos.* Esta censura já hoje comum tem sido refutada mil vezes: tem-se feito ver que o princípio da eleição é a melhor garantia de liberdade que existe na organização da G. N.: que se os legisladores se desvairaram, foi levados do amor do belo, do desejo de dar ao povo a maior soma de liberdade possível.¹⁸⁴

Para o redator, a Guarda Nacional sofria críticas por ser uma instituição nova e ainda não compreendida pelos contemporâneos. Dessa forma, por não entender seus objetivos, funções e, sobretudo, funcionamento, muitos a criticavam. Um dos grandes alvos de críticas era o caráter democrático da instituição, já que os membros e seus cargos eram determinados por eleições, de maneira que os grandes comandantes eram escolhidos por aqueles que lhes seriam subordinados, mecanismo que nem sempre fora bem entendido pelos homens da Regência, principalmente porque desconsiderava a hierarquia tradicional estabelecida pelo exército.

As críticas à Guarda Nacional eram frequentes em periódicos conservadores como *O Caramuru*. Uma matéria publicada em março de 1832 comparava a situação do exército antes e depois do 7 de Abril. Segundo o referido jornal, antes do 7 de Abril, este era organizado e disciplinado mas, após ocorrida a *revolução*, tal corporação teve sua atuação diminuída em prol das Guardas Nacionais. Com essa mudança, continua o redator, os poucos militares que trabalharam pelo 7 de Abril foram iludidos, posto que fizeram uma *revolução* contra si próprios, já que uma das primeiras atitudes do governo regencial foi dar-lhes baixa e criar uma instituição que eles não acreditavam que teria sucesso.

Substituída a nossa tropa, pelas guardas nacionais, parece que com elas deverão desaparecer os receios, e que o contentamento deveria ser geral, ao contrário, não se tendo consultado os costumes, e caráter da nação, julgou-se que o Brasil era o mesmo que a França, e os resultados deste erro vão aparecendo; os milicianos não podem nem ouvir falar das guardas nacionais, e os proprietários, os homens habituados a viver no sossego de suas famílias, hoje em rondas, em guardas, em exercícios continuados mal podem respirar; se antigamente recaiam alguns desses trabalhos na 2ª linha, esses, que buscavam por todos os meios desgostar o povo, encarecendo esses trabalhos, ponderando os inconvenientes que a agricultura e o comércio com isso sofriam, gritavam com todas as suas forças contra isto, e hoje dizem eles alguma coisa? Nada; a guarda nacional geme debaixo de um serviço ativo, como o da primeira linha, e neste estado violento, não se diz chuz-nem-buz.¹⁸⁵

A Guarda Nacional era uma instituição defendida pelos moderados por garantir que a segurança e a propriedade fossem mantidas pelos maiores interessados, os proprietários, ideia que não convencia os caramurus. Para eles, a instituição seguia um modelo trazido do

¹⁸⁴Aurora Fluminense, nº 609, 26/03/1831.

¹⁸⁵O Caramuru, nº 6, 21/03/1832.

exterior, que não se adaptava aos costumes brasileiros. Os caramurus não confiavam em um modelo de milícia no qual, para garantir a segurança, os proprietários tinham que abandonar seus afazeres e pegar em armas. Por suas palavras, o redator permite a interpretação de que esse papel de proteção deveria ser garantido pelos exércitos permanentes e controlados pelo monarca.

O periódico *O Verdadeiro Caramuru* também não era favorável ao papel concedido pelos moderados às Guardas Nacionais, pois isso implicava a diminuição da atuação do exército na manutenção da ordem. Para o referido jornal, diminuir seu papel era uma forma dos moderados se vingarem do antigo governo e tirarem de seu cargo homens importantes para a antiga administração.

E que um corpo criado para conservar a polícia interna, e proteção do direito individual, de propriedade, deverá mais ser instrumento de suas paixões, vinganças, e arbitrariedades? (...) Quem poderão ser as primeiras vítimas de uma Tropa composta dos mesmos cidadãos que defendem suas casas, suas mulheres e seus filhos? Não é isso loucura?¹⁸⁶

A Guarda Nacional soava aos caramurus como uma espécie de vingança aos partidários de d. Pedro I e àqueles que auxiliavam seu governo. Nesse sentido, o exército era o primeiro a sentir as consequências da troca de governo. Reduzido e sem poder político, grande parte das atribuições da instituição militar passava para a responsabilidade da Guarda Nacional. Entretanto, do ponto de vista conservador, tal instituição era incompatível com a realidade por ser composta por homens despreparados e com obrigações mais importantes, que eram cuidar de suas famílias e propriedades. Sendo assim, qualquer atividade necessária para a manutenção da ordem interna representaria um fardo para os cidadãos.

No entanto, o mesmo periódico *O Verdadeiro Caramuru*, em agosto de 1833, apresenta um artigo no qual defende as guardas nacionais. Segundo o artigo, estaria em discussão um projeto de lei que modificaria a instituição, que passaria a ter seus chefes escolhidos pelo governo e não mais pelo voto daqueles que a compunham, o que, segundo o redator, não seria bom, posto que tiraria a independência da instituição e a colocaria à mercê da imparcialidade do governo moderado.

A Guarda Nacional, esta força livre, e respeitável, onde aparece leva após de si bens que confirmam a alta ideia, que se forma geralmente de tão belo instituto. A garantia que um povo nesse força cidadã, existe na independência dos cidadãos alistados, no interesse que eles tem em repelir a anarquia daqueles lugares onde possuem sua propriedade, filhos e esposas; existe na perda que sua indústria experimenta, quando a confusão e a

¹⁸⁶O Verdadeiro Caramuru, nº 9, 18/06/1833.

desordem reinam na sociedade; existe, finalmente, no poder que tem essa força agente e respeitável, de repelir, e sacudir o despotismo, quando por ventura tente elevar seu colo medonho em a pátria de cidadãos livres. Esta confiança cresce mais, quando o cidadão observa, que aqueles que o comandam mereceram seus sufrágios e atraíram seus votos, e que nenhum desses é criatura dependente do governo, ou por ele sustentada. Aqui, o horror da anarquia, se une o amor da liberdade, e estes dois únicos acontecimentos bastam para sal ocupantes dos cargos superiores. O caráter democrático para a escolha de seus governantes poderia ser elogiado justamente por não ter nenhuma relação de dependência com o governo, o que garantia alguns pontos positivos e fazia com que os conservadores se pronunciassem contra um projeto de lei que propunha que tal escolha deveria ser feita pelos governantes.¹⁸⁷

Para o *Aurora Fluminense*, os benefícios trazidos pela Guarda Nacional já podiam ser sentidos na comemoração do feriado de Corpus Christi ocorrido na corte. Segundo Evaristo da Veiga, naquela data, muitas pessoas haviam saído às ruas para acompanhar as procissões, as casas tiveram suas fachadas enfeitadas e a população estava tranquila, posto que podia contar com o amparo da Guarda Nacional. Essa instituição tinha dado segurança ao povo que agora se sentia confortável a sair às ruas.

No decurso de um ano, o Rio de Janeiro mudou inteiramente de aspectos, e se afigura outro: o comércio, passada a grande crise, a que muitas causas haviam dado origem, torna pouco a pouco ao seu antigo curso e atividade, as ruas são frequentadas e toda a hora do dia e da noite, as partidas de prazer, a reunião das famílias não são já um crime prestes e a ser punido com a faca traidora; é a confiança no futuro, sentimento difícil de estabelecer-se, em épocas como a atual, vai ganhando raízes, apesar das tentativas dos facciosos que não cessam de trabalhar nas grandes obras. Todos esses milagres, nós os devemos à organização das Guardas Nacionais, e à firmeza de um homem – o Ministro da Justiça.¹⁸⁸

Assim, a Guarda Nacional era a forma encontrada pelos moderados para pôr em prática seus ideais de normalidade e tranquilidade pública, além de ser um meio de controlar e envolver a população em torno de um bem maior, que era a manutenção da ordem tão necessária a um governo recém instalado e, como tal, em busca da legitimidade.

O 7 de Abril vai às ruas

Todos os anos, o aniversário da *revolução* do 7 de Abril não era apenas comentado e lembrado nos jornais, mas ia para as ruas e tornava-se uma grande festividade. Em comemoração ao aniversário do 7 de Abril de 1833, a festa ocorrida no Rio de Janeiro foi assim narrada pelo *Aurora Fluminense*:

¹⁸⁷O Verdadeiro Caramuru, n° 23, 14/08/1833.

¹⁸⁸Aurora Fluminense, n° 643, 22/06/1832.

O dia 7 de Abril foi solenizado pela Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, que não perde ocasião de mostrar o seu patriotismo e o afincamento com que zela a honra e a glória nacional. No templo de S. Francisco de Paula, que se achava ricamente decorado, ações de graças foram elevadas ao Altíssimo, porque nos decretos de sua eterna Providência quis conceder ao Brasil um dia de tanto brilho, uma revolução necessária, executada sem sangue e sem horrores. Orou o Padre Mestre Fr. Francisco de Montalverne com aquela unção, calor, dicção brilhante, e eloquência que distinguem os seus discursos sagrados. A linguagem do patriotismo ardente se abraçou com os ditames da religião santa, que sanciona e coroa todas as obras, sem excluir nenhum dos foros de regrada e justa liberdade. O orador arrebatou o seu numeroso auditório, cuja expectativa foi mais que preenchida. A noite, na reunião festiva no Campo da Honra, as danças, a música, em que vozes angélicas se acordaram, a porfia enlevavam os ânimos: o hino do 7 de abril foi cantado por algumas senhores, e concluiu este, deu o Presidente da Sociedade os vivas legais, ante o retrato de S. M. o Imperador, os quais foram repetidos por mais de 500 pessoas de ambos os sexos, com patriótico entusiasmo. Recitaram-se várias peças de poesia, em que se distinguiu uma excelente: Ode pindárica do Sr. Magalhães, cujo estro o coloca, na flor dos anos, entre os melhores vates brasileiros. Foram também muito aplaudidos alguns versos do Sr. Pimentel, e sobretudo o pensamento com que terminou uma de suas composições – ‘Saiba o filho reinar, que o pai não soube’ – Os doces e refrescos se serviram com profusão e delicadeza, o divertimento se prolongou até as 4 horas da madrugada, reinado em todo ele a mais doce confraternização, e união de vontades. Eis o que os conspiradores não podem suportar, eis o que os leva ao extremo da exasperação, desejosos de perturbar todas as agradáveis recordações, e especialmente as de um dia que faz a sua vergonha, e a glória dos bons brasileiros. Porém a sua raiva é ineficaz e se gasta em impies maldições e gritos impotentes.¹⁸⁹

O relato é rico em detalhes e nos mostra como tais reuniões aconteciam. Estas começavam pela decoração e iluminação das fachadas das casas e dos prédios públicos. As fachadas, ou mesmo as ruas, podiam ser ornadas com luzes, flores, bandeiras e outros símbolos, para marcar o tempo festivo. Durante o Império, a iluminação das fachadas era muito comum para mostrar que a sociedade estava em festa. Tal iluminação era feita por velas ou lampiões depositados nas janelas, portas, calçadas ou amarrados em árvores. Outro recurso muito comum era colocar velas em copos, vasos ou globos para aumentar a iluminação.¹⁹⁰

As luminárias nas fachadas como forma de participação na cerimônia festiva são tema de uma correspondência publicada no periódico *O Sete d’Abril* assinada por “O Rebeca de Barbeiro”. Ao narrar as comemorações do 7 de Abril na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, o que mais chamou a atenção do correspondente foi justamente a ausência de luminárias, o que foi explicado pelo mesmo por serem os moradores da localidade membros do partido

¹⁸⁹ Aurora Fluminense, nº 755, 10/04/1833.

¹⁹⁰ No exemplar de 28 de abril de 1834, o *Aurora Fluminense* descreve a iluminação do Passeio Público na corte na noite de 13 de Abril daquele ano. Segundo o redator, o local encontrava-se ricamente iluminado, com velas depositadas no interior de copos e ricos globos. Figuras representando o patriotismo, um letrado com a frase: “Feliz dia 7 de Abril”, uma imagem de uma espada desembainhada representando a defesa do referido dia também podiam ser encontradas. Nessa ornamentação ainda podia ser encontrada uma coroa, que representava a monarquia. Pela descrição do autor até os muros e o chafariz do Passeio Público haviam sido iluminados, contando no total 6982 tigelas, 1200 lampiões, 3200 copos e 398 globos. Aurora Fluminense, nº 903, 28/04/1834.

caramuru.¹⁹¹ Essa referência nos faz concluir que ao colocar as luminárias em frente de suas casas, os homens tornavam públicas suas preferências e sua aceitação ou repúdio ao tema festivo.

Na maioria das localidades noticiadas pelos jornais consultados temos a informação de que as festas em homenagem ao 7 de Abril eram organizadas pela Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional.¹⁹² A Sociedade havia sido criada no Rio de Janeiro em 1831 por Antônio Borges da Fonseca, redator do jornal que circulava na corte com o nome de *O Republico*, e tinha como objetivos sustentar a liberdade e a Independência, melhorar as prisões e auxiliar as autoridades públicas na manutenção da ordem. Inicialmente a Sociedade se pensava suprapartidária e até conseguiu reunir membros de diversas facções políticas. Entretanto, por ter objetivos tão condizentes com o posicionamento moderado, acabou se firmando como instituição política e associativa dos membros desse partido.¹⁹³

Percebemos, dessa forma, que a maior parte das festas eram promovidas por homens que compartilhavam dos mesmos interesses, já que pertenciam à mesma associação, e não sofriam muita interferência das autoridades tradicionais, uma vez que a instituição não era controlada pelo Estado, mas sim por um grupo político.

As festas tinham como um dos objetivos promover a imagem de unidade e de compartilhamento de ideias. Nesse sentido, o convite à participação era direcionado a toda a população, inclusive as mulheres que, nessa época, eram marginalizadas da esfera política. Nota-se, no relato acima, que o redator destaca a participação de ambos os sexos na comemoração, afinal, o 7 de Abril, como data nacional, deveria ser responsável pela máxima integração da sociedade.

Entretanto, por mais que houvesse esforços de integração, as festas permaneciam denunciando o caráter hierárquico característico da sociedade brasileira no período regencial. Toda a população era convidada a participar, mas não de todas as etapas. As festas podiam começar com cortejos pelas ruas da cidade, em geral conduzidos por bandas de músicas acompanhadas pela população que as seguia cantando os hinos e dando “vivas” em sinal de sua alegria. Um dos pontos mais importantes das festas era a evocação dos hinos, forma de divulgar os acontecimentos para o maior número de pessoas, porque suas rimas tornavam as palavras de fácil fixação. Segundo Le Goff, a utilização do canto em sociedades com pouco

¹⁹¹O Sete d’Abril, nº 33,20/04/1833.

¹⁹²Ver: BASILE, Marcelo Otávio Neri. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 84.

¹⁹³Sobre a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U. F. R. J., 1990.

domínio da linguagem escrita era a forma mais eficiente de memorização. Os hinos funcionavam como a extensão da tradição oral, baseada em um imaginário político sustentado pela criação de imagens.¹⁹⁴

Ainda poderiam ter lugar nas ruas peças teatrais nas quais eram encenados os acontecimentos da forma como se desejava que fossem lembrados. O teatro representava uma parte da festa que era pública, abrangente e pedagógica, posto que buscava alcançar a maior parte da população. As peças de teatro também podiam ser apresentadas para um grupo mais reduzido de pessoas. *O Sete d’Abril*, publicado no dia 29 de Abril de 1834, transcreveu parte de uma peça apresentada em um teatro particular na Rua dos Arcos em comemoração ao 7 de Abril. O texto tratava da tentativa de cortar o arbusto “auri-verde” da “Sacro-Santa” liberdade e plantar nas terras brasileiras o despotismo. A peça conclama o patriotismo dos brasileiros contra essas investidas para garantir o trono de d. Pedro II, ressaltando a importância de prezar a pátria, a liberdade e o 7 de Abril.¹⁹⁵

Posteriormente, a comemoração passava para o espaço religioso, com a celebração de um solene *Te Deum* e realização de um sermão por autoridades da Igreja. Aqui se nota a relação entre política e religiosidade na Regência, quando se observa que aqueles homens tendiam a reproduzir nas festividades cívicas o modelo católico das festas religiosas, que eram sua referência. Nesse momento percebemos a mistura entre o sagrado e o profano.¹⁹⁶

Finalmente, a festa dirigia-se a um espaço mais reservado, entendido aqui como a casa. As pessoas envolvidas na comemoração conduziam-se a casa de um membro importante da sociedade, onde passavam a madrugada em comemoração. Novamente eram entoados os hinos, recitados versos e sonetos, pessoas influentes discursavam, aproveitando-se da atmosfera propícia para a difusão de ideias políticas. As pessoas ouviam música, dançavam e até desfrutavam de jantares, banquetes, doces e refrescos. Nessa última parte da comemoração, a população não podia mais participar, os menos abastadas e os escravos estavam excluídos.

Assim, o 7 de Abril transformava-se em fundamental elemento de legitimação do projeto político dos moderados. Na passagem abaixo, percebemos que, em muitos casos, a

¹⁹⁴LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 430.

¹⁹⁵O Sete d’Abril, nº 140, 29/04/1834.

¹⁹⁶A mistura entre sagrado e profano não é uma peculiaridade brasileira. Pode também ser visto nos estudos de Lynn Hunt sobre a formação simbólica da Revolução Francesa. A autora demonstra que os revolucionários, ao tentarem criar símbolos para a revolução, buscavam elementos completamente novos, que rompessem com o passado, mas acabavam reproduzindo antigas imagens e analogias. Ver: HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 84.

feira cívica em honra ao 7 de Abril convertia-se em uma memória chave, forte o bastante para assegurar a continuidade de uma realidade por ela inaugurada.

Desde o primeiro aniversário de nossa regeneração em 7 de Abril, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional tratou de solenizar este dia, por modo que ele se perpetuasse com glória na capital do Império, e em vez de dia de luto, qual queriam torná-lo os retrógrados e as facções embravecidas, o fosse de júbilo patriótico, e de festiva reunião. (...) À sua recordação estão ligados princípios importantes em que descansa todo o edifício da liberdade brasileira: a sua solenização adverte aos poderes constituídos que todos eles emanam e têm suas atribuições da nação brasileira, e que a vontade desta deixaram de ser o que são; que portanto lhes cumpre serem intérpretes fieis da Opinião Nacional, zeladores da prosperidade e honra do país que governam, e que não é patrimônio de nenhum homem, de nenhuma família. A Monarquia Constitucional aí existe por aprovação dos povos, é por unânime aclamação deles que o ex-monarca governou, é por seu consenso espontâneo que hoje impera o Sr. D. Pedro 2^o.¹⁹⁷

As comemorações pelo 7 de Abril eram importantes para os moderados também por mostrar sua continuidade no poder, procuravam sempre mencionar que se passava mais um aniversário da *revolução* e que os mesmos homens continuavam no comando político. Essa era uma forma de alertar para sua força e sua capacidade de consolidar suas conquistas. Além disso, as demais experiências revolucionárias demonstravam que, após uma mudança brusca, eram comuns as trocas regulares de governo.

Assim os moderados faziam uma defesa quase feroz das comemorações pelo 7 de Abril, independentemente das circunstâncias sob as quais fossem realizadas:

Quando os tímidos opunham à ideia da festividade de que parecíamos cercados, disse-se que havíamos de bailar em honra do Dia 7 de Abril, ainda que fosse com a arma ao ombro; com efeito nada impediu as demonstrações de regozijo dos membros da Sociedade Defensora. (...) À sua recordação estão ligados princípios importantes em que descansa todo o edifício da Liberdade Brasileira; a sua solenização adverte aos poderes constituídos que todos eles emanam e têm suas atribuições da Nação Brasileira, e que à vontade desta deixaram de ser o que são; que portanto lhes cumpre serem intérpretes fieis da Opinião Nacional.¹⁹⁸

Comemorar o 7 de Abril era uma forma de tomar lugar na cena política, de mostrar suas posições. Nesse contexto, não comemorar o 7 de Abril não era sinal de abstenção ou de imparcialidade, mas sim de oposição aos moderados. No exemplar de 16 de abril de 1834, o *Aurora Fluminense* noticia sobre Iguaçú, lugar que nunca havia celebrado o movimento por ser dominado pelos caramurus. A data era ali sempre esquecida ou tratada como dia de luto até que, em 1834, alguns patriotas decidiram comemorar com pompa o aniversário do 7 de

¹⁹⁷ *Aurora Fluminense*, n° 896, 11/04/1834.

¹⁹⁸ *Aurora Fluminense*, n° 896, 11/04/1834.

Abril. Fizeram uma salva de 25 tiros pela manhã para despertar a população e depois a música foi ouvida. Por volta das 16 horas cantou-se na matriz um *Te Deum*, num templo ricamente decorado e ramos de flores foram entregues às autoridades presentes. Os seguintes versos foram expostos:

Sete de Abril a tua luz doura. Alumiu os trances derradeiros. Do colonismo; a Pátria foi vingada. Livre o Brasil é já dos Brasileiros. Corre-se às armas, que a razão ancea. Da Nacionalidade o grito sôa. E o despotismo, que no chão baqueia. Os lares busca da falaz Lisboa. Quem contra a Nação pode? Quem resiste ao grito irado da oprimida terra? Se os filhos teus que, oh Pátria armados viste. Ao poder infiel declararam guerra! Dia brilhante! Das futuras eras. Serás lembrado nos Brasileiros lares. Donde banistes pueris quimeras. A pura Liberdade erguendo altares.¹⁹⁹

O texto acima foi exposto em um prédio com a efígie do imperador Pedro II, pintada ao natural e ornada com as armas imperiais. Para os organizadores da festa em Iguaçu, o 7 de Abril deveria ser comemorado como um dia que trouxe a liberdade e que vingou a nação de um antigo governo. Assim, as festividades nos fazem entrever a relação entre os partidos e suas lutas para conquistar a maioria em uma localidade. No mesmo artigo, o redator segue dizendo que alguns problemas tinham ocorrido dias antes das festividades em Iguaçu, posto que os caramurus espalharam boatos de que iam ocorrer desordens, o que amedrontou as famílias. Porém, segundo o redator, a população desconsiderou esses boatos e participou das festas.

Outra questão importante para o Império do Brasil era a representação do poder em uma pessoa. Prova disso foram as articulações pela Independência, quando as câmaras municipais e o imperador fizeram um contrato tácito no qual garantiriam apoio mútuo para que o Brasil fosse integrado pela imagem e pelo carisma do rei.²⁰⁰ A d. Pedro I foi concedido o título de *Defensor Perpétuo do Brasil* e outras condecorações. Com a abdicação, o Brasil perdeu o carisma, o poder de representação e a simbologia de seu primeiro imperador. A anteriormente tão simbólica figura de Pedro I só poderia aparecer nas festividades se fosse para ter sua imagem desconstruída ou em associação às mazelas anteriores ao 7 de Abril.

A partir daquele momento, a figura de d. Pedro II começou a ser destacada nos jornais moderados como o grande governante que agiria de acordo com os interesses da Nação. Em 1834, o *Aurora Fluminense* publicou um convite no qual d. Pedro II era chamado a participar do aniversário do 7 de Abril:

¹⁹⁹ *Aurora Fluminense*, nº 898, 16/04/1834.

²⁰⁰ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como corpo político autônomo 1780 – 1831*. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1999.

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, composta de cidadãos amigos da sua pátria, e sustentadores do trono de V. M. I., nesse dia não podia ser indiferente; desde o seu primeiro aniversário, ela o solenizou com uma festiva reunião de seus sócios, e com outras demonstrações de regozijo. Este ano a Sociedade Defensora continuará a dar tão solene testemunho de suas afeições políticas, e ela ousa esperar que a sua reunião será abrilhantada com a Presença Augusta de V. M. I.²⁰¹

O convite era dirigido ao monarca, segundo um redator que argumentava que os movimentos do 7 de Abril tinham sido responsáveis pela elevação de d. Pedro II ao trono imperial. O redator do *Aurora Fluminense* segue argumentado que d. Pedro II deveria participar dessas festividades pois seria uma oportunidade de se reunir com *patriotas* que eram fiéis a ele, às leis e aos representantes da nação.

Assim, a figura de d. Pedro II passou a ser mais destacada no momento em que a antiga simbologia não precisava mais ser combatida, ao passo que, com o falecimento de Pedro I, os perigos de restauração e de nova colonização deixaram de preocupar os brasileiros. Em Ode publicada no *Sete d’Abril* em homenagem a d. Pedro II, o imperador é apresentado como sagrado, muito amável e inviolável. Os títulos de *Imperador Constitucional* e de *Defensor Perpétuo do Brasil*, que pertenciam a seu pai, lhe foram transferidos. D. Pedro II foi apresentado como o grande salvador, o que mostra uma curiosa mudança em torno da significação do 7 de Abril, já que o imperador não teve qualquer participação no movimento ou no desenrolar dos acontecimentos; apenas recebeu a coroa de seu pai mas, em vista de sua pouca idade, o governo coube aos regentes.

A d. Pedro II são ainda atribuídas *virtudes* de caráter nacionalista. Ele é destacado como aquele que tem a “cara” da pátria, que se parece com o Brasil, principalmente porque, ao contrário de seu pai, havia nascido aqui, fato que, no final do seu governo pesara contra a figura de Pedro I.

Ao Brasil era concedido um novo herói, e este era sem dúvida Pedro II.

O Jovem Pedro tem da Pátria cara.
Um Trono de Poder enriquecido;
Ele, um Menino, valentia rara!
Que depois de haver monstros combatido;
Deita a terra o cavalo e o cavaleiro,
E assim salva Seu Povo Brasileiro.²⁰²

A imagem de Pedro II era destacada por sua pureza, sua inocência, e até mesmo por sua inexperiência militar e de governo. Essas faltas não eram lembradas negativamente mas,

²⁰¹Aurora Fluminense, nº 889, 21/03/1834.

²⁰²O Sete d’Abril, nº 438, 07/04/1837.

ao contrário, como virtudes de um governante que, por não estar corrompido, não cometeria os mesmos erros de seu pai.

De um Herói divinal tem aparências
A pessoa do César Brasileiro
PEDRO SEGUNDO, cujas excelências
O fazem ser do Céu um mensageiro.
Não tem maldades nem experiências
De sangue, Ele nunca foi guerreiro.
Oh! Quanto é puro, quanto é imaculado
Seu coração tão reto e bem formado!²⁰³

O 7 de Abril se transformou em um verdadeiro monumento para os moderados, algo que servia como um marco glorioso, que iniciava um novo e promissor período. A data deveria ser lembrada, por isso a ideia de monumento, algo que é capaz de evocar recordações que pretendiam perpetuar as melhorias trazidas pelo 7 de Abril, um movimento que inaugurou um novo tempo, novos costumes e uma nova política.

Dia Sete de Abril! Oh! Quão glorioso
És para os Brasileiros pensadores!
Tu és o monumento precioso
Da Clemência Divina aos pecadores;
Mudas do sábio o fado desditosa,
Teces-lhe coroas de mimosas flores.
Ah! Vem, ó Dia feiticeiro e santo!
Tempo, costumes varre com teu manto.²⁰⁴

Assim, percebemos que o processo de consolidação de um novo poder é algo muito mais complexo e que não pode ser garantido apenas pelo cargo ou pela força. Percebemos que uma sociedade não se mantém apenas pela imposição, assim como um poder não se estrutura apenas na violência. Para que se forme uma sociedade e para que os indivíduos ajam de acordo com tal organização, é necessário que eles acreditem.

Segundo Balandier,

O poder estabelecido unicamente pela força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem por domínio brutal nem pela justificativa racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial.²⁰⁵

²⁰³O Sete d'Abril, nº 438, 07/04/1837.

²⁰⁴O Sete d'Abril, nº 438, 07/04/1837.

²⁰⁵BALANDIER, Geoges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 179.

Balandier afirma que a durabilidade e a credibilidade do poder pressupunham algo além da força e da razão, e relacionavam-se diretamente com a criação e com a manipulação de um imaginário. Se considerarmos que vários fatores podem influenciar as relações e não apenas as questões físicas e materiais, devemos considerar que um dos fatores de peso é o que diz respeito ao campo simbólico. São fatores decisivos que o próprio homem cria através de sua cultura e que, depois, passa a auxiliá-lo na interpretação do mundo social. Assim, percebemos o quanto a política se utiliza da criação de imaginário, de festas e de símbolos para influenciar a população e para aumentar seu espaço e poder.

Política, imaginários e suas ritualizações podem estabelecer relações estratégicas, mais facilmente percebidas em tempos de crise e de tensão social. Períodos em que os revoltosos mobilizam forças políticas, sociais e econômicas para conquistar seus objetivos, e principalmente, manipulam imagens e representações na tentativa de convencer e de conquistar opiniões, fenômeno que é descrito por Girardet como *efervescência na produção de imaginários*.²⁰⁶

Os imaginários criados refletem aspectos da vida social e são responsáveis por agruparem as crenças e as representações através das quais a coletividade se percebe, se organiza e define seus objetivos. Além disso, não são criados de forma aleatória, mas desencadeados por acontecimentos concretos. Podemos dizer que os imaginários seriam conjuntos de símbolos criados por uma sociedade para entender, interpretar e representar sua realidade.

Entendemos por símbolos os acontecimentos, atos, gestos ou objetos capazes de transmitir um significado. Os símbolos servem como formulações inteligíveis de nossas experiências, são incorporações concretas e suportes de informação²⁰⁷ capazes de influenciar sobre o comportamento dos homens, de classificar o mundo social e de introduzir valores. Eles produzem e amarram os significados, dão explicações, justificam a ordem das coisas e possibilitam que o homem se localize em seu mundo.²⁰⁸ Outra característica dos bens simbólicos é que eles não são ilimitados ou criados de qualquer maneira, o que torna os transforma em objetos de disputa dentre aqueles que desejam manter seu monopólio de poder.²⁰⁹

Por meio das reflexões apresentadas, percebemos que a criação de símbolos e sua manipulação no campo político podia ser uma estratégia de ação de grupos que pretendiam fortalecer ou consolidar seu poder. Essa estratégia garantia sua eficácia pela facilidade de

²⁰⁶GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 17.

²⁰⁷GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 106.

²⁰⁸BERGER, Peter. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 133.

²⁰⁹BACZO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: volume 5, 1985.

comunicação com o povo, já que suas formas de aproximação eram criadas a partir de um acontecimento concreto. Sendo de tanto valor na disputa por consenso e adesão, percebemos o quanto os símbolos podiam ser manipulados de acordo com os interesses, com as motivações ou com as relações de força.

Dessa forma, compreendemos que os moderados perceberam que um poder não poderia ser imposto apenas pela força, que era preciso convencer a população de que o novo governo dava início a um novo tempo. Para criar essa nova temporalidade, apoiaram-se nos dois grandes símbolos moderados da Regência: a Câmara dos Deputados e a Guarda Nacional. Os moderados perceberam também que tais símbolos ficariam muito abstratos se continuassem restritos aos jornais e então passaram a levá-los para as ruas, nas palavras de Torgal, passaram a ritualizar a política.²¹⁰

as comemorações nasceram da tomada de consciência, já sentida pela Revolução Francesa, de que as representações racionais só seriam mobilizadoras se fossem completadas por uma vivência cultural que, tal como no rito religioso, conferisse significado simbólico e coletivo ao sentido do tempo e, simultaneamente, congregasse as consciências atomizadas à volta de memória(s) consensualizada(s).²¹¹

Os aniversários do 7 de Abril transformaram-se em um acontecimento cívico e patriótico, no qual as representações eram mobilizadas para que fossem sentidas pela sociedade. Tais festividades não tinham sentido de diversão, mas buscavam direcionar a sociedade de acordo com seu projeto.

As festas eram importantes meios de divulgação dos ideais políticos, posto que, por mais que muitos jornais circulassem no período regencial, eles não tinham o alcance e a capacidade de mobilização que tinham as manifestações públicas. Os jornais não eram suportes acessíveis a uma sociedade marcada pelo analfabetismo, o que fazia o esforço dos moderados em educar, em ser didático e pedagógico passava por chegar às ruas, através das comemorações cívicas.

As festividades funcionavam como uma reconstrução do fato, como uma tentativa de moldar os acontecimentos segundo os interesses daqueles que as promoviam. Segundo Wlamir Silva, o maior desafio dessas festas era substituir o simbolismo da monarquia.

O desafio liberal era o de substituir uma poderosa memória monárquica e religiosa, preche de simbolismos seculares. A imagem do rei, que pasmava os assistentes e as

²¹⁰TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. História da História em Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996, p. 222.

²¹¹*Ibidem*, p. 225.

solenes alusões ao direito divino e a uma ordem imutável, deviam ser trocadas por imagens que, pela sua historicidade e humanidade, seriam prosaicas.²¹²

A memória monárquica era demasiadamente forte, o que poderia ser percebido mesmo em lugares distantes, nos quais ela era representada apenas por retratos. Por isso, as festas moderadas em prol do 7 de Abril deveriam ser tão intensas a ponto de combaterem a imagem de um monarca e construir a imagem de um novo tempo.

Sendo assim, as festas tinham os mesmos objetivos dos jornais, deveriam tornar mais forte o poder simbólico dos moderados, além de atuar na formação de novos homens, condizentes com seu tempo. Para Torgal, as festas teriam que representar para a sociedade em que eram realizadas a mística de um novo tempo.

Ainda segundo o referido autor,

a festa cívica devia simbolizar, através de um cerimonial coletivo e ao ar livre, e em que o povo deveria ser o ator do seu próprio espetáculo, a celebração de um novo *contrato-constituente* do Estado-Nação, isto é, o início de um novo tempo que, superando a noite medieval, iria trazer o reino da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.²¹³

Dessa forma, o ritualismo cívico deveria ser capaz de produzir novos comportamentos coletivos, de convencer e mobilizar as pessoas para a necessidade de mudança e de introduzir novos valores.²¹⁴ Além de divulgar ideais e conceitos caros à nova ordem, como liberdade, independência, patriotismo e, sobretudo, moderação, como instrumentos pedagógicos, as festas privilegiavam a generalização da participação política, especialmente em momentos de intensa comoção social.²¹⁵

²¹²SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, Minas Gerais: Fapemig, 2009, p. 152.

²¹³TORGAL, Luis Reis. ; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996.*, p. 312.

²¹⁴*Ibidem*, p. 314.

²¹⁵SILVA, Wlamir. SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1840)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, Minas Gerais: Fapemig, 2009, p. 25.

CONCLUSÃO

Se as comemorações manifestam, à sua maneira, a intenção de reforçar o consenso social que é típico de todos os ritos, as dificuldades de alcançá-lo tornam-se mais patentes na festa política propriamente dita, isto é, naqueles rituais em que as revoluções (e as contra-revoluções) a si mesmo se celebram.²¹⁶

Como nos mostrou Torgal, as festas ou qualquer outro meio de repetição cíclica de um acontecimento, eram formas de reforçar uma ideia, um consenso social e lutar contra a degradação ou o esquecimento de uma memória conquistada ao longo do tempo. Levar festas, representações e discursos às ruas e aproximá-los das sociedades que lhe deram vida era um dos poderosos artificios usados pelos grupos dominantes para reforçar suas conquistas.

Assim aconteceu com o 7 de Abril que, nos anos iniciais da Regência, foi a grande data cívica a ser comemorada. Tratava-se de uma tentativa de marcar a nova temporalidade que era representada pelos grupos políticos de maneiras diferentes. Os caramurus, aqueles que eram adeptos de uma monarquia centralizada, usavam o 7 de Abril para desmerecer o governo vigente e enaltecer o destituído imperador, d. Pedro I. Já os exaltados, que desejavam maior participação na esfera política, usavam o 7 de Abril como uma forma de garantir que as mudanças continuassem a ocorrer na sociedade regencial, entre elas, que seu grupo tivesse mais voz ativa.

Já os moderados usaram o 7 de Abril como sua principal bandeira. Tal grupo político assumiu a direção do Império imediatamente após a abdicação e precisava de algo que o legitimasse e lhe desse representatividade enquanto novo poder. Hoje, pela distância temporal e pelos estudos historiográficos, percebemos que os esforços dos moderados em prol do 7 de Abril não tiveram o fôlego que eles esperavam e logo veio o *Regresso*, transformando os significados da data e contribuindo para que esta deixasse de ser digna de gala e comemoração.

Quando tratamos do calendário cívico imperial temos que considerar as constantes mudanças a que estavam sujeitos. A escolha pela comemoração de determinadas datas relacionava-se com um projeto político, com as ideias, valores e, sobretudo, com a memória que um governo desejava deixar de si mesmo. Por isso, tais datas estavam em constante mudança. Ao considerarmos o Primeiro Reinado, temos a comemoração do Dia do Fico, em 9 de janeiro, data em que se celebrava a decisão de d. Pedro I por ficar no Brasil, enquanto seu pai já havia retornado a Portugal, e as Cortes reunidas exigiam sua volta. Após 1822, o dia 7

²¹⁶TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. História da História em Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996, p. 312.

de Setembro transformou-se em uma data cívica que representava a separação entre Brasil e Portugal.²¹⁷ O 25 de Março também se transformou em uma festividade cívica, que comemorava o dia em que a constituição do Império foi jurada. As comemorações obedeciam a mesma estrutura: começavam com celebrações nas quais autoridades da Igreja proferiam um sermão, seguido por um solene *Te Deum*. Posteriormente, ganhavam as ruas em cortejos nos quais bandas de músicas tocavam hinos que tratavam do tema comemorado na festa. As festividades eram sempre acompanhadas pelos periódicos, que além de publicarem seus convites, chamando a população a delas participar, noticiavam os detalhes de seu desenrolar. Ainda, eram os jornais os responsáveis por construir as representações das datas através dos discursos que publicavam, nos quais diziam o que estava sendo comemorado e qual era a importância da referida data.

Na Regência, uma das festividades cívicas mais destacadas foi o 7 de Abril, data que a princípio marcava a abdicação do imperador, d. Pedro I e o início de um tempo novo, que prometia ser muito diferente e qualitativamente melhor que o governo findo. No entanto, tal data não teve o mesmo significado durante toda a década regencial. Ao passo que os liberais moderados foram perdendo sua hegemonia política, e ainda com a morte de d. Pedro I, ocorrida em 1834, a data perdeu seu poder de mobilização. A força antes tida pelo 7 de Abril foi diminuindo e seu significado começou a ser alterado. De um dia que marcava a “regeneração política do Império” e a “revolução gloriosa”, a data passou a ser cada vez mais relacionada a d. Pedro II. No fim do período regencial, o 7 de Abril parou de ser comemorado com tanta pompa e quando lembrado passava a significar o dia em que o trono do Brasil foi entregue a d. Pedro II. Nesse momento, outra data entra para o calendário político, o 2 de Dezembro, quando se comemorava o aniversário natalício de d. Pedro II.

Para Hendrik Kraay, as festividades cívicas:

São simultaneamente “ritos de poder”, liturgias através das quais as autoridades exprimem e atualizam sua pretensão a domínio legítimo e, potencialmente, espaços onde oponentes da ordem prevalecente tornam suas demandas públicas.²¹⁸

Assim, percebemos como as representações e suas formas de apresentação para a sociedade estavam ligadas a projetos políticos e eram mediados por poderosas

²¹⁷Sobre a comemoração do 7 de Setembro, Hendrik Kraay diz que em 1822 pouca gente deu atenção ao acontecimento e só no ano seguinte a Assembleia Constituinte decidiu que o dia fosse reservado ao aniversário da Independência do Brasil. Segundo o autor, em 1826 a data se transformou em feriado nacional e posteriormente se firmou como o mais importante dia festivo. Ver: KRAAY, Hendrik. “*Sejamos Brasileiros no dia de nossa nacionalidade: comemorações da Independência do Brasil*.” In: Topoi, volume 8, nº 14, jan – jun. 2007, pp. 9 – 36.

²¹⁸*Ibidem*, p. 10.

estratégias.²¹⁹ Dessa forma, o trabalho procurou analisar as formas de articulação política e suas manipulações, que diziam respeito diretamente ao cotidiano da população.

Certamente, os homens que viveram o 7 de Abril e o período regencial enxergaram os fatos realmente como acontecimentos singulares, posto que os viam pelas mesmas lentes em que recebiam as informações. Lentes que, como tentamos mostrar ao longo do trabalho, queriam manipular e convencer. Por isso, o que nos interessou foi exatamente esse jogo, no qual os redatores tinham um papel crucial, pois construíam suas representações de um acontecimento, viam sua propagação e observavam sua recepção pelo público.

Para os contemporâneos, o 7 de Abril foi uma *revolução*, pois representou a ruptura política e definitiva entre Brasil e Portugal. Revolução para esses homens representava ainda, uma possibilidade maior de liberdade, de liberdade em relação aos rumos que seriam tomados pelo Estado a partir daquele momento. Entretanto, a *revolução* do 7 de Abril não trazia uma nova concepção de liberdade para a sociedade, posto que em nenhuma das representações construídas questionava-se, por exemplo, a situação dos escravos. A revolução dos moderados não significava ruptura, como em algumas das definições originais do conceito. O 7 de Abril enquanto *revolução* moderada representava o rompimento com um certo governante, mas pressupunha a manutenção da monarquia, desde que fosse constitucional.

Assim, o 7 de Abril foi visto pelos moderados que, com base nessas ideias eles o rotularam de *revolução*, ideia que lhes era muito importante posto que criava as bases para sua legitimação e manutenção no poder. Por isso, o que mais nos interessou ao longo desse trabalho foi perceber a infinidade de maneiras que um acontecimento poderia ser interpretado. E finalmente, que as representações criadas de um determinado acontecimento podiam mostrar-se tão poderosas que por vezes seriam capazes de superar seu impacto e sua repercussão originais.

²¹⁹ Sobre o calendário cívico e sua relação com um projeto político, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O gigante e o espelho*. In: GRINBERG, Kelia & SALLES, Ricardo (organização). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, Volume 2.

Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias

Periódicos disponíveis na Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional – RJ:

Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1827 – 1835.

Caramuru. O Imperador e a Constituição Jurada. Rio de Janeiro: Typografia do Diário, 1832 - 1833.

D. Pedro I. Rio de Janeiro: Typografia do Diário. 1833.

O Exaltado. Jornal Político, Literário e Moral. Rio de Janeiro: Typografia de Guether e Comp., 1831 – 1835.

O Sete D' Abril. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1833 – 1837.

O Verdadeiro Caramuru. Rio de Janeiro: Typografia do Diário, 1833.

Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

_____. *Família e política nas Regências: possibilidades interpretativas das cartas pessoais de Evaristo da Veiga (1836-1837)*. Texto inédito e no prelo.

ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína Carvalho da. “Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831 – 1835).” In: Almanack. Guarulhos, n. 04, p. 130 – 148. 2º semestre de 2012.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de Dom Pedro I em 1831*. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

BALANDIER, Geoges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Silvana Mota. *Autoridade e Poder Real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional Portuguesa de 1826*. Locus: revista de história. Juiz de Fora, v. 10, n. 2, pp. 7 – 22, 2004.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BERGER, Peter. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: Rioux, J.P & SIRINELLE, J. F. (organizadores). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução de João Ferreira, Carmem Varriale e outros. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2º edição, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Jeanne Barrance de. *A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional/ Brasília: Instituto Nacional da Livro, 1977.

CASTRO, Paulo Pereira de. *A “experiência republicana”, 1831 – 1840*, p. 11. In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, v.2. São Paulo: Difel, 1985.

CHAMON, Carla Simone & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Processo de socialização e de formação cívica no Brasil (século XIX)*. In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias*, volume XIII, 200/2001.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia, a história entre as certezas e a inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas Gerais (1831 – 1873)*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, julho/1979, 49: 145 – 199.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O Período Regencial*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831/1835*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2008.

GRINBERG, Kelia & SALLES, Ricardo (organização). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, Volumes 1 e 2.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U. F. R. J.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva e memória histórica*. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 72 – 101.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789 – 1848*. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 25ª edição revista. 5ª impressão.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. Tradução Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais*. In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, volume 2. São Paulo: Difel, 1985.

IPANEMA, Marcelo e IPANEMA, Cybelle. “*Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública*”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 307. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1976.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Balaida: construção da memória histórica*. *História*, São Paulo, v.24, n.1, pp. 41 – 76, 2005.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de La memória*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A., 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuições semânticas dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAAY, Hendrik. “*Sejamos Brasileiros no dia de nossa nacionalidade: comemorações da Independência do Brasil*.” In: Topoi, volume 8, nº 14, jan – jun. 2007, pp. 9 – 36.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, v.1, pp. 95 – 106.

_____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão et. Ali. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual Editora, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar. Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842 – 1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820 – 1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

MOREIRA, Luciano da Silva. “*Imprensa e Política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais, 1828 – 1842*.” Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, FAFICH, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º edição revista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NEDELL, Jeffrey D. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857*. In: Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 5 – 22, nov. 2009.

NEVES, Maria Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.

NEVES, Maria Lúcia Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira. *O Museu Paulista da USP e a memória da Independência*. In: Cadernos Cedes. Campinas, v.22, n.58, pp. 65 – 80, dezembro de 2002. Disponível no site: www.cedes.unicamp.br

PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico*. In: Revista de História da Historiografia. Ouro Preto, número 3, setembro de 2009, pp. 53 – 82.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
RECOEUR, Paul. *Historia y memoria. La escritura de la historia y La representación del pasado*. In: Annales, Histoire, Ciencias Sociales. Núm. 55 – 4, Paris: julho – agosto de 2000, pp. 731 – 747.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo; Brasiliense, 1986.

REVEL, Jacques (organizador). *Jogos de Escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção – a identidade nacional e os conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: FAPERJ, 2002.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; FALCON, Francisco José Calazan; NEVES, Margarida Maria de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831 – 1918*. Rio de Janeiro: PUC-Rj, 1981, n.5, 501 p. (Série Estudos).

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1840)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, Minas Gerais: Fapemig, 2009.

SOBOUL, Albert. “*A Revolução Francesa na história do mundo contemporâneo*”. In: LEFEBVRE, Georges. 1789: O surgimento da Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. 10 vs. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como corpo político autônomo 1780 – 1831*. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1999.

SOUZA, José Antônio Soares de. “*Vasconcelos e as caricaturas*.” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 210, jan. – mar. De 1951, pp. 103 – 113.

TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX*. São Paulo: Edusc, 2004.

WERNET, Augustin. *O período regencial: 1831 – 1840*. São Paulo: Global Editora, 1982.